

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	4
AMBIENTE REGULATÓRIO	6
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	9
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	19
INVESTIMENTOS.....	20
GOVERNANÇA CORPORATIVA	21
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	22
AUDITORIA INTERNA, GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	23
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	24
RESPONSABILIDADE SOCIAL	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
BALANÇO SOCIAL	36
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS.....	38
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA	39
BALANÇOS PATRIMONIAIS	40
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	42
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	43
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	45
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	47
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	48
2. BASE DE PREPARAÇÃO	53
3. PRINCÍPIO DE CONSOLIDAÇÃO	70
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	71
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS	73
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	77
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	77
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	78
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	79
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	80
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	83
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	83
13. ATIVOS DE CONTRATO	86
14. INVESTIMENTOS	90
15. IMOBILIZADO.....	105
16. INTANGÍVEIS.....	108
17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	113
18. FORNECEDORES.....	116
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	116
20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	117
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	121
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	121
23. PROVISÕES	127
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	133
25. RECEITAS	137
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	140
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	143
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	144
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	148
30. ATIVO CLASSIFICADO COMO MANTIDO PARA VENDA	160
31. SEGUROS	163
32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	164
33. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI	164
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	166
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	175
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES	176
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	177
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	178
ORÇAMENTO DE CAPITAL.....	180

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Também são apresentadas as Declarações dos diretores que revisaram as Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 ficará marcado na história da Cemig GT como um ano de transformação e de conquistas. Em paralelo à revisão do planejamento estratégico da Companhia, com o objetivo de “focar e vencer” e priorizar os investimentos em Minas Gerais, houve avanços importantes na eficiência operacional e nos resultados financeiros, motivos de orgulho para todos nós que atuamos na Empresa.

No que se refere aos resultados financeiros, encerramos o ano com resultados expressivos, com um lucro líquido de R\$871 milhões (17,52% inferior a 2020) e um Ebitda de R\$3.541 (36,93% superior a 2020).

Nosso endividamento financeiro, medido pela relação dívida líquida/Lajida ajustado, foi de 2,38 vezes, o que demonstra a solidez financeira da Companhia e que dá sustentação à implementação do ambicioso programa de investimentos para os próximos anos. Reduzimos a nossa exposição cambial, com a recompra de US500 milhões dos bonds com vencimento previsto para 2024, o que contribuiu também para um melhor perfil da nossa dívida.

A eficiência operacional é uma prioridade para a Companhia. Repetimos em 2021 o resultado obtido no ano anterior de termos as nossas despesas operacionais de transmissão totalmente cobertas pelas receitas regulatórias.

Esses resultados alcançados proporcionaram uma contínua melhoria da nossa classificação pelas agências de rating. Em 2021, tivemos elevação das nossas notas de crédito pela Fitch e Standard&Poors, alcançando AA+ na escala nacional brasileira, também a melhor classificação de risco da Cemig GT na história.

Esse quadro coroa um ano em que foi anunciado um expressivo plano de investimentos para a Cemig GT até 2025, com foco nas concessões de transmissão e em geração por meio de fontes renováveis. Revertendo uma tendência anterior, a Cemig GT volta a priorizar seus negócios core e com foco em Minas Gerais. Focar e vencer, como já pontuado.

No cenário regulatório, foi concluída em 2021 a repactuação do risco hidrológico, em função dos custos assumidos pelos geradores entre os anos de 2012 e 2017. Em função desse acordo, que eliminou a discussão judicial da questão, a Aneel homologou a extensão de várias concessões de geração outorgadas à Cemig GT, destacando-se aquelas relacionadas as usinas de Nova Ponte e Emborcação, que tiveram uma extensão de aproximadamente 2 anos em relação ao vencimento original de 2025 (não incluindo a esperada renovação do contrato de concessão), o que representa uma geração relevante de caixa adicional para a Cemig GT.

Todas essas conquistas aconteceram em um cenário particularmente desafiador, no qual a sociedade continuou a lidar com os efeitos significativos da pandemia de Covid-19, com reflexos também em nossos negócios.

A Cemig GT, em conjunto com as demais Empresas do Grupo Cemig, assumiu papel de protagonismo na pandemia, reforçando sua vocação de empresa com forte responsabilidade social. Aderimos de forma destacada ao movimento da sociedade civil “Unidos Pela Vacina”, de colaboração efetiva com o processo de vacinação da população de Minas Gerais, apoiando de forma direta 425 municípios.

A atuação da Cemig GT se deu por meio da participação voluntária de seus empregados no apoio ao transporte e deslocamento, com veículos da Companhia, de profissionais de diversos municípios para levar vacinas a regiões rurais, a pessoas acamadas, além da doação de insumos, com o propósito de ajudar a promover o acesso à vacina para o combate à Covid-19 em municípios do Estado.

A segurança e saúde das pessoas que trabalham para a Cemig GT também foram um ponto primordial, sendo observados de forma rigorosa os protocolos estabelecidos. Infelizmente, mesmo com a adoção de tais práticas, ainda houve a perda de colaboradores em função da pandemia, o que nos traz pesar e sentimento de solidariedade para com as famílias.

Estamos determinados em prosseguir com práticas sustentáveis em nossas operações, criando valor para os nossos acionistas e contribuindo para o bem-estar da sociedade. A Cemig, nossa controladora, é a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade (de forma consecutiva há 22 anos), que selecionou apenas 7 empresas do setor no mundo, além de termos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais. A Cemig também é a maior incentivadora da cultura em Minas Gerais.

O ano de 2022 traz desafios adicionais relacionados à conjuntura internacional e nacional e ainda aos efeitos da pandemia, que esperamos que possam ser amenizados em função do avanço da vacinação da população. Mas os expressivos resultados obtidos nos últimos anos, resultado do compromisso da Administração e talento das pessoas que trabalham na Cemig GT, nos permitem ser otimistas com relação ao futuro da Empresa.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas pelo esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig GT como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e seu potencial eólico, mapeado pela Cemig por meio do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Companhia possui participação em 67 usinas, sendo 60 hidrelétricas, 6 eólicas e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.749 MW (informações não auditadas pelos auditores independentes). A Renova, cuja participação societária detida pela Companhia foi classificada como ativo mantido para venda em 2021, é titular de 3 pequenas centrais hidrelétricas, representando 5,7 MW do total de capacidade instalada da Cemig GT.

Transmissão

A Cemig GT operou e manteve em 2021, 39 subestações e 4.998 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, possui ativos, os quais opera e mantém, em outras 8 subestações de outros agentes de transmissão.

A Cemig GT também teve, em 2021, vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 11 empresas, em 17 subestações (das quais 2 são subestações onde a Cemig GT possui ativos) e 439 km de linhas de transmissão.

Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. A Centroeste opera uma linha de transmissão de 75 km em Minas Gerais, cuja concessão foi leiloadada em 2004 e tem validade até 2035. Mais detalhes na nota explicativa nº 14 destas Demonstrações Financeiras.

Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Companhia atua em várias regiões do País, com maior concentração na Região Sudeste.

Fontes Renováveis 100% da nossa matriz energética



Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão (da controladora e compartilhada com a Cemig GT nos negócios aplicáveis):

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Companhia adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site <http://www.cemig.com.br>, consolidada em nove princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de Energia Elétrica

Em 2021, as condições hidrológicas continuaram sendo o maior desafio para a operação do sistema elétrico. A ENA (Energia Natural Afluente) média do ano foi de 71%, em comparação a 76% no ano anterior. Assim, 2021 representa o pior ano da história desde 1931 e o terceiro ano consecutivo entre os 5 piores anos da história. Nesse cenário, o operador em conjunto com o CMSE (Comitê de monitoramento do Setor Elétrico) e a CREG (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética) coordenaram uma série de medidas para preservar o armazenamento do sistema ao longo de 2021 e evitar a necessidade de corte de carga. Foram despachadas a partir de junho todas as térmicas disponíveis, flexibilizados os limites de intercâmbio para operar em N-1 (Critério de segurança), viabilizados combustíveis para térmicas sem contrato, operacionalizada a participação dos consumidores livres na oferta de redução de consumo e a importação de energia da Argentina e do Uruguai. Essas medidas somadas a uma melhora da hidrologia nos meses de outubro e novembro de 2021 possibilitaram a mitigação do risco de déficit de potência. Contudo, o armazenamento ao final de dezembro permaneceu baixo fechando o ano com 33% de armazenamento na comparação ao percentual de 24% ao final de 2020.

O PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste em 2021 foi R\$279,61/MWh, comparado a R\$176,98/MWh em 2020, representando um aumento de 58%. O PLD apresentou valores mais baixos no 1º semestre aproveitando os excedentes de energia da região Norte. Já no 2º semestre a condição do sistema levou o preço ao teto (R\$583,88/MWh) nos meses de julho e agosto. A baixa hidrologia também penalizou bastante as usinas hidroelétricas, que permaneceram minimizadas durante todo o ano com valores mínimos de geração flexibilizados e assim o GSF (*Generation Scaling Factor*) apresentou valor médio menor em 2021, de 0,77, em comparação a 0,83 em 2020.

Transmissão de energia elétrica

O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, sendo que em julho de 2021, foi homologado o reajuste da RAP do ciclo 2021-2022 das transmissoras.

Além do reajuste, a receita do ciclo foi impactada pelo acolhimento do pedido de reconsideração interposto pelas transmissoras frente ao resultado da Revisão do ciclo 2018-2023, ocorrida em julho de 2020, principalmente em função do recálculo do componente financeiro da Rede Básica do Serviço Existente – RBSE.

Em janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras, concluindo que essa devia ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

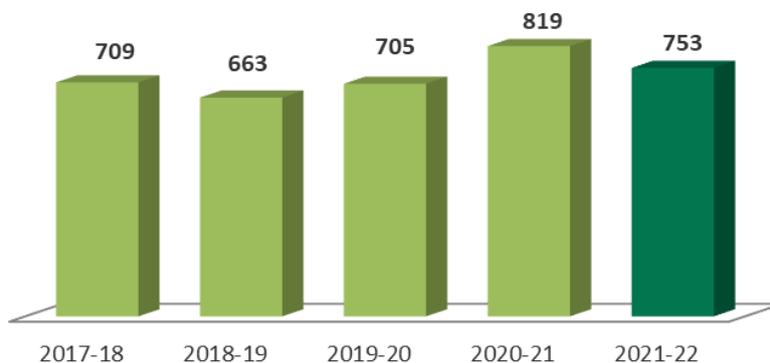
Em razão da pressão tarifária resultante dos efeitos da pandemia de Covid-19 e diante do alto risco de inadimplemento no setor elétrico, a Aneel optou pelo “Reperfilamento” dos pagamentos relacionados à remuneração do custo de capital, mencionados acima, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação. O perfil proposto considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, com uma maior amortização dos créditos das transmissoras nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028.

RAP homologada

Considerando o mencionado, a RAP da Cemig GT (contrato de concessão nº 06/1997), homologada em 2021, passou para R\$684 milhões, uma queda de 13,53% em relação ao ciclo anterior (R\$791 milhões após Despacho Aneel nº 1.698/2021), em razão, principalmente, da redução do componente financeiro após o reperfilamento. O componente financeiro do ciclo 2020-2021 de R\$332 milhões (sendo R\$263 milhões na RAP e R\$69 milhões na Parcela de Ajuste) reduziu para R\$96 milhões no ciclo 2021-2022. O IPCA aplicado no reajuste foi de 8,05% e houve incremento na RAP da RBNI devido a novas obras entrantes ao longo ciclo 2020-2021 no montante de R\$26 milhões em RAP a preços de junho de 2021. Além da RAP, foi homologada no ciclo 2021-2022 uma Parcela de Ajuste de R\$13 milhões, referente às diferenças entre a receita permitida e apurada do ciclo anterior.

A RAP da Cemig GT – Itajubá (contrato de concessão nº 079/2000) foi reajustada em 46%, sendo R\$41 milhões no ciclo 2021-2022 em comparação a R\$28 milhões no ciclo anterior, refletindo a variação do IGPM do período de 37,04% e o resultado da revisão periódica do ciclo 2019-2024, ReH nº 2.839/2021, que reposicionou as RAPs de RBNI em 79%. A parcela de ajuste homologada para esse contrato foi de R\$9 milhões, refletindo, principalmente, o efeito do ajuste retroativo das RAPs das RBNIs que passaram por revisão tarifária periódica.

No total, a receita homologada da Cemig GT, contratos 06/1997 e 079/2000, ficou em R\$747 milhões, sendo R\$725 milhões de RAP e R\$22 milhões de Parcela de Ajuste. Além disso, a Centroeste (contrato de concessão nº 04/2005) apresentou uma RAP de R\$28 milhões para o ciclo 2021-2022 em comparação a R\$21 milhões no ciclo anterior, um reposicionamento de 33,33%.

RAP**Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)**

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para a repactuação do risco hidrológico referente à parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela ReH nº 2.919/2021 e pela ReH nº 2.932/2021. As usinas do lote D tiveram, em regra, prazos de extensão iguais ao máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias).

Essa repactuação foi um importante avanço para o setor elétrico, reduzindo os níveis de judicialização, e para a Cemig, com a extensão do prazo de suas concessões de geração de energia elétrica, entre elas as usinas de Nova Ponte e Emborcação, que tinham o vencimento original das concessões previsto para 2025 e agora passou para 2027. Mais informações sobre o novo prazo de vencimento das concessões de geração estão na nota explicativa nº 16 destas Demonstrações Financeiras.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Efeitos da Pandemia Covid-19 sobre as nossas operações

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a disseminação do Covid-19 como pandemia. Esse cenário fez com que as autoridades governamentais adotassem o distanciamento físico como medida de contenção da disseminação do vírus, o que impactou negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, desacelerando e/ou interrompendo suas cadeias de suprimentos, gerando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. Também foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise.

Em resposta ao cenário anunciado, a Companhia criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de tomar decisões para mitigar os efeitos da pandemia, proteger seus colaboradores e clientes e assegurar a prestação de seus serviços.

Os impactos da pandemia Covid-19 estão divulgados em maiores detalhes na nota explicativa nº 1.b – Contexto Operacional, dessas Demonstrações Financeiras. Apesar dos impactos da pandemia nos negócios da Companhia em 2020, com parcial recuperação em 2021, não se espera impactos significativos no longo prazo.

Lucro líquido do exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, em 2021, um lucro líquido de R\$871 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.056 milhões em 2020, uma redução de 17,52%.

Em 2021, destaca-se o reconhecimento dos efeitos da repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, no montante de R\$1.031.809 (mais detalhes na nota explicativa nº 15). Além disso, como resultado das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a Santo Antônio Energia é parte, a Companhia reconheceu uma perda com investimentos no montante total de R\$528 milhões (mais detalhes na nota explicativa nº 14).

Em 2020, destaca-se o reconhecimento dos ajustes positivos relacionados ao negócio de transmissão em função da Revisão Periódica da Receita Anual Permitida e harmonização de práticas contábeis do setor, no montante de R\$621 milhões.

As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 2,14% em 2021 em comparação a 2020. A margem do Lajida ajustado da Companhia passou de 26,64% para 24,09% nos exercícios analisados.

O Lajida, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, aumentou 36,93% em 2021, em comparação a 2020 e a margem do Lajida da Companhia passou de 35,15% para 42,61% nos exercícios analisados.

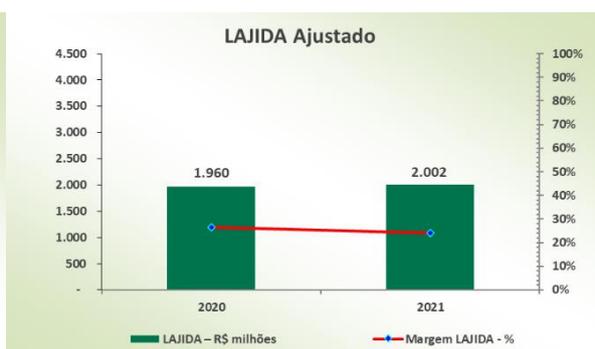
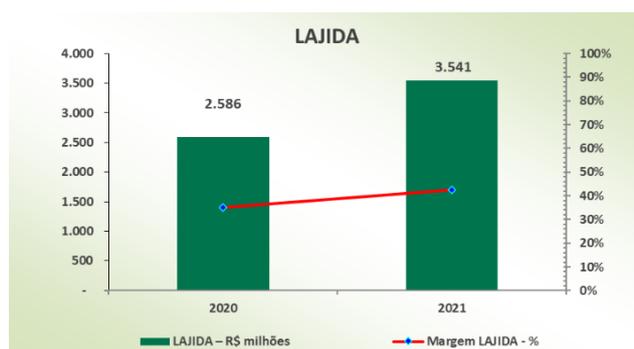
As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Lajida – R\$ milhões	2021	2020	Var %
Lucro líquido do exercício	871	1.056	(17,52)
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	250	424	(41,04)
+ Resultado financeiro líquido	2.161	894	141,72
+ Depreciação e amortização	259	212	22,17
= Lajida conforme “Instrução CVM 527” (1)	3.541	2.586	36,93
Efeitos não recorrentes e não caixa			
- Repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido (nota 16)	(1.032)	-	-
- Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, investidas (*)	(308)	-	-
- Receita por antecipação de prestação de serviço, líquida (**)	(148)	-	-
- Resultado da RTP, líquido (nota 14) / Uniformização das práticas contábeis (***)	(215)	(621)	(65,38)
+/- Baixa de ativo e impairment	51	(5)	-
+ Ajuste líquido referente à desvalorização em investimentos (nota 14)	204	-	-
- Baixa do saldo da obrigação pós-emprego do seguro de vida (nota 22)	(91)	-	-
= Lajida ajustado (2)	2.002	1.960	2,14

(*) As controladas em conjunto NESA, Aliança Geração e a coligada Madeira reconheceram em, em 2021, os montantes de R\$30 milhões, R\$149 milhões e R\$129 milhões, respectivamente, relacionados à repactuação do risco hidrológico.

(**) O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de PIS/Pasep e Cofins.

(***) O saldo de 2020 é composto pelo montante de R\$429 referente ao efeito da revisão tarifária periódica antes da mudança de prática contábil e R\$192 referente aos ajustes decorrentes da uniformização das práticas contábeis.



- Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2021			2020		
	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	14.666.251	3.932	268,10	10.958.355	2.944	268,66
Comercial	4.190.978	901	214,99	4.187.321	905	216,11
Rural	30.986	9	290,45	16.814	5	297,37
Subtotal	18.888.215	4.842	256,35	15.162.490	3.854	254,15
Fornec. não faturado, líquido	-	60	-	-	(5)	-
	18.888.215	4.902	259,72	15.162.490	3.849	249,68
Suprim. outras concessionárias (3)	10.954.947	2.909	265,54	14.037.374	3.437	244,85
Suprim. não faturado líquido	-	(140)	-	-	51	-
	29.843.162	7.671	257,04	29.199.864	7.337	251,27

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não examinadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.671 milhões em 2021 em comparação a R\$7.337 milhões em 2020, um aumento de 4,55%, associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- Aumento de 24,57% no consumo pelos clientes livres da classe industrial, comercial e rural, associado, principalmente, à efetivação de novos contratos de venda de energia com início de fornecimento em janeiro de 2021 e ao aumento do consumo após a flexibilização das atividades durante a pandemia; e
- Referido aumento foi parcialmente compensado pela redução de 21,93% na venda para comercializadores e geradores de energia, devido a um maior volume de vendas de curto prazo nos primeiros meses de 2020, com objetivo de resgatar parte do crédito que a Companhia possui na CCEE e também variação do volume contratado.

Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia e da Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$613 milhões em 2021, comparados a R\$511 milhões em 2020, um aumento de 19,96%, associado, principalmente, ao reajuste anual, conforme previsto nos contratos de concessão;

- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$252 milhões em 2021, comparados a R\$201 milhões em 2020, um aumento de 25,37%, em razão, principalmente, do aumento na realização da carteira de projetos de investimento em transmissão e retomada das obras que tiveram os contratos de prestação de serviços suspensos em 2020, em linha com o aumento do custo de construção correspondente; e
- Aumento de 53,16% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$631 milhões e R\$412 milhões em 2021 e 2020, respectivamente. Esse crescimento está associado, principalmente, à variação do IPCA, que foi de 10,06% em 2021 comparada a 4,52% em 2020, base para a remuneração do contrato 006/97. Além disso, destaca-se o reconhecimento dos efeitos da ReH nº 2.852/2021 que definiu o componente financeiro para o contrato 006/97. O saldo devedor desse componente foi recalculado incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o “reperfilamento” dos pagamentos, nos termos da Resolução.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 13.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$340 milhões em 2021 em comparação a R\$154 milhões em 2020, representando um aumento de 120,78%. Esse aumento deve-se, principalmente, à sobra de energia em 2021, em comparação às posições de 2020, em decorrência de vendas bilaterais de curto prazo que provocaram a exposição da companhia na CCEE em diversos meses de 2020 e à efetivação de novas compras no ano de 2021.

Adicionalmente, ocorreu um aumento de 57,99% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$279,61/MWh em 2021 comparado a R\$176,98/MWh em 2020, em função do cenário de escassez hídrica.

Receita por antecipação de prestação de serviços

Receita no montante de R\$154 milhões decorrente da negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente à prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE, em junho de 2021.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.963 milhões em 2021 comparados a R\$1.747 milhões em 2020, um aumento de 12,36%. As principais variações estão descritas a seguir.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

Anualmente, a Aneel aprova o orçamento do programa, sendo que os valores são recolhidos pela Companhia por meio da cobrança dos Encargos de Uso da Rede Básica e repassados integralmente à Eletrobrás, gestora destes recursos.

Os encargos referentes ao Proinfa foram de R\$66 milhões em 2021, comparados a R\$39 milhões em 2020, um aumento de 69,23%, devido, principalmente, ao aumento das cotas aprovadas para o programa em 2021, em comparação a 2020.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

O valor da CFURH corresponde a 7% da quantidade de MWh de origem hidráulica, multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referências (TAR), fixada anualmente pela Aneel.

Este encargo foi de R\$37 milhões em 2021, comparado a R\$62 milhões em 2020, uma redução de 40,32%, em função, principalmente, da redução no volume de geração de energia elétrica em relação ao ano anterior (7.098 GWh em 2021 e 11.878 GWh em 2020). Essa redução de geração se deve às piores condições hidrológicas verificadas em 2021, em comparação a 2020.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$5.970 milhões em 2021 em comparação a R\$5.348 milhões em 2020, representando um aumento de 11,63%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$180 milhões em 2021, comparada a R\$158 milhões em 2020, representando um crescimento de 13,92%, decorrente, principalmente do aumento de 24,39% nas despesas com manutenção e conservação de instalações e equipamentos, sendo de R\$51 milhões em 2021 em comparação a R\$41 milhões em 2020.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.495 milhões em 2021, comparado a R\$4.026 milhões em 2020, representando um aumento de 11,65%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 18,78% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$4.724 milhões em 2021, em comparação a R\$3.977 milhões em 2020, associado, principalmente à efetivação de novos contratos de compra para mitigação de risco de exposição e recomposição de lastro de energia incentivada; e
- referido aumento foi parcialmente compensado pela redução de 50,57% das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$218 milhões em 2021, em comparação a R\$441 milhões em 2020. Essa redução deve-se, principalmente, à sobra de energia em 2021, quando comparada às posições de 2020. Em 2020, foram realizadas vendas bilaterais de curto prazo que aumentaram a exposição da companhia na CCEE em diversos meses.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2021 foi uma recuperação de despesa no montante de R\$0,4 milhões, em comparação a uma despesa de R\$94 milhões em 2020. Essa variação se deve às alterações realizadas pela Companhia no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado (mais detalhes na nota explicativa nº 22).

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$183 milhões em 2021, em comparação a R\$147 milhões em 2020, um aumento de 24,49%, em razão, principalmente, do aumento da carteira de projetos de investimentos em transmissão, destacando-se a reconstrução e reinício de obras que tiveram os contratos de prestação de serviços suspensos ao longo de 2020.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$147 milhões em 2021 em comparação a uma despesa de R\$98 milhões em 2020, um aumento de 50%. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de 88,68% nas provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$100 milhões em 2021, em comparação à constituição de R\$53 milhões em 2020, em função, principalmente, dos efeitos negativos sobre o valor justo da MESA da sentença desfavorável proferida nos processos arbitrais que envolvem a SAESA. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 29; e
- Aumento de 18,18% na perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) constituída em 2021, no valor de R\$13 milhões em comparação à constituição de R\$11 milhões em 2020, em função, principalmente, da entrada em recuperação judicial de cliente do mercado livre.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 26c.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial no montante de R\$306 milhões em 2021 em comparação a perdas líquidas no montante de R\$137 milhões em 2020. Esta variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- Aumento de 186% das perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$528 milhões em 2021 em comparação ao resultado negativo de R\$184 milhões em 2020. Essa variação está associada, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte, parcialmente compensados pelo efeito positivo relacionado ao registro de ativos fiscais diferidos. Mais detalhes na nota explicativa nº 14; e
- Redução de 46,60% das perdas com as investidas Amazônia Energia e Aliança Norte (acionistas da Norte Energia S.A. – “NESA”) (R\$55 milhões em 2021 e R\$103 milhões em 2020) e aumento de 124,72% no resultado com equivalência patrimonial apurado para a investida Aliança Geração (R\$200 milhões em 2021 e R\$89 milhões em 2020). A melhora no resultado dessas investidas decorre, essencialmente do reconhecimento dos efeitos da repactuação do risco hidrológico (GSF);

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 14.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$2.161 milhões em 2021 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$894 milhões em 2020. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- variação positiva do dólar em 2021, de 7,39%, em comparação à variação positiva de 28,93% em 2020, gerando o registro de despesas no montante de R\$354 milhões e R\$1.749 milhões em 2021 e 2020, respectivamente;
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds, apresentou variação negativa em 2021, no montante de R\$538 milhões, em comparação ao reconhecimento de ganho em 2020, no montante de R\$1.753 milhões. Esse resultado de 2021 é decorrente principalmente da apreciação da curva futura de juros; e
- reconhecimento do ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$491 milhões como resultado da recompra parcial dos Eurobonds – *Tender Offer*. Mais informações na nota explicativa nº 20.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no exercício de 2021, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$250 milhões em relação ao lucro de R\$1.122 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 22,28% de alíquota efetiva. No exercício de 2020, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$424 milhões em relação ao lucro de R\$1.480 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 28,65% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(d).

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$123 milhões, em comparação ao saldo de R\$384 milhões em 31 de dezembro de 2020, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As principais razões para essa variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2021 totalizou R\$2.134 milhões em comparação ao caixa líquido consolidado de R\$2.565 milhões gerado pelas atividades operacionais em 2020. Em 2021 destaca-se um maior volume de juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo R\$1.236 milhões em 2021 em comparação a R\$795 milhões em 2020. Além disso, houve o recebimento de R\$1.022 milhões referente à liquidação de operação de swap relacionada aos eurobonds (substituição da dívida de dólar para CDI).

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento em 2021 totalizou R\$43 milhões em comparação ao caixa líquido de R\$1.151 milhões consumido pelas atividades de investimento em 2020. Essa variação deve-se, basicamente, ao aumento no volume de recursos resgatados de aplicações em títulos e valores mobiliários em 2021 (resgate de R\$249 milhões em 2021 e aplicação de R\$1.013 milhões em 2020).

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2021 totalizou R\$2.439 milhões em comparação a R\$1.241 milhões consumidos em 2020. Esse aumento é decorrente, principalmente, da maior amortização de empréstimos em 2021, no montante de R\$3.249 milhões, sendo que em 2020 a amortização de empréstimos foi de R\$807 milhões. Além disso, destaca-se o adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela Cemig (controladora da Companhia), no montante de R\$1.350 milhões.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia continuou demonstrando resiliência e forte liquidez no ano de 2021, mesmo tendo sido implementado o *Cash Tender* para recompra parcial do *Eurobond*, decorrente substancialmente da relevante geração de caixa em suas operações e do adiantamento para futuro aumento de capital. Foi observada uma forte recuperação no mercado livre e ainda um forte controle de perda e inadimplência.

A Companhia não efetuou captações nos últimos dois anos. Ao contrário, em 2021 foram amortizados R\$3.249 milhões de dívidas.

Em junho de 2021, aproveitando-se da menor cotação do dólar em um período de 12 meses, quando a moeda norte-americana chegou a ser negociada abaixo de R\$5,00, a Companhia buscou a gestão prudente dos seus passivos e deu início à sua estratégia de redução da concentração de dívida em 2024 e exposição cambial, com a recompra parcial dos Eurobonds. Além do travamento do câmbio no início do anúncio da operação de recompra, por meio da contratação de proteção financeira, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o valor de R\$774 milhões. Em agosto de 2021, a Companhia liquidou a operação de *Tender Offer* de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, no montante principal de US\$500 milhões, com vencimento original em 2024, remunerados a 9,25% ao ano. Para mais informações, ver nota explicativa nº 20.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o processo de elevação dos *ratings* da Companhia, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento de lajida, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo. Em janeiro de 2021, a Standard & Poor's elevou o rating da Companhia na escala nacional para AA+ e na escala global para BB-. Em junho de 2021, a Moody's elevou o rating da Companhia na escala nacional para AA- e na escala global reafirmou o rating em Ba3. Em outubro de 2021, a Fitch elevou o rating da Companhia na escala nacional para AA+ e na escala global para BB.

Na tabela a seguir está apresentada a posição de *rating* da Companhia nas três principais agências:

Fitch		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D		
dez - 20																							
dez - 21																							

Moody's		Grau de investimento									Grau Especulativo												
Nacional	Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C	
dez - 20																							
dez - 21																							

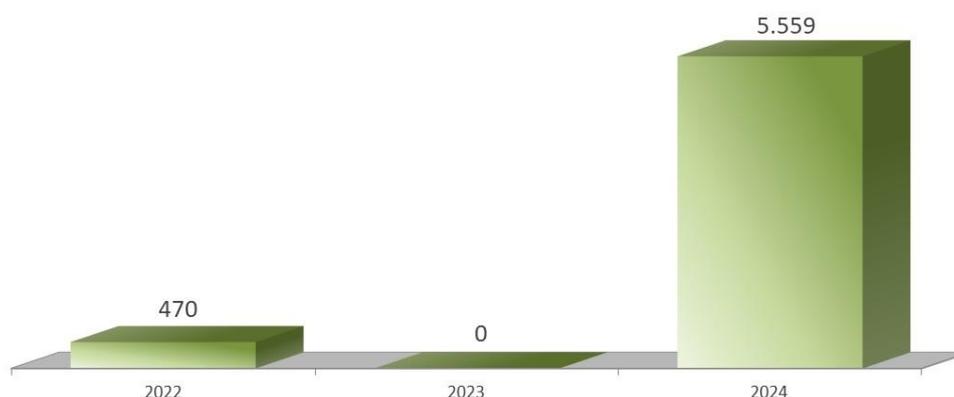
S&P		Grau de investimento										Grau Especulativo											
Nacional	Global	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
dez - 20																							
dez - 21																							

Tanto os *eurobonds* quanto as debêntures contam com *covenants* financeiros restritivos relacionados a endividamento e distribuição de dividendos que estão sendo atendidos pela Companhia.

O endividamento bruto da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$6.029 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 2,9 anos. Mais detalhes na nota explicativa nº 20 destas demonstrações financeiras.

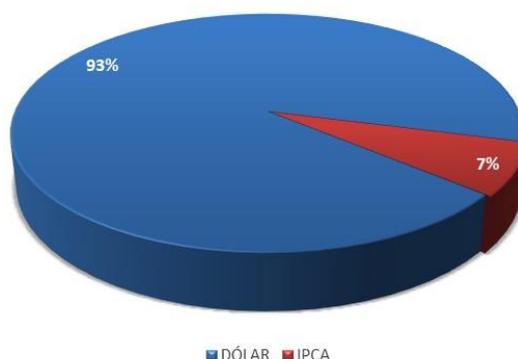
O cronograma de amortizações da dívida está evidenciado no gráfico a seguir:

Cronograma de amortizações da dívida
Posicionamento em dezembro de 2021 (R\$ milhões)



A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à sua disposição, na qual percebe-se uma participação expressiva de dívida em dólar, que por sua vez, está protegida contra a variação cambial por meio de instrumento de *hedge*, pela taxa de juros indexada ao CDI. O custo real da dívida da Companhia é de 4,07% a.a. a preços constantes e de 14,42% a.a. em custo nominal.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2021



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2022, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2021 no montante de R\$871 milhões, do saldo realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R\$9 milhões e ajuste devedor de R\$9 milhões contra Lucros Acumulados referente a benefícios pós-emprego:

- R\$44 milhões para constituição de reserva legal;
- R\$479 milhões sejam destinados ao pagamento de dividendos conforme abaixo:
 - R\$291 milhões por meio de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), conforme deliberado pelo conselho de administração em 2021;
 - R\$188 milhões para pagamento dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$348 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$223 milhões, considerando o saldo anterior da reserva e a nova constituição de reserva em 2021 de mesmo valor.

O pagamento dos dividendos será realizado até 30 de dezembro de 2022, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

INVESTIMENTOS

Aliança Geração

A Cemig GT é detentora de 45% do Capital Social total da Aliança Geração de Energia S.A “Aliança Geração”). A Aliança Geração possui dois projetos de investimento em curso, conforme abaixo:

- Central Eólica Gravier S.A. (“Gravier”): localizado no município de Icapuí, no estado do Ceará. O empreendimento teve início da implantação em janeiro de 2021, com operação comercial plena estimada para o primeiro semestre de 2022. O projeto contará com 17 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW e a produção estimada de 32,43 MW médios;
- Parque Eólico Acauã: parques localizados nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte. A implantação do Projeto Eólico Acauã teve início em março de 2021, com operação comercial plena estimada para o segundo semestre de 2023. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo uma capacidade instalada total de 109,2 MW e produção estimada de 57,77 MW médios.

UFV Boa Esperança

Foi autorizado pelo Conselho de Administração da Cemig GT, em outubro de 2021, o investimento para implantação da Usina Fotovoltaica Boa Esperança de geração centralizada, com 85MW de potência instalada em inversor, localizada no município de Montes Claros, em Minas Gerais. A previsão de implantação da usina é de 14 meses, com energização prevista para o quarto trimestre de 2022.

UFV Jusante

Em dezembro de 2021, foi autorizado pelo Conselho de Administração da Cemig GT o investimento para implantação da Usina Fotovoltaica Jusante de geração centralizada, com 70MW de potência instalada em inversor, localizada no município de São Gonçalo do Abaeté, em Minas Gerais. A previsão de implantação da usina é de 15 meses, com energização prevista para meados de 2023.

Projeto Poço Fundo

Em 13 de fevereiro de 2019 a Aneel, por meio da Resolução Autorizativa n° 7.598, concedeu prorrogação da concessão da PCH Poço Fundo até maio de 2045, prorrogação condicionada à ampliação das unidades geradoras.

Em 06 de janeiro de 2020, foram iniciadas as obras de ampliação da capacidade de geração da PCH Poço Fundo, ao custo aproximado de R\$150 milhões, com previsão de operação comercial no primeiro semestre de 2022.

Adicionalmente, os investimentos em transmissão realizados pela Cemig GT em 2021 foram de R\$183 milhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Cemig, conforme Estatuto, é composto por 9 integrantes efetivos, sendo 8 indicados e eleitos pelos acionistas e um integrante eleito pelos empregados. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, sendo permitida, no máximo, três reconduções consecutivas. Em 2021, foram realizadas 26 reuniões da Companhia para deliberações e apresentações sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimentos e aquisições, dentre outros.

O Comitê de Auditoria é órgão colegiado de assessoramento e vinculado ao Conselho de Administração, tendo como funções o exercício de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e a efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por 4 integrantes, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição. Em 2021 foram realizadas 39 reuniões do Comitê de Auditoria.

O Conselho Fiscal é órgão permanente e constituído por 5 membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos para mandato de dois anos, sendo permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Em 2021 foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para a contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2017, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S.. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue, em milhares de reais:

Serviços	2021	% em relação à auditoria	2020	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Demonstrações Financeiras	3.145	100,00	2.511	100,00
Serviços Adicionais:				
Auditoria no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED	378	12,02	239	9,52
Total	3.523	112,02	2.750	109,52

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa e referem-se, basicamente, à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo os mencionados acima, deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA INTERNA, GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2021, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação do Comitê de Auditoria, a Matriz de *Top Risks* e Riscos de *Compliance*, vigente para o ciclo 2021/2022. Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Tecnologia da Informação, Regulatório Institucional, Gestão ágil com segurança, Viabilizadores Corporativos e Financeiro.

A matriz de controles internos é submetida a uma avaliação anual de suficiência e aderência, sendo conduzida ainda os testes de desenho, apoio em remediações junto aos processos e o monitoramento destes controles pela Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia. Reportes periódicos são realizados para a Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Política Antifraude

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à Cemig e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, “Lei das Eleições”, de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei 13.487, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes. O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciantes.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de diferentes fatores, tais como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- Possibilitar a capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- Construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- Elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

A inovação constante é um dos grandes pilares da Cemig, e parte disso é conhecer novas ideias para o setor. Por isso foi lançado em agosto de 2021 o Desafio Cemig da Inovação 2021, o qual terá vigência de 18 meses.

O desafio foi aberto para o público em geral, que será convidado a apresentar propostas para a formatação de novos projetos de Pesquisa & Desenvolvimento conforme regras da ANEEL. Os projetos serão avaliados sob as diretrizes para Inovação aprovadas no Planejamento Estratégico 2021-2025 e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig aguarda propostas nos macros temas:

- Produtos e Serviços Inteligentes
- Sistemas Elétricos do Futuro
- Eletrificação e Eletromobilidade
- Alternativas em Geração Sustentável

Podem enviar proposições pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2021, a Cemig Geração e Transmissão executou 30 projetos de P&D, resultando em um investimento de R\$15,9 milhões, em uma variedade de temas, cujos destaques estão a seguir:

- Adequação do sistema de realidade virtual da Cemig para a integração com recursos de inspeção por imagens em tempo Real e treinamento conjunto das equipes de campo e do COS;
- Dispositivo Individual para Notificação (DIN) em caso de emergência com barragens;
- Ferramenta para definição de preços futuros na composição ótima de portfólio de compra e venda de energia;
- Processos Ecológicos: Desenvolvimento de novas ecotecnologias de diagnóstico e processos ambientais (Projeto PROECOS).

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2021 são:

Programa Proximidade: criado pela Cemig para estreitar o relacionamento e, em conjunto com outros programas, levar conhecimento técnico e promover o desenvolvimento social das comunidades próximas às usinas sob sua concessão. São promovidos encontros, em que especialistas da empresa fazem palestras técnicas e objetivas para esclarecer aspectos operativos de reservatórios e barragens (segurança operacional e estrutural), tratativas dos Planos de Ação de Emergências (PAEs) das barragens, além de divulgar as ações socioambientais dos empreendimentos.

Em 2021, ano ainda impactado pelas restrições sanitárias para convivência com a pandemia da Covid-19, as reuniões com as comunidades do entorno aconteceram na modalidade “virtual”. Foram realizados 5 webnários, com discussões focadas na “Crise Hídrica de 2021” em relação aos empreendimentos Nova Ponte, Emborcação, Irapé, Queimado e Rosal. A bandeira do Programa Proximidade também se fez presente nas reuniões e oficinas “virtuais” da integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência das barragens aos PLANCONs (Planos de Contingência Municipais), junto às defesas civis municipais.

Ainda em 2021, foram realizadas 40 reuniões/oficinas com Órgãos da Defesa Civil (COMPDECs) de 52 municípios, realizando a entrega oficial (ou atualização) dos PAEs das barragens, apresentando os estudos de propagação das manchas de Inundação para cenários de ruptura e cheias excepcionais, com indicativos de determinação de pontos de encontro e rotas de fuga.

Programa de Apadrinhamento: consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente, via depósitos bancários. Em 2021, 174 instituições receberam aproximadamente R\$61 milhões em doações.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2021 do AI6% envolveu a participação de 1.300 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$1 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 20 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas 157 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Companhia foi de R\$1,3 milhão. No total, foram destinados R\$2,3 milhões para entidades distribuídas em 79 municípios da área de influência da Empresa.

Programa de Voluntariado Empresarial: O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O programa Você - Voluntariado Cemig engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. O Você busca incentivar a participação através de ações transformadoras propostas por empregados na plataforma de voluntariado.

Unidos pela Vacina: esse movimento nasceu com o objetivo de tornar viável a vacinação de todos os brasileiros contra Covid-19 até setembro de 2021. A Cemig aderiu ao movimento, composto por diversas empresas, entidades e sociedades civis organizadas, que teve como objetivo adotar municípios, apoiando no fornecimento de insumos, logística e materiais para auxiliar no processo de vacinação. Entre as várias ações realizadas, a Cemig disponibilizou veículos e pessoal para contribuir com a iniciativa. No total foram 329 voluntários que disponibilizaram 1.391 horas auxiliando na aceleração da vacina.

Além das ações assistencialistas, a Cemig continua investindo em ações online de transformação social, projetos que beneficiam jovens de comunidades, alunos de escolas públicas e mulheres em situação de vulnerabilidade social de Minas Gerais.

Em 2021, o Programa de Voluntariado divulgou um total de 28 ações, entre elas, ações assistencialistas, informativas, doações de itens, doações financeiras, ações propostas pelos empregados e ações de transformação social. Participaram das ações como voluntários(as) 513 empregados, totalizando mais de 2.000 horas de atuação voluntária pela força de trabalho do Grupo Cemig.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a empresa com maior investimento em cultura em Minas Gerais, com investimentos em 2021 de R\$2,6 milhões em 4 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Saúde

A Cemig GT investiu R\$636 mil na Apae, por meio de projetos de assistência à saúde por dois anos, os quais incluem fisioterapia e assistência continuada à população portadora de deficiência.

Em função da pandemia do Covid-19, a Cemig aderiu ao programa Unidos pela Vacina, movimento que reúne empresas, associações, ONGs e entidades da sociedade civil com a finalidade de tornar viável a vacinação de toda a população brasileira. A Cemig está doando a 424 cidades mineiras, insumos que ajudam na organização do processo de imunização, beneficiando cerca de 7 milhões de habitantes residentes nestes municípios. Os equipamentos doados foram câmaras frias, refrigeradores *frost free*, caixas térmicas de poliuretano e *freezers* horizontais, dentre outros.

Com a utilização dos veículos da Cemig, os voluntários também levaram técnicos de saúde das prefeituras para vacinar os idosos acamados e a população em zona rural e/ou locais de difícil acesso.

Esportes:

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lançou uma chamada pública em 2021 para selecionar projetos voltados à prática de esporte, aptos à captação de recursos via leis federal ou estadual de Incentivo ao Esporte. Foram recebidos 173 projetos ao todo (116 do edital federal e 57 do edital estadual) e destinados aproximadamente R\$2 milhões para os projetos mais bem avaliados.

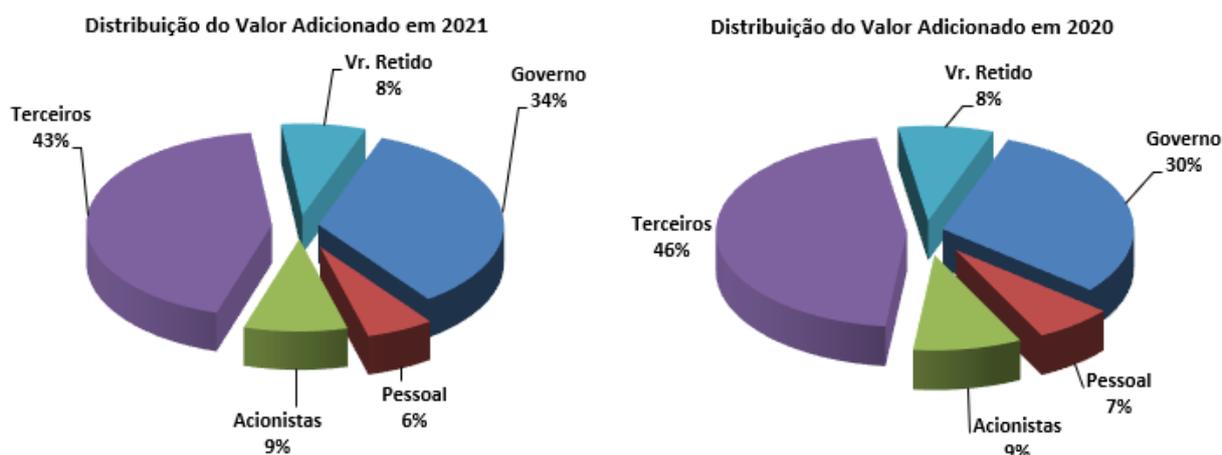
Fundo do Idoso:

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual do Idoso do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2021 foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Foram recebidos 48 projetos e foi destinado aproximadamente R\$1,3 milhão para os projetos mais bem avaliados.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade com R\$5.315 milhões de valor adicionado em 2021 em comparação a R\$6.107 milhões em 2020.



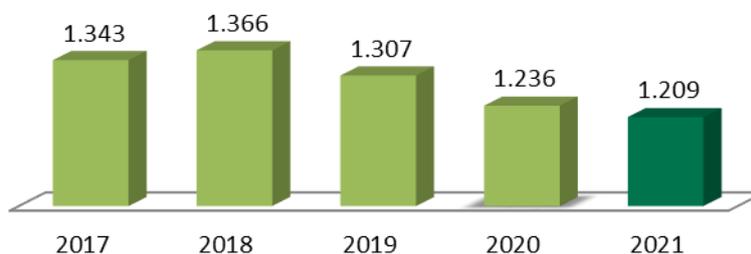
Recursos Humanos

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Companhia segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. A Companhia vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 1.343 empregados ao final do exercício de 2017 para 1.209 ao final do exercício de 2021, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Quantidade de empregados



Em 2021, a Companhia viabilizou a admissão de 37 empregados. Essas admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente em áreas essencialmente técnicas.

Foram realizadas também admissões para preenchimento de posições gerenciais nos casos em que o recrutamento externo se apresentou mais adequado. Houve uma alteração em nossa política de pessoal que passou a permitir a contratação de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia, no limite de 40% dos cargos gerenciais. Importante ressaltar que a Companhia continuará a incentivar e priorizar o crescimento profissional dos seus empregados, valorizando a reconhecida capacidade técnica e comprometimento dos seus colaboradores.

UniverCemig

A Cemig investe continuamente na gestão do conhecimento devido às especificidades do setor elétrico e com o intuito de manter sua força de trabalho capacitada e atualizada.

Nesse contexto a universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) é responsável por capacitar e desenvolver os empregados, por meio da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado oferecendo treinamento para outras empresas, principalmente empresas prestadoras de serviços para a Cemig Distribuição.

Clima e Cultura Organizacional

Nos meses de junho e julho de 2021, a Cemig aplicou a Pesquisa de Engajamento e Clima, com o objetivo de conhecer os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento, de forma a trazer objetividade a temas que possam vir a interferir no clima organizacional. Houve a participação de 63% do quadro de empregados próprios, obtendo o percentual de 63,9% de favorabilidade. Este resultado demonstra que ainda existem pontos importantes que precisam ser trabalhados para melhoria da percepção dos colaboradores.

Com o objetivo de identificar e promover uma nova cultura que possibilite o atendimento das necessidades e obtenção dos resultados organizacionais, a Cemig iniciou, em junho de 2020, o “Novas Energias”, programa de potencialização cultural, que busca o desenvolvimento de comportamentos que ainda não estão sedimentados, mas que são fundamentais para levar a Cemig a ter um modelo de gestão mais atual, com resultados mais sustentáveis e perenes. Foi realizado, em julho de 2020, o mapeamento cultural, que contou com a participação representativa dos empregados, sendo possível identificar os pontos fortes da Companhia e os principais desafios e metas a serem traçados nos próximos anos.

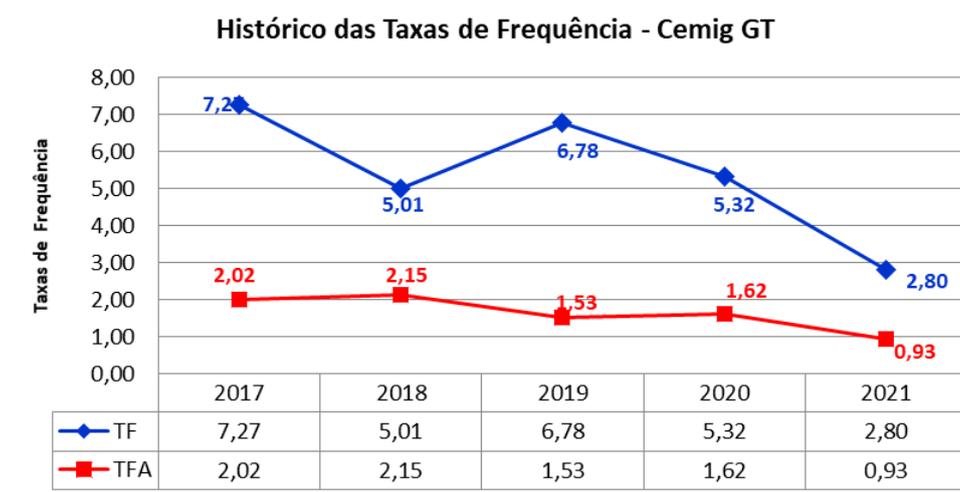
A partir deste diagnóstico, foram desenhados pacotes com práticas que visam desenvolver uma série de processos relacionados à gestão de pessoas, com o objetivo de alavancar os resultados alinhados ao fortalecimento da cultura desejada Cemig.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Durante todo o ano de 2021 foram adotados pela força de trabalho os protocolos de saúde, baseados nos acompanhamentos da evolução da Covid-19 em todo o país.

O desafio de atuação permanente da área de saúde no monitoramento contínuo dos trabalhadores e a utilização do aplicativo, por meio do qual as informações são prestadas pelos mesmos, contribuíram de forma positiva para resguardar a saúde dos trabalhadores e seus familiares além de minimizar a transmissibilidade da doença no ambiente interno da Empresa.

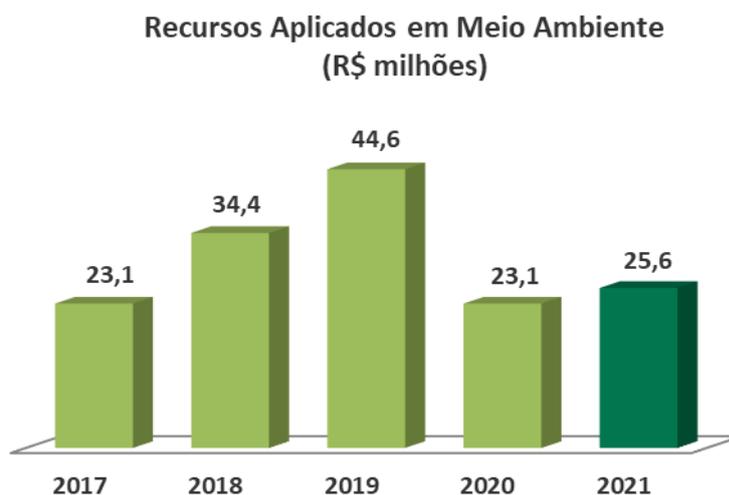
Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA) apresentamos em 2021 os melhores índices dos últimos 5 anos.



A Companhia vem ampliando as ações de saúde e segurança com foco na prevenção, além de intensificar campanhas educativas visando a conscientização dos colaboradores, cujo esforço tem proporcionado à Companhia atingir os menores patamares históricos desses indicadores.

Meio ambiente

Em 2021, a Companhia totalizou cerca de R\$23,1 milhões em recursos aplicados em meio ambiente, envolvendo gestão de resíduos, P&D, obrigações e melhorias ambientais. Os investimentos foram inferiores às médias históricas em função das limitações de execução durante o período da pandemia.



Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de eletricidade pela Companhia, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso sendo a gestão e a conservação da água assuntos relevantes para a Companhia, com a gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

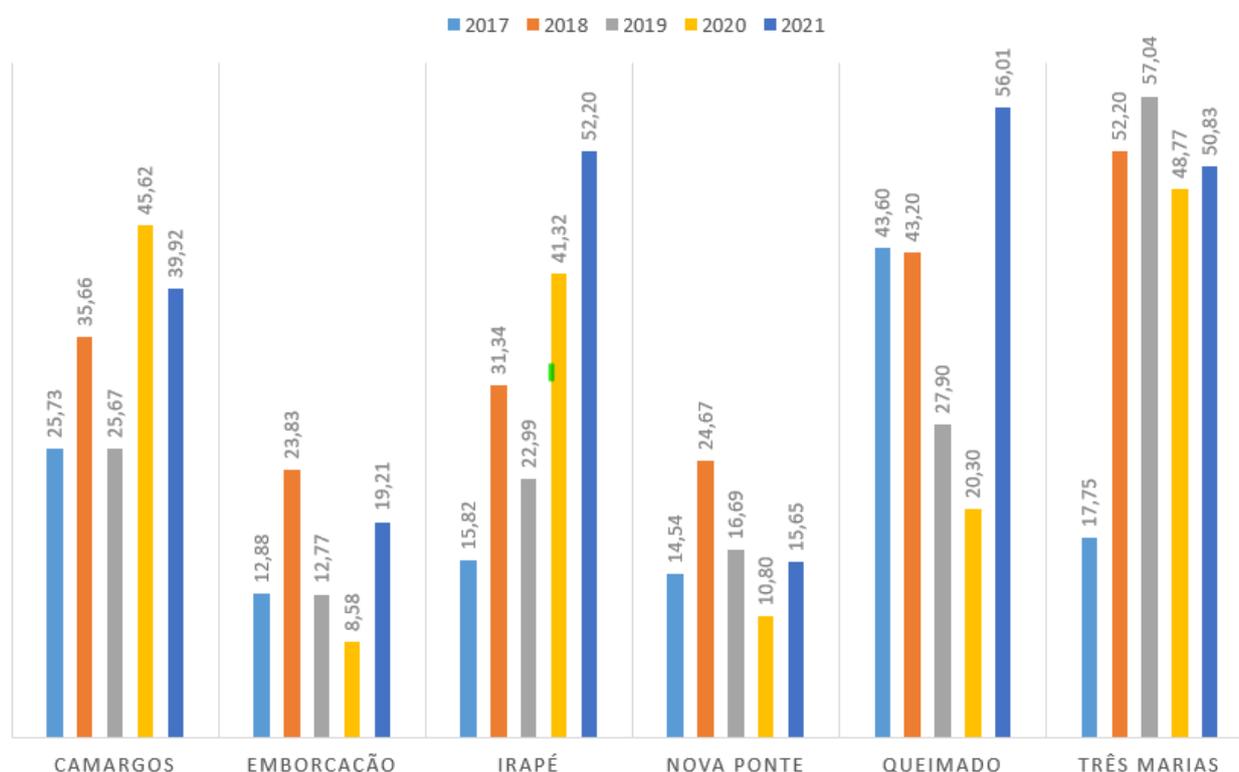
Em períodos de estiagem severa, como o atual, vividos desde 2013, o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para os demais usos desse recurso.

A Cemig disponibiliza em seu *website* dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios e no App. PROX, disponível para download nas plataformas iOS e Android.

O ano de 2021 foi caracterizado por um ano de crise hídrica, nos reservatórios das grandes hidrelétricas localizadas na região Centro-sul do país e as vazões assumiram patamares mínimos recordes, durante a estiagem, com uma ligeira recuperação no quarto trimestre do ano. Este regime de escassez provocou o deplecionamento de vários reservatórios do sudeste, dentro os quais cabe citar os reservatórios das usinas de Emborcação e Nova Ponte. Para este último, foi necessário intensificar as ações de gestão de usos múltiplos que se deu pela participação em audiências públicas conduzidas na ALMG e ONS, além de reuniões presenciais e ações em campo para monitoramento da ictiofauna.

No gráfico abaixo são apresentadas as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2021, comparado com a mesma época de anos anteriores.

Disponibilidade Hídrica - Volume útil (% sobre total)



Segurança de barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais especializados.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de planos de emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, tendo iniciado os estudos do tema em 2003. Estão disponíveis, atualmente, planos de emergência específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades e lista de contatos; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Em 2021, apesar das complicações da Pandemia Covid-19 no ano de 2021, a Cemig manteve sua política de estreitar o relacionamento com o público externo focado em emergências do Planos de Ação de Emergência - PAEs, especificamente, os COMPDECS - Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil. Também realizou videoconferências, treinamentos e workshops virtuais.

Trabalhou temas inseridos no tratamento da lei nº 12.334/2010 e Lei nº 14.066/2020) e Resolução Normativa da Aneel nº 696/2015, apresentando a estratégia de alerta/alarme e meios de comunicação em situações de emergência de rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas em situação de emergência.

Os PAEs voltados ao público externo focam na apresentação do risco para eventos de ruptura de barragens e de inundações causadas por cheias ordinárias. A intenção é construir uma cultura de prontidão também para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios, onde estão as usinas da Cemig.

O ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela renovação das equipes das COMPDECS (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs de 42 barragens da empresa aos PLANCONS dos municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 50 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

1. Ação de cadastro de economias(telhados) e da população moradora permanente para 61 municípios,

2. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 61 municípios,
3. Sinalização de Alerta (placas) implantada em 43 municípios.

A Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste em um pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação (ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia e pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência.

Como informado, o “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas da Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021 a Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração. Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, como também para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos etc.).

O grande diferencial da abordagem adotada pela Cemig é a inserção dos estudos para cenários de cheias naturais recorrentes, além dos cenários de ruptura, exigidos em lei. Isso provoca uma maior segurança às populações ribeirinhas desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos naturais de inundação. Tais mapas foram utilizados pelas defesas civis municipais nas cheias vivenciadas nos municípios.

Gestão de resíduos

Em 2021, foram destinadas 1.218 toneladas de resíduos industriais: 95,86% desses resíduos foram alienados ou reciclados; 1,34% foram recuperados, e 2,81% foram coprocessados, enviados para tratamento ou dispostos em aterro industrial.

Devido à imprevisibilidade da quantidade de resíduos a serem gerados pela Cemig GT, uma vez que essa geração é consequência do desempenho do Sistema Elétrico, não há metas de redução de resíduos estipuladas pela Companhia. Apesar de serem empregadas técnicas modernas de operação e manutenção, objetivando a menor geração possível de resíduos, ainda assim, não é possível precisar o momento exato da desativação de alguns equipamentos ou componentes, já que sua gestão prevê uma utilização otimizada e que sua vida útil considera inúmeras variáveis que não dependem de gestão humana.

Como contribuições de melhorias ambientais, a Companhia reitera suas ações de consolidação de reciclagem e reuso destes materiais, bem como técnicas de destinação final ambientalmente adequadas.

Programas para a ictiofauna

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade.

Desde sua criação, o programa atua em duas frentes, visando a preservação das populações de peixes e ,apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

Durante o ano de 2021, foram executados 5 projetos de pesquisa, com uso de recursos próprios e de P&D, bem como publicados 24 trabalhos (uma tese, quatro dissertações, duas monografias, quatro resumos científicos e treze artigos científicos) relacionados aos projetos ou ações do Programa Peixe Vivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, as demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1) Base de cálculo	2021 Controladora			2020 Controladora		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita líquida (RL)			6.902.562			6.328.745
Resultado operacional (RO)			3.007.476			2.202.401
Folha de pagamento bruta (FPB)			291.204			287.008
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	19.278	6,62	0,28	17.988	6,27	0,28
Encargos sociais compulsórios	70.289	24,14	1,02	69.343	24,16	1,10
Previdência privada	21.125	7,25	0,31	20.306	7,08	0,32
Saúde	13.937	4,79	0,20	12.009	4,18	0,19
Segurança e medicina no trabalho	4.800	1,65	0,07	4.882	1,70	0,08
Educação	240	0,08	0,00	234	0,08	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.594	2,26	0,10	6.222	2,17	0,10
Creches ou auxílio-creche	511	0,18	0,01	583	0,20	0,01
Participação nos lucros ou resultados	34.448	11,83	0,50	35.648	12,42	0,56
Outros	4.968	1,71	0,07	4.817	1,68	0,08
Total - Indicadores sociais internos	176.190	60,50	2,55	172.032	59,94	2,72
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	70	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Cultura	2.615	0,09	0,04	4.849	0,22	0,08
Saúde e saneamento	636	0,02	0,01	0	0,00	0,00
Esporte	654	0,02	0,01	1.749	0,08	0,03
Outros doações/subvenções/projeto ASIN	1.661	0,06	0,02	35	0,00	0,00
Total das contribuições para a sociedade	5.636	0,19	0,08	6.633	0,30	0,10
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.345.682	44,74	19,50	1.522.889	69,15	24,06
Total - Indicadores sociais externos	1.351.318	44,93	19,58	1.529.522	69,45	24,17
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	16.956	0,56	0,25	15.324	0,70	0,24
Total dos investimentos em meio ambiente	16.956	0,56	0,25	15.324	0,70	0,24
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%		
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados (as) ao final do exercício			1.209			1.236
Nº de admissões durante o exercício			37			12
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			14			22
Nº de estagiários (as)			-			-
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			498			506
- 2º Grau			707			723
- 1º Grau			4			6
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			472			482
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			176			177
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			15,38%			11,29%
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			56			54
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			3,08%			1,61%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			32			33

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	25,43		
Número total de acidentes de trabalho considerar empregados próprios	3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia -	no Procon -	na Justiça 5
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2021: R\$5.315.368		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	34,35% governo; 9,02% acionistas; 5,91% colaboradores(as); 43,35% terceiros; 7,37% retido		
7) Outras Informações	2021		
Investimentos em questões ambientais	R\$ 21.448.833		
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	43 reservatórios e 175 estações de coleta		
Resíduos e materiais inservíveis	1.167 toneladas		
Receita com as vendas dos resíduos	R\$ 2.063.975,58		

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2021 Controladora	2020 Controladora
Atendimento		
Número de consumidores	3.124	2.336
Número de empregados	1.209	1.236
Energia vendida por empregado - MWh	22.158	21.941
Mercado		
Geração própria - GWh	3.880	7.155
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	234,56	235,51
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	21	21
Capacidade Instalada (MW)	2.303	2.303
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	6.903	6.329
Margem operacional - %	43,57%	34,80%
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	3.541	2.586
Resultado - R\$ milhões	871	1.056
Resultado por ação	0,30	0,36
Patrimônio líquido - R\$ milhões	7.755	5.842
Valor patrimonial por ação	2,68	2,02
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	11,24%	18,07%
Endividamento do patrimônio líquido - %	143,74%	243,18%
Liquidez Corrente	1,00	1,38
Liquidez Geral	0,81	0,77

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor Presidente
Dimas Costa	Diretor Cemig Comercialização
Leonardo George de Magalhães	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Diretor Cemig Geração e Transmissão
Maurício Dall'Agnese	Diretor Cemigpar
Marney Tadeu Antunes	Diretor sem denominação específica
Eduardo Soares	Diretor de Regulação e Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
NOMES	
Márcio Luiz Simões Utsch	
Jaime Leôncio Singer	
Marcus Leonardo Silberman	
José Reinaldo Magalhães	
Afonso Henriques Moreira Santos	
José João Abdalla Filho	
Marcelo Gasparino da Silva	
Paulo César de Souza e Silva	
Franklin Moreira Gonçalves	

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa	Igor Mascarenhas Eto
Fernando Scharlack Marcato	Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti	Fernando Passalio de Avelar
Michele da Silva Gonsales Torres	Ronaldo Dias
Cláudio Morais Machado	Carlos Roberto de Albuquerque Sá

COMITÊ DE AUDITORIA	
NOMES	
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	
Márcio de Lima Leite	
Roberto Tommasetti	
Afonso Henriques Moreira Santos	

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	123.071	384.397	86.064	290.995
Títulos e valores mobiliários	7	943.789	1.132.281	618.130	889.671
Consumidores e revendedores	8	681.255	910.455	534.579	797.580
Concessionários - transporte de energia	8	113.324	109.908	111.164	111.066
Tributos compensáveis	9	31.874	347.801	27.921	339.018
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	652.515	467.700	650.523	465.246
Dividendos a receber	14	232.098	117.110	280.204	117.404
Ativo financeiro da concessão	12	283.233	258.588	-	-
Ativos de contrato	13	592.337	718.430	565.659	718.430
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	522.579	-	522.579
Outros		79.924	134.942	75.529	104.781
TOTAL DO CIRCULANTE		3.733.420	5.104.191	2.949.773	4.356.770
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	194.110	254.481	127.128	199.928
Consumidores e revendedores	8	3.393	6.774	715	2.872
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	-	10.969	-	-
Tributos compensáveis	9	71.546	54.760	27.614	23.851
Depósitos vinculados a litígios	11	161.820	160.321	152.759	151.838
Instrumentos financeiros derivativos	29	1.219.176	2.426.351	1.219.176	2.426.351
Outros		55.000	55.084	62.084	57.656
Ativo financeiro da concessão	12	3.325.170	3.106.812	816.202	816.202
Ativos de contrato	13	3.684.645	2.916.272	3.595.441	2.916.272
Investimentos	14	3.330.193	3.755.799	7.481.708	7.257.319
Imobilizado	15	2.417.525	2.405.681	1.656.846	1.773.139
Intangível	16	1.112.912	156.486	773.405	26.724
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	17a	41.864	41.884	40.427	40.018
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.617.354	15.351.674	15.953.505	15.692.170
TOTAL DO ATIVO		19.350.774	20.455.865	18.903.278	20.048.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	470.536	764.810	470.536	733.520
Fornecedores	18	383.786	465.939	334.379	392.574
Imposto de renda e contribuição social	10b	157.444	128.012	-	-
Impostos, taxas e contribuições	19	144.387	165.241	123.747	149.775
Encargos regulatórios	21	111.160	172.619	100.052	160.872
Obrigações pós-emprego	22	75.257	66.206	75.257	66.206
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	24d	799.947	891.998	799.947	891.998
Salários e encargos sociais		58.625	52.106	57.655	51.150
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	29	6.130	-	6.130	-
Opções de venda - SAAG	29	636.292	536.155	636.292	536.155
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	17b	9.829	8.702	9.637	7.908
Outras obrigações		326.500	172.668	325.574	161.472
TOTAL DO CIRCULANTE		3.179.893	3.424.456	2.939.206	3.151.630
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	5.558.924	8.120.901	5.558.924	8.120.901
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	678.897	773.560	593.588	754.603
Impostos, taxas e contribuições	19	334.047	262.745	324.730	262.673
Encargos regulatórios	21	2.541	56.953	-	47.746
Obrigações pós-emprego	22	1.231.957	1.391.479	1.231.957	1.391.479
Provisões	23	438.043	418.548	437.772	418.261
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	17b	35.621	35.841	34.289	34.678
Outras obrigações		135.397	129.211	27.358	24.798
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.415.427	11.189.238	8.208.618	11.055.139
TOTAL DO PASSIVO		11.595.320	14.613.694	11.147.824	14.206.769
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	24				
Capital social		4.123.724	4.000.000	4.123.724	4.000.000
Reservas de lucros		2.464.672	2.072.877	2.464.672	2.072.877
Ajustes de avaliação patrimonial		(182.942)	(230.706)	(182.942)	(230.706)
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.350.000	-	1.350.000	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.755.454	5.842.171	7.755.454	5.842.171
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.350.774	20.455.865	18.903.278	20.048.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	25	8.311.112	7.356.088	6.902.562	6.328.745
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	26				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(214.987)	(199.246)	(156.264)	(146.371)
Energia elétrica comprada para revenda		(4.494.512)	(4.026.190)	(4.337.918)	(3.905.833)
		(4.709.499)	(4.225.436)	(4.494.182)	(4.052.204)
OUTROS CUSTOS	26				
Pessoal e administradores		(273.787)	(257.605)	(250.291)	(238.078)
Materiais		(25.722)	(15.326)	(12.587)	(8.518)
Serviços de terceiros		(142.964)	(121.340)	(92.553)	(81.677)
Depreciação e amortização		(250.342)	(183.173)	(184.013)	(136.677)
Provisões operacionais, líquidas	26c	(33.301)	(33.325)	(33.293)	(33.234)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	26e	(183.386)	(146.652)	(183.386)	(146.652)
Outros custos operacionais		(29.120)	(66.064)	(17.098)	(15.426)
		(938.622)	(823.485)	(773.221)	(660.262)
CUSTOS TOTAIS		(5.648.121)	(5.048.921)	(5.267.403)	(4.712.466)
LUCRO BRUTO		2.662.991	2.307.167	1.635.159	1.616.279
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	26c	(13.497)	(11.054)	(13.413)	(1.198)
Despesas gerais e administrativas		(107.367)	(109.480)	(107.193)	(104.982)
Despesas com provisões operacionais	26c	-	(258)	-	(258)
Outras despesas operacionais		(200.800)	(178.446)	(198.274)	(177.326)
		(321.664)	(299.238)	(318.880)	(283.764)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	16	1.031.809	-	805.613	-
Revisão Tarifaria Periódica, líquida		214.955	502.108	214.955	502.108
Resultado de equivalência patrimonial	14	(305.756)	(136.548)	670.629	353.953
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	14	-	-	-	13.825
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		3.282.335	2.373.489	3.007.476	2.202.401
Receitas financeiras	27	138.033	1.890.015	106.491	1.864.996
Despesas financeiras	27	(2.298.743)	(2.783.844)	(2.282.965)	(2.753.770)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.121.625	1.479.660	831.002	1.313.627
Imposto de renda e contribuição social correntes	10d	(364.000)	(167.677)	(145.083)	4.747
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	113.809	(256.448)	185.515	(262.839)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		871.434	1.055.535	871.434	1.055.535
Lucro básico e diluído por ação – R\$	24	0,30	0,36	0,30	0,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	871.434	1.055.535	871.434	1.055.535
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 22)	72.061	520	72.061	520
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 10c)	(24.500)	(177)	(24.500)	(177)
	<u>47.561</u>	<u>343</u>	<u>47.561</u>	<u>343</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	918.995	1.055.878	918.995	1.055.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Reapresentado)	2.600.000	-	2.757.210	(221.009)	211.640	5.347.841
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.055.535	1.055.535
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	343	-	343
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	343	1.055.535	1.055.878
Aumento de capital	1.400.000	-	(1.400.000)	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota 24c)	-	-	877	-	(877)	-
Realização do custo atribuído de imobilizado (nota 24f)	-	-	-	(10.040)	10.040	-
Reserva legal (nota 24c)	-	-	52.733	-	(52.733)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,08 p/ação) (nota 24d)	-	-	-	-	(225.200)	(225.200)
Dividendos estatutários (R\$0,12 p/ação) (nota 24d)	-	-	-	-	(336.348)	(336.348)
Reserva de lucros a realizar (nota 24c)	-	-	222.935	-	(222.935)	-
Reserva de retenção de lucros (nota 24c)	-	-	439.122	-	(439.122)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.000.000	-	2.072.877	(230.706)	-	5.842.171
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	871.434	871.434
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	47.561	-	47.561
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	47.561	871.434	918.995
Reclassificação de perdas atuariais (nota 24f)	-	-	-	8.988	(8.988)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 24a)	-	1.350.000	-	-	-	1.350.000
Aumento de capital (nota 24a)	123.724	-	-	-	-	123.724
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de imobilizado (nota 24f)	-	-	-	(8.785)	8.785	-
Reserva legal (nota 24c)	-	-	43.572	-	(43.572)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,10 p/ação) (nota 24d)	-	-	-	-	(291.462)	(291.462)
Dividendos estatutários (R\$0,06 p/ação) (nota 24d)	-	-	-	-	(187.974)	(187.974)
Reserva de retenção de lucros (nota 24c)	-	-	348.223	-	(348.223)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.123.724	1.350.000	2.464.672	(182.942)	-	7.755.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		871.434	1.055.535	871.434	1.055.535
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e amortização	26	259.454	211.514	193.621	152.358
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		14.993	(7.688)	898	(12.621)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	16	(1.031.809)	-	(805.613)	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	12 e 13	(1.222.592)	(813.824)	(696.499)	(466.767)
Equivalência patrimonial	14b	305.756	136.548	(670.629)	(353.953)
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	14b	-	-	-	(13.825)
Provisão para perda no valor recuperável de intangível		-	(13.825)	-	-
Ágio na recompra de eurobonds	20	491.037	-	491.037	-
Juros e variações monetárias		849.935	967.648	848.344	959.225
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	20	353.950	1.749.000	353.950	1.749.000
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP	13	(236.627)	(551.852)	(236.627)	(551.852)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	20	16.359	12.095	16.359	12.095
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	(113.809)	256.448	(185.515)	262.839
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS		(4.512)	(11.497)	(2.504)	(11.019)
Provisões para perdas operacionais, líquidas	26c	46.798	44.637	46.706	34.690
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	29	537.976	(1.752.688)	537.976	(1.752.688)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	29	100.137	53.314	100.137	53.314
Obrigações pós-emprego	22	16.115	105.802	16.115	105.802
Outros		71.298	58.469	71.614	58.466
		1.325.893	1.499.636	950.804	1.280.599
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores e revendedores		221.628	110.940	251.745	111.238
Tributos compensáveis		(7.074)	7.419	(953)	11.034
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		32.436	(53.305)	46.872	(21.479)
Concessionários e transporte de energia		(3.416)	(14.093)	(98)	(15.168)
Depósitos vinculados a litígios		2.631	207.829	2.762	201.981
Dividendos recebidos		159.096	153.732	699.131	603.979
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	12 e 13	691.188	725.550	406.728	459.475
Outros		66.540	28.216	35.548	61.017
		1.163.029	1.166.288	1.441.735	1.412.077
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(82.333)	43.627	(58.195)	(3.743)
Impostos, taxas e contribuições		184.723	214.842	171.475	211.820
Imposto de renda e contribuição social a pagar		364.000	167.677	145.083	(4.747)
Salários e contribuições sociais		6.519	1.086	6.505	1.102
Encargos regulatórios		(116.508)	15.489	(108.566)	10.997
Obrigações pós-emprego	22	(94.525)	(82.484)	(94.525)	(82.484)
Outros		(22.559)	59.417	(6.640)	(21.604)
		239.317	419.654	55.137	111.341
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.728.239	3.085.578	2.447.676	2.804.017
Imposto de renda e contribuição social pagos		(378.639)	(144.328)	(201.100)	-
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(1.236.454)	(794.600)	(1.235.630)	(793.214)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	29	1.021.776	418.731	1.021.776	418.731
Juros pagos de arrendamentos	17	(542)	(736)	(493)	(723)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.134.380	2.564.645	2.032.229	2.428.811
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	14b	(41.505)	(1.776)	(101.755)	(151.826)
Imobilizado	15	(181.713)	(133.045)	(68.432)	(74.685)
Intangível	16	(5.473)	(3.043)	(5.460)	(3.043)
Títulos e valores mobiliários		248.863	(1.013.168)	344.341	(961.109)
Caixa oriundo de reestruturação societária	14d	22.693	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		42.865	(1.151.032)	168.694	(1.190.663)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(527.768)	(417.539)	(527.768)	(417.539)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	20	(3.249.192)	(806.791)	(3.217.280)	(650.098)
Pagamentos de arrendamentos	17	(11.611)	(16.494)	(10.806)	(15.724)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	1.350.000	-	1.350.000	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.438.571)	(1.240.824)	(2.405.854)	(1.083.361)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	384.397	211.608	290.995	136.208
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		123.071	384.397	86.064	290.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2021		2020		2021		2020	
RECEITAS								
Venda de energia e serviços	8.868.386		8.142.884		7.783.849		7.283.206	
Receita de construção	251.973		201.451		251.973		201.451	
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	630.900		411.968		627.912		411.968	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	523.105		347.057		-		-	
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	236.627		551.852		236.627		551.852	
Investimentos em imobilizado	83.541		69.645		83.541		69.645	
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(13.497)		(11.054)		(13.413)		(1.198)	
Outras receitas, líquidas	327		2.584		327		2.584	
	10.581.362		9.716.387		8.970.816		8.519.508	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(4.941.722)		(4.417.425)		(4.774.636)		(4.289.008)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(234.686)		(217.558)		(172.117)		(161.239)	
Serviços de terceiros	(273.543)		(265.255)		(223.112)		(225.569)	
Materiais	(179.846)		(114.255)		(166.710)		(107.447)	
Concessão onerosa	(3.456)		(2.801)		(3.446)		(2.791)	
Outros custos operacionais	(237.373)		(134.218)		(226.888)		(92.698)	
	(5.870.626)		(5.151.512)		(5.566.909)		(4.878.752)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.710.736		4.564.875		3.403.907		3.640.756	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização	(259.454)		(211.514)		(193.621)		(152.358)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	4.451.282		4.353.361		3.210.286		3.488.398	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	1.031.809		-		805.613		-	
Resultado de equivalência patrimonial	(305.756)		(136.548)		670.629		353.953	
Receitas financeiras	138.033		1.890.015		106.491		1.864.996	
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	-		-		-		13.825	
	864.086		1.753.467		1.582.733		2.232.774	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.315.368		6.106.828		4.793.019		5.721.172	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		-		%		%
Empregados	314.246	5,91	404.155	6,62	291.152	6,07	385.004	6,74
Remuneração direta	249.937	4,70	243.177	3,98	227.641	4,75	224.717	3,93
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	41.994	0,79	134.735	2,21	41.364	0,86	134.197	2,35
FGTS	16.147	0,30	14.895	0,24	15.979	0,33	14.742	0,26
Programa de desligamento voluntário programado	6.168	0,12	11.348	0,19	6.168	0,13	11.348	0,20
Impostos, taxas e contribuições	1.825.653	34,35	1.857.884	30,42	1.345.682	28,08	1.522.889	26,63
Federais	1.104.027	20,77	1.272.649	20,84	695.867	14,52	998.203	17,45
Estaduais	711.748	13,39	579.231	9,48	645.244	13,46	522.091	9,13
Municipais	9.878	0,19	6.004	0,10	4.571	0,10	2.595	0,05
Remuneração de capitais de terceiros	2.304.035	43,35	2.789.254	45,68	2.284.751	47,67	2.757.744	48,18
Juros	2.298.743	43,25	2.783.844	45,59	2.282.965	47,63	2.753.770	48,13
Aluguéis	5.292	0,10	5.410	0,09	1.786	0,04	3.974	0,05
Remuneração de capitais próprios	871.434	16,39	1.055.535	17,28	871.434	18,18	1.055.535	18,45
Juros sobre o capital próprio	291.462	5,48	225.200	3,68	291.462	6,08	225.200	3,94
Dividendos	187.974	3,54	336.348	5,51	187.974	3,92	336.348	5,88
Lucros retidos	391.998	7,37	493.987	8,09	391.998	8,18	493.987	8,63
	5.315.368	100,00	6.106.828	100,00	4.793.019	100,00	5.721.172	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social. No terceiro trimestre de 2021, iniciou-se o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Cemig GT para a sua controladora Cemig, mantendo sua estratégia corporativa.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

Investimentos	Classificação	Descrição
CONTROLADAS EM CONJUNTO:		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”)	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.
Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”)	Controlada em conjunto	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Baguari I - subsidiária integral da Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.
Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”)	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
LightGer S.A. (“LightGer”) (1)	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.

Investimentos	Classificação	Descrição
Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE")	Controlada em conjunto	A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Companhia, que detém 49,00% de participação, e a Vale S.A., que detém os 51,00% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,00% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Companhia, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Companhia e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa, na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Posteriormente, foi adicionado ao portfólio o Parque Eólico Santo Inácio, que entrou em operação em dezembro de 2017. Com esses ativos, a controlada tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica de 1.158,34 MW (660,94 MW-médios de garantia física) e uma capacidade instalada de geração eólica de 98,70 MW (46,00 MW-médios de garantia física). A Vale e a Companhia, detêm 55,00% e 45,00% do capital total, respectivamente.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara")	Controlada em conjunto	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia") (1)	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no Estado de Minas Gerais.
COLIGADAS		
Madeira Energia S.A. ("Madeira")	Coligada	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.
CONTROLADAS		
Cemig Geração Três Marias S.A	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW (*) de potência instalada e 239 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Salto Grande S.A	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW (*) de potência instalada e 75 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Camargos S.A	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW (*) de potência instalada e 21 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Itutinga S.A	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW (*) de potência instalada e 28 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Leste S.A	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW (*) de potência instalada e 18,64 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Oeste S.A	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW (*) de potência instalada e 11,21 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Cemig Geração Sul S.A	Controlada	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW (*) de potência instalada e 27,42 MW (*) médios de garantia física, dos quais 70% estão no regime de cotas e 30% são de livre comercialização.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará.

Investimentos	Classificação	Descrição
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da usina hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, no estado de Minas Gerais. Em 2021 tiveram início as obras de ampliação da potência instalada da usina para 30 MW, com a previsão de entrada em operação das duas unidades geradoras até abril de 2022.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Controlada	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste") (2)	Controlada	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas – Pimenta.
CONTROLADA EM CONJUNTO MANTIDA PARA VENDA		
Renova Energia S.A. ("Renova Energia") – Em recuperação judicial (3)	Controlada em conjunto	Sociedade de capital aberto, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas e atualmente em recuperação judicial

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- (1) Em 09 de dezembro de 2021, a Light informou ao mercado que assinou com a Brasal Energia S.A. o contrato (CCVA) para venda de sua participação societária em Guanhães e Lightger, sujeito às condições precedentes usuais nesse tipo de transação. A Brasal Energia S.A. fará adesão integral ao acordo de acionistas vigente para essas investidas.
- (2) Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.
- (3) Em 11 de novembro de 2021, a Companhia celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia junto a esta investida. Assim, o investimento foi classificado para ativo não circulante mantido para venda. Mais detalhes na nota explicativa nº 30.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, exigindo o desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

A Cemig criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, com retorno gradual até janeiro de 2022, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Desde o início da pandemia, no intuito de minimizar a queda na liquidez dos consumidores livres, a Companhia vem estabelecendo negociações para recebimento em parcelas dos valores devidos, garantindo o valor presente dos créditos. Da mesma forma, tem realizado negociações com os seus fornecedores de energia elétrica para diferimento dos pagamentos, garantindo a preservação da liquidez da Companhia.

Impacto nas demonstrações financeiras

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia do Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

No cenário desafiador causado pela pandemia, a Cemig tem mostrado resiliência e sustentabilidade das suas operações, viabilizando o fornecimento de energia com qualidade para a sociedade, garantindo o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos.

Por ser uma empresa integrada, com diversificação de negócios nos setores de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia, a Cemig mantém sua solidez, com estabilidade nos resultados financeiros e redução de riscos no enfrentamento de cenários adversos.

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da observação dos efeitos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, sendo os principais impactos descritos a seguir:

- A Companhia avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo na dívida e no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a exposição à variação cambial do principal da dívida e a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, bem como as liquidações semestrais do “swap”, gerou uma despesa financeira líquida de R\$892 milhões no exercício de 2021. As projeções de longo prazo indicam uma depreciação do dólar em relação à cotação atual, que, caso venha a se confirmar, representará uma diminuição nas despesas de variação cambial da Companhia. Buscando a gestão prudente dos seus passivos e a redução do risco de liquidez e de exposição ao dólar, em 05 de agosto de 2021, a Companhia liquidou a oferta de aquisição em dinheiro (“Tender Offer”) de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de US\$500 milhões. Adicionalmente, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia o valor de R\$774 milhões. Para mais informações, ver nota explicativa nº 29 (b);
- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia implementou negociações com seus consumidores, o que permitiu que o impacto da retração econômica sobre a inadimplência dos grandes consumidores livres não fosse relevante;
- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo; e

- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 29.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas demonstrações financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia e não se espera impactos significativos da pandemia no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil para elaboração das demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, uma vez que esta norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para mensuração de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 29 de março de 2022.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 29 e 30, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 12 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 13 – Ativos de contrato
- Nota 14 – Investimentos;
- Nota 15 – Imobilizados e vidas úteis de ativos;
- Nota 16 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 17 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 22 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 23 – Provisões;
- Nota 25 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 29 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo;

- Nota 30 – Mensuração a valor justo de ativos classificados como mantidos para venda.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Demonstrações contábeis regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MSCE), a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs), apresentadas de forma independente das demonstrações financeiras societárias, sendo disponibilizadas no sítio eletrônico do órgão regulador e da Companhia até 30 de abril do ano subsequente.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2)/ IFRS 16, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As principais alterações nas normas internacionais ainda não vigentes estão descritas a seguir:

IAS 1 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma revisão dos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, para especificar os critérios de classificação de passivos como circulantes e não circulantes. A revisão esclarece, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente quando o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 16 - Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações na IAS 16 que proíbem as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

IFRS 3 – Combinação de Negócios – Alterações nas referências à Estrutura Conceitual: Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15, visando inibir potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia e suas controladas não esperam impactos advindos dessa revisão.

IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia e suas controladas não esperam impactos advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

IFRS 09 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 08 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Também esclarece como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 01 e *IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements* – Divulgação de políticas contábeis: A alteração tem como objetivo auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. Uma vez que as alterações proporcionam orientações não obrigatórias na aplicação da definição de informações sobre as políticas contábeis, não é necessário indicar uma data para início de sua aplicação. A Companhia está avaliando os impactos dessas alterações na sua divulgação de políticas contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais.

2.8 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e suas controladas que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas.

Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap e call spread) – A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda) – as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do método *Black-Scholes-Merton* (BSM) até a data de exercício das opções, que ocorreu em 2020.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Informações adicionais de instrumentos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras. Informações sobre as perdas de crédito esperadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 8.

b) Consumidores, revendedores e concessionários

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

A RAP remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato, quando da existência de componente de financiamento significativo. Os valores lançados em contrapartida ao ativo de contrato são transferidos para o ativo financeiro (recebíveis), enquadrando-se no escopo do pronunciamento CPC 48/ IFRS 9, após o aviso de crédito emitido mensalmente pelo ONS, autorizando o faturamento da Receita Anual Permitida – RAP. Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

c) Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e esta diferença representa a expectativa de geração futura de valor. O ágio decorrente da aquisição é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perdas no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando ocorrem, são reconhecidas no resultado, após o cálculo de seu montante, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil.

As demonstrações financeiras das coligadas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia e suas controladas.

As participações em consórcios são contabilizadas de acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, reconhecendo-se estes investimentos pela participação da Companhia sobre quaisquer ativos e passivos detidos ou assumidos em conjunto. O resultado desses investimentos é reconhecido pela participação da Companhia sobre as receitas e despesas da operação em conjunto.

d) Ativos vinculados à concessão

Atividade de transmissão – Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo. Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013 – Representa a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.

Atividade de geração – Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Para a extensão da concessão das usinas hidrelétricas participantes do MRE, referente à compensação pelos riscos não hidrológicos prevista na Lei nº 14.052/2020, foi reconhecido um ativo intangível, considerando a natureza do direito, que permite, por meio de disposição legal, a utilização das usinas por período superior àquele previsto em seus contratos originais, dispondo a Companhia livremente da energia gerada. O ativo foi mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo e é amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão. Mais informações na nota explicativa nº 16.

e) Ativos intangíveis

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As principais taxas de amortização estão demonstradas na nota explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

f) Imobilizado

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas estão demonstradas na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

g) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

h) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais informações sobre as premissas utilizadas, ver nota explicativa nº 22.

Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

O custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, e o ganho ou a perda na liquidação das obrigações são determinados pela remensuração do valor presente líquido da obrigação, utilizando-se premissas atuariais revisadas e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração, redução ou liquidação.

Benefícios de curto prazo a empregados – A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica participação dos empregados e administradores no resultado.

i) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

j) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há segurança razoável de que serão cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que esta será recebida.

A Companhia possui empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

Adicionalmente, a Companhia recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

k) Ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. São mensurados pela menor quantia entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídas as financeiras e os tributos sobre o lucro. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial, em atendimento ao CPC 31 / IFRS 05.

São classificados como operações descontinuadas os componentes que foram baixados ou estão classificados como mantidos para venda e representam uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações, bem como aqueles que são parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações ou representam uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos.

Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa nº 29. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

l) Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- As receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com a satisfação da obrigação de performance ao longo do tempo (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.
- Receita de operação e manutenção, correspondentes à obrigação de performance prevista nos contratos relativos à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Receita de remuneração sobre o ativo de contrato, relativa ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que o reconhecimento de eventual contraprestação variável estimada com a PV não resultaria em informação contábil relevante. Assim, para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

m) Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

n) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

o) Distribuição de lucros

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

p) Informação por segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro e de contrato da concessão, intangível e imobilizado.

A partir de 2021, em função da forma como a Administração monitora a composição dos segmentos, a Companhia reavaliou seus segmentos operacionais e passou a divulgar os segmentos de comercialização, participações e transações intersegmentos. De forma a manter a comparabilidade, as informações de 2020 estão sendo reapresentadas no mesmo critério. Mais detalhes na nota explicativa nº 5.

q) Arrendamento mercantil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor. Os contratos que contêm arrendamento estão descritos na nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3. PRINCÍPIO DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades controladas	31/12/2021		31/12/2020	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Sá Carvalho S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Horizontes Energia S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Rosal Energia S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig PCH S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Cemig Trading S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação	100	Consolidação	100
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (1)	Consolidação	100	-	-

- (1) Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. Mais detalhes na nota explicativa nº 14. Assim essa investida passou a ser consolidada diretamente pela Companhia a partir destas demonstrações financeiras.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO			
Usinas hidrelétricas			
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Poço Fundo (1) (6)	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	08/2045
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)			10/2030
Salto Paraopeba (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajuru, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)	Centroeste	004/2005	03/2035

* Os contratos de concessão elegíveis à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) aguardam chamado da Aneel para assinatura do aditivo e, as usinas elegíveis que possuem outorga por meio de resolução autorizativa, aguardam a reformulação desses atos para constar as novas datas. Mais detalhes na nota explicativa nº 16.

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Proinfa. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Companhia pela extinção antecipada da concessão desta Usina, levando à baixa do ativo nos registros contábeis desta controlada. Em fevereiro de 2021, a concessão referente à UTE Igarapé foi extinta pelo Ministério de Minas e Energia - MME, em face ao requerimento de rescisão apresentado pela Companhia.

Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR), bem como no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - Tust. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato, ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor nominal em 2021	Valor presente em 2021	Período de vigência da concessão	Índice de atualização
Irapé	41.752	21.165	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	12.071	5.635	01/2004 a 12/2032	IGPM

(*) Conforme RN nº 467 de 2011 da Aneel (Art. 2º e Art. 4º), as usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW devem efetuar os pagamentos à Aneel por cinco anos a partir da data de assinatura do contrato.

Os contratos das PCHs Luiz Dias, Salto Morais e Xicão, com potência instalada de 1.620 kW, 2.394 kW e 1.808 kW, respectivamente, foram extintos pela Aneel a pedido da Companhia, por meio de Resoluções Autorizativas de 13 de outubro de 2020, sem reversão de bens, para posterior obtenção de registro de Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs, nos termos da legislação e regulamentação. A Companhia continua operando essas Usinas, cujo registro foi realizado em conformidade à regulamentação. A concessão da Usina de Salto Morais foi encerrada em julho de 2020 e, considerando que sua potência é inferior a 5MW também teve sua exploração convertida em registro não sendo necessária a outorga de concessão ou autorização neste caso.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, incluindo as usinas mencionadas no parágrafo anterior, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2021, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2021	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	2.734	3.119	2.936
Queimado (Consórcio)	82,50	777	915	862

A taxa utilizada pela Companhia e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

A partir de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia passou a avaliar individualmente o desempenho da comercialização de energia, utilizando informações sobre seus resultados que suportam a tomada de decisão em relação à alocação de recursos a esta atividade de negócio. A mudança na composição dos segmentos divulgáveis da Companhia decorre da sua crescente atuação no mercado de energia, para atendimento e manutenção de seus contratos, especialmente após a redução de sua geração própria, o que levou à definição de critérios de segregação para obtenção de informações relativas a lucros e prejuízos deste segmento, relevantes à Administração. O segmento de comercialização se caracteriza pela compra e venda de energia elétrica no mercado livre e regulado, bem como pelas atividades correlatas aos seus procedimentos comerciais e mercadológicos, inclusive no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Adicionalmente, o resultado das coligadas e controladas em conjunto passou a ser avaliado como um único segmento, que tem como atribuição a avaliação das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. A segregação desse segmento tem como principal objetivo o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas por essas sociedades, para garantir a sustentabilidade e a maximização de seu retorno para a Companhia.

Assim, a partir de 2021, as informações por segmentos passaram a ser elaboradas considerando 4 segmentos reportáveis, sendo:

- Geração: compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas e eólicas;
- Transmissão: compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia;
- Comercialização: compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos. Conforme nota explicativa nº 25 (d), no terceiro trimestre de 2021, foi iniciado o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Companhia para a Cemig (controladora da Companhia), mantendo a estratégia corporativa da Cemig, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes; e
- Participações: compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia.

A transferência da energia da atividade de geração para a comercialização consubstancia as transações intersegmentos, que consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia, utilizando como referência preços de mercado.

A partir de 2021, em função da forma como a Administração monitora a composição dos segmentos, a Companhia reavaliou seus segmentos operacionais e passou a divulgar os segmentos de comercialização, participações e transações intersegmentos. De forma a manter a comparabilidade, as informações de 2020 estão sendo reapresentadas no mesmo critério.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DEZEMBRO DE 2021								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações intersegmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	2.921.309	1.063.484	5.957.295	-	9.942.088	(1.575.031)	(55.945)	8.311.112
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(794.537)	(29)	(5.495.452)	-	(6.290.018)	1.575.031	5.488	(4.709.499)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)								
Pessoal	(148.818)	(114.625)	(20.778)	(30.479)	(314.700)	-	-	(314.700)
Participação dos empregados no resultado	(14.406)	(14.023)	(2.558)	(3.635)	(34.622)	-	-	(34.622)
Obrigações pós-emprego	(5.174)	2.769	(803)	2.844	(364)	-	-	(364)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(209.439)	(80.454)	(13.745)	(67.644)	(371.282)	-	50.457	(320.825)
Depreciação e amortização	(254.638)	(3.481)	(525)	(810)	(259.454)	-	-	(259.454)
Provisões	(19.616)	(11.427)	(14.110)	(101.782)	(146.935)	-	-	(146.935)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(183.386)	-	-	(183.386)	-	-	(183.386)
Total do custo de operação	(652.091)	(404.627)	(52.519)	(201.506)	(1.310.743)	-	50.457	(1.260.286)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.446.628)	(404.656)	(5.547.971)	(201.506)	(7.600.761)	1.575.031	55.945	(5.969.785)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	1.031.809	-	-	-	1.031.809	-	-	1.031.809
Revisão Tarifaria Periódica, líquida	-	214.955	-	-	214.955	-	-	214.955
Resultado de equivalência patrimonial	56.181	-	-	(361.937)	(305.756)	-	-	(305.756)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	2.562.671	873.783	409.324	(563.443)	3.282.335	-	-	3.282.335
Resultado financeiro	(758.151)	(395.288)	15.056	(1.022.327)	(2.160.710)	-	-	(2.160.710)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.804.520	478.495	424.380	(1.585.770)	1.121.625	-	-	1.121.625
Imposto de renda e contribuição social	(409.269)	(75.727)	(144.810)	379.615	(250.191)	-	-	(250.191)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.395.251	402.768	279.570	(1.206.155)	871.434	-	-	871.434

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DEZEMBRO DE 2020 (Reapresentado)								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações intersegmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	2.589.093	758.573	5.382.327	-	8.729.993	(1.323.959)	(49.946)	7.356.088
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(528.505)	-	(5.026.868)	-	(5.555.373)	1.323.959	5.978	(4.225.436)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)								
Pessoal	(168.921)	(102.879)	(15.708)	(19.027)	(306.535)	-	-	(306.535)
Participação dos empregados no resultado	(16.888)	(14.082)	(2.240)	(2.586)	(35.796)	-	-	(35.796)
Obrigações pós-emprego	(42.735)	(38.382)	(5.770)	(6.995)	(93.882)	-	-	(93.882)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(165.067)	(62.622)	(11.182)	(35.490)	(274.361)	-	43.968	(230.393)
Depreciação e amortização	(205.164)	(4.732)	(705)	(913)	(211.514)	-	-	(211.514)
Provisões	(32.479)	4.118	(1.390)	(68.200)	(97.951)	-	-	(97.951)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(146.652)	-	-	(146.652)	-	-	(146.652)
Total do custo de operação	(631.254)	(365.231)	(36.995)	(133.211)	(1.166.691)	-	43.968	(1.122.723)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.159.759)	(365.231)	(5.063.863)	(133.211)	(6.722.064)	1.323.959	49.946	(5.348.159)
Revisão Tarifaria Periódica, líquida	-	502.108	-	-	502.108	-	-	502.108
Resultado de equivalência patrimonial	13.341	-	-	(149.889)	(136.548)	-	-	(136.548)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	1.442.675	895.450	318.464	(283.100)	2.373.489	-	-	2.373.489
Resultado financeiro	(322.485)	(150.697)	20.201	(440.848)	(893.829)	-	-	(893.829)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.120.190	744.753	338.665	(723.948)	1.479.660	-	-	1.479.660
Imposto de renda e contribuição social	(307.584)	(218.990)	(80.712)	183.161	(424.125)	-	-	(424.125)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	812.606	525.763	257.953	(540.787)	1.055.535	-	-	1.055.535

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Contas bancárias	5.917	9.919	3.772	1.118
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	70.251	316.680	50.846	244.469
Overnight (2)	44.789	57.798	29.334	45.408
Outros	2.114	-	2.112	-
	117.154	374.478	82.292	289.877
	123.071	384.397	86.064	290.995

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 90,00% a 106,60% em 31 de dezembro de 2021 (80,00% a 107,00% em 31 de dezembro de 2020) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia de 8,87% a.a a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	55.290	183.930	36.211	144.501
Letras financeiras (LF's) – Bancos (2)	779.375	699.325	510.436	549.412
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	98.108	246.471	64.254	193.636
Debêntures (4)	10.975	2.011	7.188	1.580
Outros	41	544	41	542
	943.789	1.132.281	618.130	889.671
Não circulante				
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	191.430	246.121	125.373	193.360
Debêntures (4)	2.680	8.360	1.755	6.568
	194.110	254.481	127.128	199.928
	1.137.899	1.386.762	745.258	1.089.599

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (106,00% a 110,00% em 31 de dezembro de 2020) conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 105,00% a 130,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (99,50% a 130,00% em 31 de dezembro de 2020).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,86% a 1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 109,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 28 e 29, respectivamente.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2021	2020
Industrial	9.039	271.669	9.840	6.424	33.610	330.582	340.268
Comércio, serviços e outras	510	84.671	1.476	5.188	4.818	96.663	102.839
Suprimento a outras concessionárias	8.598	201.451	30.153	922	902	242.026	319.274
Concessionários – transp. de energia	11.484	96.706	-	158	4.976	113.324	109.908
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	21.450	2.093	19.836	-	-	43.379	189.627
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(11.241)	(16.761)	(28.002)	(34.779)
	51.081	656.590	61.305	1.451	27.545	797.972	1.027.137
Ativo circulante						794.579	1.020.363
Consumidores e revendedores						681.255	910.455
Concessionários – Transp. energia						113.324	109.908
Ativo não circulante						3.393	6.774
Consumidores e revendedores						3.393	6.774

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2021	2020
Industrial	1.737	243.332	4.103	6.424	25.523	281.119	265.425
Comércio, serviços e outras	510	84.671	1.476	5.188	4.818	96.663	102.839
Suprimento a outras concessionárias	5.097	115.552	18.345	906	902	140.802	260.965
Concessionários – transp. de energia	11.697	94.333	-	158	4.976	111.164	111.066
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	21.450	-	19.836	-	-	41.286	189.477
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(11.241)	(13.335)	(24.576)	(18.254)
	40.491	537.888	43.760	1.435	22.884	646.458	911.518
Ativo circulante						645.743	908.646
Consumidores e revendedores						534.579	797.580
Concessionários – Transp. energia						111.164	111.066
Ativo não circulante						715	2.872
Consumidores e revendedores						715	2.872

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no exercício é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	48.432	17.601
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	11.054	1.198
Baixa	(24.707)	(545)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.779	18.254
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	13.497	13.413
Baixa	(20.274)	(7.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.002	24.576

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
ICMS a recuperar	6.419	12.325	5.513	6.809
Cofins (a) (b)	5.975	259.102	3.510	256.627
PIS/Pasep (a) (b)	1.526	56.682	947	55.893
INSS	17.145	14.698	17.145	14.698
Outros	809	4.994	806	4.991
	31.874	347.801	27.921	339.018
Não circulante				
ICMS a recuperar (b)	28.551	23.850	27.614	23.851
Cofins (a)	35.265	24.983	-	-
PIS/Pasep (a)	7.730	5.496	-	-
Outros	-	431	-	-
	71.546	54.760	27.614	23.851
	103.420	402.561	55.535	362.869

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de esta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Assim, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho S.A., Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em 2019 em favor da Companhia, que efetuou, no período de maio de 2020 a setembro de 2021 a compensação mensal dos saldos a receber com os valores a pagar. Em 2021, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no montante de R\$310.792 (R\$328.750 em 2020).

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia para as ações que transitaram em julgado.

Tendo em vista a decisão do STF sobre a modulação dos efeitos da decisão, as subsidiárias integrais do Lote D, reconheceram, em 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$8.935.

O valor dos créditos das controladas está registrado no ativo não circulante considerando que ainda não foram habilitados junto à Receita Federal.

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Imposto de renda	503.437	342.199	501.836	340.293
Contribuição social	149.078	125.501	148.687	124.953
	652.515	467.700	650.523	465.246

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal – STF decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à atualização pela taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário. Sendo a matéria constitucional com repercussão geral, a Companhia e suas controladas aguardam o trânsito em julgado que está pendente de eventual interposição de embargos de declaração e o resultado de eventual modulação para avaliação e registro dos potenciais efeitos da decisão, uma vez que não possui ação judicial relativa a esse tema.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	116.340	92.948
Contribuição social	41.104	35.064
	157.444	128.012

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
ATIVO				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	218.104	284.526	218.104	284.526
Obrigações pós-emprego	414.995	459.381	414.995	459.381
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	8.924	11.169	8.356	6.206
Provisões para contingências	120.289	114.343	120.234	114.288
Provisão put SAAG	216.339	182.293	216.339	182.293
Provisão para perdas em investimentos	244.132	256.835	244.132	256.835
Outras provisões	48.923	41.301	48.923	41.301
Concessão onerosa	11.274	9.707	11.274	9.707
Outros	21.369	19.625	15.190	13.464
	1.304.349	1.379.180	1.297.547	1.368.001
PASSIVO				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(219.067)	(224.610)	(201.878)	(206.408)
Atualização ativo de contrato	(895.223)	(768.126)	(891.654)	(768.126)
Valor justo de participações societárias	(129.641)	(138.247)	(129.641)	(138.247)
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	(412.436)	(1.002.636)	(412.436)	(1.002.636)
Ressarcimento de custos - GSF	(319.210)	-	(253.901)	-
Outros	(7.669)	(8.152)	(1.625)	(7.187)
	(1.983.246)	(2.141.771)	(1.891.135)	(2.122.604)
Total líquido	(678.897)	(762.591)	(593.588)	(754.603)
Total do ativo	-	10.969	-	-
Total do passivo	(678.897)	(773.560)	(593.588)	(754.603)

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(507.035)	(491.587)
Efeitos alocados ao resultado	(256.448)	(262.839)
Efeitos alocados em outros resultados abrangentes	(177)	(177)
Outros	1.069	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(762.591)	(754.603)
Efeitos alocados ao resultado	113.809	185.515
Efeitos alocados resultado abrangente	(24.500)	(24.500)
Tributos diferidos recebidos em reestruturação societária	(3.809)	-
Outros	(1.806)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(678.897)	(593.588)

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido existente em 31 de dezembro de 2021, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2022	210.971	209.597
2023	218.850	217.494
2024	315.927	314.571
2025	172.306	170.949
2026 a 2028	257.903	256.544
2029 a 2031	128.392	128.392
	1.304.349	1.297.547

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.121.625	1.479.660	831.002	1.313.627
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(381.353)	(503.084)	(282.541)	(446.633)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Juros sobre o capital próprio	99.097	76.568	99.097	76.568
Incentivos fiscais	12.420	3.730	7.961	-
Resultado de equivalência patrimonial	(116.368)	(77.247)	220.135	110.027
Multas indedutíveis	(1.714)	(2.583)	(1.714)	(2.583)
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	141.504	74.953	-	-
Outros	(3.777)	3.538	(2.506)	4.529
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(250.191)	(424.125)	40.432	(258.092)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(364.000)	(167.677)	(145.083)	4.747
Imposto de renda e contribuição social diferido	113.809	(256.448)	185.515	(262.839)
	(250.191)	(424.125)	40.432	(258.092)
Alíquota efetiva	22,31%	28,66%	(4,87%)	19,65%

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas	24.153	25.653	23.502	25.075
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	17.760	17.473	16.444	16.157
PIS/Pasep e Cofins (1)	6.343	6.300	-	-
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	68.399	67.371	68.399	67.371
IPTU	13.272	12.852	13.270	12.850
CSLL (3)	18.062	18.062	18.062	18.062
Outros	4.615	3.549	4.010	3.332
	128.451	125.607	120.185	117.772
Outros				
Bloqueio judicial	929	1.357	896	1.325
Regulatórios	3.279	2.931	3.279	2.931
Outros	5.008	4.773	4.897	4.735
	9.216	9.061	9.072	8.991
	161.820	160.321	152.759	151.838

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
 (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Provisões (Indenização do anuênio).
 (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Geração - Indenização a receber (12.1)	816.202	816.202	816.202	816.202
Geração - Bonificação pela outorga (12.2)	2.792.201	2.549.198	-	-
	3.608.403	3.365.400	816.202	816.202
Circulante	283.233	258.588	-	-
Não circulante	3.325.170	3.106.812	816.202	816.202

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.284.418	816.202
Atualização financeira	347.057	-
Recebimentos	(266.075)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.365.400	816.202
Atualização financeira	523.105	-
Recebimentos	(280.102)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.608.403	816.202

12.1 Geração - Indenizações a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52,00	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,40	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,70	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4,00	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380,00	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408,00	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424,00	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019, para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, que resultou na publicação, em 13 de julho de 2021, da Resolução Normativa nº 942, pela Aneel.

De acordo com a Resolução Normativa nº 942, as concessionárias deverão comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, até 12 de julho de 2022, podendo este prazo ser prorrogado pela Aneel por igual período. Conforme determinação do regulador, o relatório de avaliação deverá ser elaborado por uma empresa credenciada junto à Aneel, a ser contratada pela concessionária. Adicionalmente, as concessionárias deveriam manifestar interesse no recebimento do valor complementar até 20 de agosto de 2021, sendo este requisito cumprido pela Companhia dentro do prazo estipulado.

O anexo I da referida Resolução detalha a metodologia e os critérios gerais para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, o qual terá como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

A Companhia está avaliando os efeitos da referida resolução e não espera perdas em seu ativo financeiro em razão da aplicação das alterações introduzidas.

Em 09 de agosto de 2021 a Companhia manifestou seu interesse no recebimento do valor complementar relativo às parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados e não indenizados.

A Companhia contratou a empresa avaliadora credenciada Aneel e espera atender aos requisitos da ReN nº 942/2021, comprovando a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, no prazo estabelecido.

12.2 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2020	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2021
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.447.210	287.009	(150.499)	1.583.720
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	454.256	90.360	(47.462)	497.154
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	170.460	36.723	(20.179)	187.004
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	127.814	27.409	(15.022)	140.201
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	167.206	37.565	(21.136)	183.635
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	113.807	27.429	(16.049)	125.187
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	68.445	16.610	(9.755)	75.300
		2.549.198	523.105	(280.102)	2.792.201

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2019	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2020
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.402.425	187.746	(142.961)	1.447.210
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	440.158	59.183	(45.085)	454.256
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	164.799	24.829	(19.168)	170.460
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	123.585	18.499	(14.270)	127.814
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	161.490	25.794	(20.078)	167.206
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	109.757	19.295	(15.245)	113.807
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	66.002	11.711	(9.268)	68.445
Total		2.468.216	347.057	(266.075)	2.549.198

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

13. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	2.011.576	1.895.854	2.011.576	1.895.854
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.265.406	1.738.848	2.149.524	1.738.848
	4.276.982	3.634.702	4.161.100	3.634.702
Circulante	592.337	718.430	565.659	718.430
Não circulante	3.684.645	2.916.272	3.595.441	2.916.272

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.075.558	3.075.558
Adições	201.451	201.451
Atualização financeira	411.968	411.968
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	551.852	551.852
Recebimentos	(606.127)	(606.127)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.634.702	3.634.702
Incorporação Contrato de Concessão – 004/05	117.252	-
Adições	251.973	251.973
Atualização financeira	630.900	627.912
Resultado Recurso RTP e Reperfilamento	236.627	236.627
Recebimentos	(594.472)	(590.114)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.276.982	4.161.100

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos Contratos de Concessão nº 006/97, nº 079/00 e nº 004/05, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Contrato de Concessão - 079/00 (a)	38.782	28.600	38.782	28.600
Contrato de Concessão - 006/97 (b)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	317.692	533.430	317.692	533.430
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	209.185	156.400	209.185	156.400
Contrato de Concessão - 004/05 (1) (c)	26.678	-	-	-
	592.337	718.430	565.659	718.430
Não circulante				
Contrato de Concessão - 079/00 (a)	151.858	132.589	151.858	132.589
Contrato de Concessão - 006/97 (b)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.693.884	1.362.424	1.693.884	1.362.424
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	1.749.699	1.421.259	1.749.699	1.421.259
Contrato de Concessão - 004/05 (1) (c)	89.204	-	-	-
	3.684.645	2.916.272	3.595.441	2.916.272
	4.276.982	3.634.702	4.161.100	3.634.702

(1) Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

a) Contrato de Concessão nº 006/97

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

O contrato foi renovado em 04 de dezembro de 2012, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2013, em função da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, com previsão de indenização dos ativos não depreciados em 31 de dezembro de 2012.

Em 22 de abril de 2021, a Resolução nº 2.852 alterou o reposicionamento da RAP determinado pela Resolução nº 2.712/2020, retroativamente a 1º de julho de 2018, bem como a parcela de ajuste de Revisão, com efeitos financeiros no reajuste da RAP do ciclo 2021-2022, a vigorar de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 2017, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e a Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico obtiveram tutela antecipada no processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Em 2020 as liminares foram cassadas e a Aneel homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020.

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Esse componente financeiro da receita não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial. Os efeitos no ativo de contrato em função da redução da amortização nos ciclos 2021-2022 e 2022-2023 somam o montante de R\$268.759, reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante.

A Companhia reconheceu os efeitos da Resolução Homologatória 2.852/2021, no segundo trimestre de 2021, no montante de R\$211.246, como resultado do recálculo do componente financeiro incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o “reperfilamento” dos pagamentos, nos termos da Resolução.

b) Contrato de Concessão nº 079/00

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 30 de março de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.839 alterou os valores da RAP e das parcelas de ajuste para este contrato, gerando um ajuste positivo de R\$3.708 no ativo de contrato.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu a RAP para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº 2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº 2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão, inclusive pela Companhia.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

14. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Coligadas				
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	-	209.374	-	209.374
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	-	157.476	-	157.476
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	59.014	53.215	59.013	53.215
Guanhães Energia	125.172	131.391	125.172	131.391
Hidrelétrica Pipoca	46.722	35.552	46.722	35.552
Lightger	47.787	51.805	47.787	51.805
Baguari Energia	168.429	159.029	168.429	159.029
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	631.227	609.154	631.227
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	965.255	932.600	965.255
Aliança Geração	1.140.930	1.166.240	1.140.930	1.166.240
Retiro Baixo	200.385	195.235	200.385	195.235
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	88	55
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.652.343	1.452.217
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	526.776	455.480
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	211.956	179.745
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	165.369	143.704
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	214.845	174.005
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	147.702	127.128
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	105.990	83.870
Rosal Energia S.A.	-	-	114.751	127.020
Sá Carvalho S.A.	-	-	134.209	115.486
Horizontes Energia S.A.	-	-	59.575	55.461
Cemig PCH S.A.	-	-	90.117	89.898
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	144.129	3.801
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	7.734	56.838
Cemig Trading S.A.	-	-	2.158	30.315
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	177.707	161.061
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	273.988	245.436
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (1)	-	-	122.079	-
Total do investimento	3.330.193	3.755.799	7.481.708	7.257.319
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto (2)	(20.767)	(29.615)	(20.767)	(29.615)
Madeira Energia (usina Santo Antônio) - Provisões para perdas (3)	(161.648)	-	(161.648)	-
Total	3.147.778	3.726.184	7.299.293	7.227.704

- (1) Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$20.767 (R\$29.615 em 31 de dezembro de 2020). A perda está apresentada no balanço patrimonial como outras obrigações. Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2021, a Companhia realizou aporte na UHE Itaocara S.A. para fazer frente ao cumprimento da Sentença Arbitral Final em desfavor desta investida, proferida pela FGV na Câmara de Mediação e Arbitragem, no montante de R\$40.071, sendo este valor proporcional a sua participação acionária nesta investida, de 49%. Esse montante foi reconhecido em "outras despesas" no resultado da Companhia.
- (3) Foi reconhecida uma perda na extensão das obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$161.648. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia analisou se o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (nota explicativa nº 1.b) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/ CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado das análises, a Companhia concluiu que a pandemia trouxe efeitos conjunturais e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu alteração relevante. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, a Companhia não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável de seus investimentos em razão do atual cenário econômico, exceto pelo investimento detido na MESA, conforme divulgado em mais detalhes ao longo dessa nota explicativa.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$49.241 (R\$53.858 em 31 de dezembro de 2020) e R\$67.205 (R\$73.983 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 16.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Amortização	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Baixa (1)	Saldo em 31/12/2021
Retiro Baixo	30.576	(1.390)	29.186	(1.390)	-	27.796
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	17.263	(737)	16.526	(738)	(15.788)	-
Aliança Geração	352.225	(25.310)	326.915	(25.310)	-	301.605
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	50.603	(1.971)	48.632	(1.972)	-	46.660
	450.667	(29.408)	421.259	(29.410)	(15.788)	376.061

- (1) Redução a zero do saldo do investimento da Companhia na Madeira Energia S.A. em função de sentença no âmbito de processo arbitral. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Amortização	Impairment (1)	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Baixa (2)	Saldo em 31/12/2021
Retiro Baixo	30.576	(1.390)	-	29.186	(1.390)	-	27.796
Central Eólica Praias de Parajuru	60.072	(6.214)	-	53.858	(4.617)	-	49.241
Central Eólica Volta do Rio	66.606	(6.448)	13.825	73.983	(6.778)	-	67.205
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	17.263	(737)	-	16.526	(738)	(15.788)	-
Aliança Geração	352.225	(25.310)	-	326.915	(25.310)	-	301.605
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	50.603	(1.971)	-	48.632	(1.972)	-	46.660
	577.345	(42.070)	13.825	549.100	(40.805)	(15.788)	492.507

- (1) Em virtude de análise de indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reverteu a perda no valor recuperável dos direitos de autorização de geração de energia eólica de Volta do Rio, em 31 de dezembro de 2020.
- (2) Redução a zero do saldo do investimento da Companhia na Madeira Energia S.A. em função de sentença no âmbito de processo arbitral. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

b) Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aportes	Perdas em investimentos	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	14.130	-	-	(8.331)	59.014
Guanhães Energia	131.391	(6.219)	-	-	-	125.172
Hidrelétrica Pipoca	35.552	11.170	-	-	-	46.722
Madeira Energia (usina Santo Antônio) (1)	209.374	(209.374)	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	157.476	(157.476)	-	-	-	-
Baguari Energia	159.029	31.071	-	-	(21.671)	168.429
Lightger	51.805	7.966	-	-	(11.984)	47.787
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	965.255	(32.730)	75	-	-	932.600
Aliança Norte (usina Belo Monte)	631.227	(22.073)	-	-	-	609.154
Aliança Geração	1.166.240	199.586	-	-	(224.896)	1.140.930
Retiro Baixo	195.235	12.352	-	-	(7.202)	200.385
Total do investimento	3.755.799	(151.597)	75	-	(274.084)	3.330.193
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto (2)	(29.615)	7.489	41.430	(40.071)	-	(20.767)
Madeira Energia - Provisão para perdas (1)	-	(161.648)	-	-	-	(161.648)
Total	3.726.184	(305.756)	41.505	(40.071)	(274.084)	3.147.778

- (1) Em dezembro de 2021, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento detido na Madeira Energia S.A. e reconheceu um passivo correspondente a sua participação nesta investida, em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Em 01 de dezembro de 2021, a Companhia realizou aporte na UHE Itaocara S.A. para fazer frente ao cumprimento da Sentença Arbitral Final em desfavor desta investida, proferida pela FGV na Câmara de Mediação e Arbitragem, no montante de R\$40.071, sendo este valor proporcional a sua participação acionária nesta investida, de 49%. Esse montante foi reconhecido em “outras despesas” no resultado da Companhia. Adicionalmente, foi realizado aporte no montante de R\$1.359 para cobertura de despesas previstas no orçamento de 2021 da investida.

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 31/12/2020
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	9.200	-	(9.713)	53.215
Guanhães Energia	131.076	315	-	-	131.391
Hidrelétrica Pipoca	30.730	11.285	-	(6.463)	35.552
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	166.617	42.757	-	-	209.374
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	384.809	(227.333)	-	-	157.476
Baguari Energia	157.499	22.810	-	(21.280)	159.029
Lightger	46.487	12.231	-	(6.913)	51.805
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.027.860	(62.754)	149	-	965.255
Aliança Norte (usina Belo Monte)	671.166	(40.377)	438	-	631.227
Aliança Geração	1.191.550	89.120	-	(114.430)	1.166.240
Retiro Baixo	180.043	15.192	-	-	195.235
Total do investimento	4.041.565	(127.554)	587	(158.799)	3.755.799
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(21.810)	(8.994)	1.189	-	(29.615)
Total	4.019.755	(136.548)	1.776	(158.799)	3.726.184

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aportes	Reestruturação societária	Perdas em investimentos	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	14.129	-	-	-	(8.331)	59.013
Guanhães Energia	131.391	(6.219)	-	-	-	-	125.172
Hidrelétrica Pipoca	35.552	11.170	-	-	-	-	46.722
Madeira Energia (usina de Santo Antônio) (3)	209.374	(209.374)	-	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (3)	157.476	(157.476)	-	-	-	-	-
Baguari Energia	159.029	31.071	-	-	-	(21.671)	168.429
Central Eólica Praias Parajuru	161.061	18.959	-	-	-	(2.313)	177.707
Central Eólica Volta do Rio	245.436	28.552	-	-	-	-	273.988
Lightger	51.805	7.966	-	-	-	(11.984)	47.787
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	965.255	(32.730)	75	-	-	-	932.600
Aliança Norte (usina Belo Monte)	631.227	(22.073)	-	-	-	-	609.154
Aliança Geração	1.166.240	199.586	-	-	-	(224.896)	1.140.930
Retiro Baixo	195.235	12.352	-	-	-	(7.202)	200.385
Cemig Baguari	55	(17)	50	-	-	-	88
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.452.217	318.791	-	-	-	(118.665)	1.652.343
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	455.480	106.881	-	-	-	(35.585)	526.776
Cemig Ger. Itutinga S.A.	179.745	60.397	-	-	-	(28.186)	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	143.704	51.136	-	-	-	(29.471)	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	174.005	55.604	-	-	-	(14.764)	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	127.128	40.696	-	-	-	(20.122)	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	83.870	22.120	-	-	-	-	105.990
Rosal Energia S.A.	127.020	26.056	-	-	-	(38.325)	114.751
Sá Carvalho S.A.	115.486	59.676	-	-	-	(40.953)	134.209
Horizontes Energia S.A.	55.461	18.532	-	-	-	(14.418)	59.575
Cemig PCH S.A.	89.898	30.857	-	-	-	(30.638)	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (1)	3.801	2.645	137.683	-	-	-	144.129
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	56.838	132.150	-	-	-	(181.254)	7.734
Cemig Trading S.A.	30.315	958	-	-	-	(29.115)	2.158
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (2)	-	2.393	-	123.724	-	(4.038)	122.079
Total do Investimento	7.257.319	824.788	137.808	123.724	-	(861.931)	7.481.708
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto (4)	(29.615)	7.489	41.430	-	(40.071)	-	(20.767)
Madeira Energia - Provisão para perdas (3)	-	(161.648)	-	-	-	-	(161.648)
Total	7.227.704	670.629	179.238	123.724	(40.071)	(861.931)	7.299.293

- (1) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021. No 3º trimestre de 2021, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, os ativos vinculados à PCH Poço Fundo, no valor de R\$77.483, além do montante de R\$20.000, em espécie. A transferência dos ativos vinculados à Poço Fundo no montante de R\$77.483 não envolveu caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. No 4º trimestre de 2021 a Companhia realizou novo aporte nesta investida, no montante de R\$40.000, em espécie.
- (2) Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (3) Em dezembro de 2021, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento detido na Madeira Energia S.A. e reconheceu um passivo correspondente a sua participação nesta investida, em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (4) Em 01 de dezembro de 2021, a Companhia realizou aporte na UHE Itaocara S.A. para fazer frente ao cumprimento da Sentença Arbitral Final em desfavor desta investida, proferida pela FGV na Câmara de Mediação e Arbitragem, no montante de R\$40.071, sendo este valor proporcional a sua participação acionária nesta investida, de 49%. Esse montante foi reconhecido em "outras despesas" no resultado da Companhia. Adicionalmente, foi realizado aporte no montante de R\$1.359 para cobertura de despesas previstas no orçamento de 2021 da investida.

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2020
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	9.200	-	(9.713)	-	53.215
Guanhães Energia	131.076	315	-	-	-	131.391
Hidrelétrica Pipoca	30.730	11.285	-	(6.463)	-	35.552
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	166.617	42.757	-	-	-	209.374
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	384.809	(227.333)	-	-	-	157.476
Baguari Energia	157.499	22.810	-	(21.280)	-	159.029
Central Eólica Praias Parajuru	149.260	(2.199)	14.000	-	-	161.061
Central Eólica Volta do Rio (1)	124.507	(28.896)	136.000	-	13.825	245.436
Lightger	46.487	12.231	-	(6.913)	-	51.805
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.027.860	(62.754)	149	-	-	965.255
Aliança Norte (usina Belo Monte)	671.166	(40.377)	438	-	-	631.227
Aliança Geração	1.191.550	89.120	-	(114.430)	-	1.166.240
Retiro Baixo	180.043	15.192	-	-	-	195.235
Cemig Baguari	19	(14)	50	-	-	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.407.996	177.542	-	(133.321)	-	1.452.217
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	446.318	58.511	-	(49.349)	-	455.480
Cemig Ger. Itutinga S.A.	183.617	21.775	-	(25.647)	-	179.745
Cemig Geração Camargos S.A.	136.140	24.706	-	(17.142)	-	143.704
Cemig Geração Sul S.A.	179.275	19.225	-	(24.495)	-	174.005
Cemig Geração Leste S.A.	126.802	21.181	-	(20.855)	-	127.128
Cemig Geração Oeste S.A.	72.648	12.125	-	(903)	-	83.870
Rosal Energia S.A.	127.994	28.097	-	(29.071)	-	127.020
Sá Carvalho S.A.	123.929	33.405	-	(41.848)	-	115.486
Horizontes Energia S.A.	57.397	16.622	-	(18.558)	-	55.461
Cemig PCH S.A.	97.731	22.138	-	(29.971)	-	89.898
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	3.638	163	-	-	-	3.801
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	28.263	56.254	-	(27.679)	-	56.838
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (2)	3.359	751	-	(1.581)	(2.529)	-
Cemig Trading S.A.	31.027	29.115	-	(29.827)	-	30.315
Total do Investimento	7.341.485	362.947	150.637	(609.046)	11.296	7.257.319
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(21.810)	(8.994)	1.189	-	-	(29.615)
Total	7.319.675	353.953	151.826	(609.046)	11.296	7.227.704

- (1) Em virtude de análise de indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reverteu a perda no valor recuperável dos direitos de autorização de geração de energia eólica de Volta do Rio, em 31 de dezembro de 2020.
- (2) Em 1º de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações. A movimentação apresentada na coluna “Outros” decorre da incorporação desta subsidiária.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	117.110	112.043	117.404	112.337
Proposta de dividendos feitos pelas investidas	274.084	158.799	861.931	609.046
Recebimentos	(159.096)	(153.732)	(699.131)	(603.979)
Saldo final	232.098	117.110	280.204	117.404

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 31 de dezembro de 2021			Em 31 de dezembro de 2020		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Coligadas							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio) (5)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	1.492.037	15,51	10.619.786	2.259.093
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	120.436	49,00	35.000	108.602
Guanhães Energia (3)	548.626.000	49,00	548.626	255.453	49,00	548.626	268.144
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	93.390	49,00	41.360	72.554
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	242.736	69,39	186.573	229.189
Lightger (3)	79.078.937	49,00	79.232	97.525	49,00	79.232	105.724
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.923.360.811	49,00	1.209.043	1.147.947	49,00	1.209.043	1.188.963
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.251.811	74,50	1.322.698	1.295.644
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.857.905	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	345.868	49,90	225.350	324.810
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	156.259.500	49,00	156.259	(42.381)	49,00	71.709	(60.438)
Controladas							
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	88	100,00	356	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.652.343	100,00	1.291.423	1.452.217
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	526.776	100,00	405.268	455.480
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	211.956	100,00	151.309	179.745
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	165.369	100,00	113.499	143.704
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	214.845	100,00	148.147	174.006
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	147.702	100,00	100.569	127.128
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	105.990	100,00	60.595	83.870
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	114.751	100,00	46.944	127.019
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	134.209	100,00	36.833	115.486
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	59.575	100,00	39.258	55.461
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	90.117	100,00	45.952	89.898
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (2)	97.161.578	100,00	97.162	144.128	100,00	1.402	3.801
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	7.734	100,00	486	56.838
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	2.158	100,00	1.000	30.315
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	85.834.843	100,00	85.835	128.466	100,00	70.560	107.204
Central Eólica Volta do Rio S.A.	274.867.441	100,00	274.867	206.783	100,00	117.230	171.453
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (4)	28.000.000	100,00	28.000	122.079	100,00	28.000	118.217

* Em 11 de novembro de 2021, a Companhia celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia junto a esta investida. Assim, o investimento foi classificado para ativo não circulante mantido para venda. Para mais informações, ver nota explicativa nº 30.

- (1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;
- (2) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021. No 3º trimestre de 2021, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, os ativos vinculados à PCH Poço Fundo, no valor de R\$77.483, além do montante de R\$20.000, em espécie. No 4º trimestre de 2021, a Companhia realizou novo aporte nesta investida, no montante de R\$40.000, em espécie.
- (3) Em 09 de dezembro de 2021, a Light informou ao mercado que assinou com a Brasal Energia S.A. o contrato (CCVA) para venda de sua participação societária em Guanhães e Lightger, sujeito às condições precedentes usuais nesse tipo de transação. A Brasal Energia S.A. fará adesão integral ao acordo de acionistas vigente para essas investidas.
- (4) Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (5) O montante total do patrimônio líquido, divulgado originalmente pela investida, foi ajustado pela Companhia para fins de equivalência patrimonial considerando eventos subsequentes modificativos em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são como segue:

2021	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia (1)	Hidrelétrica Pipoca	Lightger
Ativo						
Circulante	29.407	71.753	15.605	927.739	17.532	35.465
Caixa e equivalentes de caixa	25.397	3.245	5.205	179.644	11.968	29.382
Não circulante	92.761	218.200	391.787	23.286.096	101.264	119.645
Total do ativo	122.168	289.953	407.392	24.213.835	118.796	155.110
Passivo						
Circulante	867	21.346	41.255	2.309.383	9.551	11.375
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.951	116.120	6.543	8.573
Não circulante	865	25.870	110.684	20.412.415	13.860	46.210
Empréstimos e financiamentos	-	-	92.680	12.827.607	13.497	46.211
Patrimônio líquido	120.436	242.737	255.453	1.492.037	95.385	97.525
Total do passivo e patrimônio líquido	122.168	289.953	407.392	24.213.835	118.796	155.110
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	37.282	76.527	51.536	3.757.969	38.739	54.232
Custos operacionais	(8.002)	(9.041)	(54.595)	(2.291.671)	(11.356)	(25.917)
Depreciação	(3.088)	(11.094)	(18.009)	(869.997)	(3.205)	(10.587)
Lucro bruto	29.280	67.486	(3.059)	1.466.298	27.383	28.315
Despesas gerais e administrativas	-	(78)	-	(80.547)	(1.978)	(1.645)
Receita financeira	1.271	3.978	473	265.048	346	2.433
Despesa financeira	(10)	(3.577)	(8.445)	(3.475.505)	(1.712)	(11.073)
Resultado operacional	30.541	67.809	(11.031)	(1.824.706)	24.039	18.030
Imposto de renda e contribuição social	(1.707)	(23.031)	(1.660)	1.812.320	(1.142)	(2.554)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	28.834	44.778	(12.691)	(12.386)	22.897	15.476
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	28.834	44.778	(12.691)	(12.386)	22.897	15.476
Resultado abrangente do exercício	28.834	44.778	(12.691)	(12.386)	22.897	15.476

- (1) O montante total do patrimônio líquido, divulgado originalmente pela investida, foi ajustado pela Companhia para fins de equivalência patrimonial considerando eventos subsequentes modificativos em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

2021	Amazônia Energia	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	101	111.093	727.760	97	4.618
Caixa e equivalentes de caixa	101	98.593	378.108	88	4.513
Não circulante	1.253.799	321.788	3.364.245	1.149.638	11.292
Total do ativo	1.253.900	432.881	4.092.005	1.149.735	15.910
Passivo					
Circulante	2.090	37.780	761.742	234	58.291
Empréstimos e financiamentos	-	13.705	101.316	-	-
Não circulante	-	49.234	1.472.358	1.554	-
Empréstimos e financiamentos	-	41.086	700.351	-	-
Patrimônio líquido (negativo)	1.251.810	345.867	1.857.905	1.147.947	(42.381)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.253.900	432.881	4.092.005	1.149.735	15.910
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	70.221	1.095.636	-	-
Custos operacionais	(1.647)	(25.532)	(101.761)	(481)	(36.070)
Depreciação	-	(8.848)	(156.802)	-	-
Lucro bruto	(1.647)	44.689	993.875	(481)	(36.070)
Despesas gerais e administrativas	-	(2.854)	(44.315)	(1.584)	-
Receita financeira	-	4.332	41.720	8	133
Despesa financeira	(1)	(4.777)	(233.424)	(7)	(30.556)
Resultado operacional	(1.648)	41.390	757.856	(2.064)	(66.493)
Resultado de equivalência patrimonial	(42.286)	-	-	(38.953)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(13.775)	(252.020)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(43.934)	27.615	505.836	(41.017)	(66.493)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício	(43.934)	27.615	505.836	(41.017)	(66.493)
Resultado abrangente do exercício	(43.934)	27.615	505.836	(41.017)	(66.493)

2020	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Lightger
Ativo						
Circulante	29.758	63.452	13.299	945.143	21.114	103.508
Caixa e equivalentes de caixa	26.073	10.425	5.939	262.620	8.466	80.173
Não circulante	80.499	208.577	404.588	21.369.986	88.642	128.937
Total do ativo	110.257	272.029	417.887	22.315.129	109.756	232.445
Passivo						
Circulante	1.655	22.259	26.664	1.149.935	16.817	72.086
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.606	107.579	6.555	8.579
Não circulante	-	20.581	123.079	18.906.101	20.385	54.635
Empréstimos e financiamentos	-	-	105.515	4.902.313	19.975	54.613
Patrimônio líquido	108.602	229.189	268.144	2.259.093	72.554	105.724
Total do passivo e patrimônio líquido	110.257	272.029	417.887	22.315.129	109.756	232.445
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	33.739	73.595	49.008	3.200.238	33.550	51.938
Custos operacionais	(14.547)	(30.192)	(36.173)	(2.719.799)	(6.296)	(9.077)
Depreciação	(2.786)	(11.026)	(17.085)	(868.594)	(3.194)	(10.584)
Lucro bruto	19.192	43.403	12.835	480.439	27.254	42.861
Despesas gerais e administrativas	-	5.154	-	(82.383)	(1.472)	(1.297)
Receita financeira	1.022	2.168	333	258.775	303	2.029
Despesa financeira	(6)	(952)	(10.207)	(2.112.254)	(1.519)	(16.201)
Resultado operacional	20.208	49.773	2.961	(1.455.423)	24.566	27.392
Imposto de renda e contribuição social	(1.432)	(16.899)	(1.567)	9.756	(1.535)	(2.430)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18.776	32.874	1.394	(1.445.667)	23.031	24.962
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18.776	32.874	1.394	(1.445.667)	23.031	24.962
Resultado abrangente do exercício	18.776	32.874	1.394	(1.445.667)	23.031	24.962

2020	Amazônia Energia	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	116	86.830	805.696	597	2.649
Caixa e equivalentes de caixa	101	74.234	385.220	572	2.465
Não circulante	1.296.085	331.496	2.460.761	1.188.588	10.429
Total do ativo	1.296.201	418.326	3.266.457	1.189.185	13.078
Passivo					
Circulante	557	29.623	503.049	222	73.516
Empréstimos e financiamentos	-	13.700	19.328	-	-
Não circulante	-	63.893	905.503	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	54.764	261.024	-	-
Patrimônio líquido (negativo)	1.295.644	324.810	1.857.905	1.188.963	(60.438)
Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)	1.296.201	418.326	3.266.457	1.189.185	13.078
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	73.240	1.042.130	-	-
Custos operacionais	(173)	(29.230)	(580.208)	-	(12.990)
Depreciação	-	(10.526)	(153.517)	-	(44)
Lucro (prejuízo) bruto	(173)	44.010	461.922	-	(12.990)
Despesas gerais e administrativas	-	(3.839)	(46.537)	(976)	-
Receita financeira	1	1.853	28.160	28	71
Despesa financeira	(2)	(5.839)	(62.522)	(2)	(5.437)
Resultado operacional	(174)	36.185	381.023	(950)	(18.356)
Resultado de equivalência patrimonial	(84.060)	-	-	(77.435)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(3.034)	(126.735)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(84.234)	33.151	254.288	(78.385)	(18.356)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do Exercício	(84.234)	33.151	254.288	(78.385)	(18.356)
Resultado abrangente do exercício	(84.234)	33.151	254.288	(78.385)	(18.356)

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Companhia possui participação na SAAG)

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão por 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, em 13 de junho de 2008. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial com a 1ª unidade geradora, em 2012, e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a MESA segue com capital circulante líquido negativo. Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa.

Procedimento arbitral 115/2018 – Madeira Energia S.A

Em 2018, a SAAG e a Companhia instauraram o Procedimento Arbitral 115/2018, visando desconstituir o aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária da MESA ocorrida em 28 de agosto de 2018, por meio de capitalização de créditos decorrentes da anulação do aumento de capital realizado em 2014, que havia sido anulado em processo arbitral anterior.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral, assim como em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos que determinou a devolução de aporte de capital feito pelos acionistas nessa investida.

Como consequência da sentença arbitral, a participação societária direta e indireta da Companhia na MESA, é aumentada de 8,54% para 9,86% e de 6,97% para 8,05%, respectivamente, e sua participação societária consolidada de 15,51% para 17,91%.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende ser remota a reversão dos efeitos dessa sentença arbitral e aguarda o cumprimento da mesma.

Procedimento Arbitral 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21511/ASM/JPA (c. 21673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAESA), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual previstos em contrato.
- ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 07 de fevereiro de 2022, indica que parte dos pedidos da SAESA foram deferidos, assim como alguns dos pedidos do CCSA e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAESA, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento, pela Companhia, dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAESA.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, dos quais a SAESA discorda veementemente, já provisionados nas demonstrações financeiras da SAESA sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R\$770 milhões) e “Outras Provisões” (R\$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com valor adicional estimado em R\$226 milhões a pagar.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, os valores a que a SAESA eventualmente vier a ser condenada deverão ser pagos conforme procedimentos definidos nos respectivos contratos de financiamentos.

Em 09 de março de 2022, a SAESA protocolou pedido de esclarecimentos acerca de determinados pontos da sentença, inclusive relativos a aspectos pecuniários e entende que somente após apreciação deste pedido e de possíveis esclarecimentos a serem solicitados pelas outras partes envolvidas a sentença se tornará definitiva, apta a produzir efeitos e com a efetiva definição dos valores a serem eventualmente devidos pela SAESA.

A SAESA reiterou ainda que o Procedimento Arbitral se encontra em andamento e segue revestido de confidencialidade.

Investimento na Madeira Energia S.A.

A sentença arbitral, desfavorável aos pleitos da SAE, representa um evento subsequente ao período contábil a que se refere as demonstrações financeiras da Companhia, com efeito modificativo e de forma a refletir os resultados preliminares da referida sentença arbitral, uma vez que evidencia condições que já existiam em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as previsões do CPC 24/IAS 10 – Evento subsequente.

Como resultado das sentenças arbitrais mencionadas acima, a Companhia reconheceu a perda no montante de R\$366.850, resultando, assim, na redução a zero do valor do investimento, e constituiu uma provisão referente às obrigações assumidas perante a investida em acordos de suporte e garantias, em conformidade ao CPC 18 – Investimentos em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto, no montante de R\$161.648.

Esta provisão foi estimada a partir da aplicação do percentual de participação societária direta da Companhia na MESA, atualmente 9,86%, sobre a saída de caixa prevista para fazer jus à dívida decorrente da sentença arbitral. Considerando haver circunstâncias específicas estabelecidas em acordos de acionistas, contrato de compra e venda de ações da SAAG e nas próprias garantias prestadas pela SAAG à SAESA, a Companhia entende que não possui responsabilidade em relação à sua participação indireta na MESA, atualmente 8,05%, uma vez que não assumiu as obrigações contraídas pela SAAG frente à SAESA antes de sua efetiva entrada no negócio, sendo que a outra acionista e antiga detentora de 100% da participação societária (AG Participações) permanece como garantidora de todas as obrigações perante essa investida.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2021, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$189.028 (R\$160.351 em 31 de dezembro de 2020) e ainda despenderá quantias relevantes em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

A Companhia procedeu também com a análise do valor recuperável do seu investimento na NESA, com base no seu valor em uso, em conformidade ao previsto no IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e no IFRS 13/CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, e concluiu que o valor recuperável desse investimento supera o seu valor contábil em 31 de dezembro de 2021.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.832.000 (R\$2.407.000 em 31 de dezembro de 2020).

d) Reestruturação societária de subsidiária integral de transmissão - Centroeste

Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento devido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. Por envolver entidades sob controle comum, essa reestruturação está fora do escopo da IFRS 3/ CPC 15 (R1).

Essa transferência, que contou com a anuência prévia da Aneel, foi realizada pelo montante de R\$123.724, com base em Laudo de Avaliação patrimonial, a valores contábeis, na data-base de 31 de outubro de 2021.

O acervo líquido contábil da Centroeste descrito no laudo de avaliação está demonstrado a seguir:

	Centroeste
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	22.693
Concessionárias e permissionárias	2.544
Tributos compensáveis	64
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	391
Ativo de contrato	26.528
Outros créditos	387
TOTAL DO CIRCULANTE	52.607
NÃO CIRCULANTE	
Depósitos vinculados	389
Ativo de contrato	90.724
Imobilizado	199
Outros créditos	18
Direito de uso	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	91.409
ATIVO TOTAL	144.016
CIRCULANTE	
Fornecedores	180
Tributos a recolher	1.176
Encargos regulatórios	637
Dividendos a pagar	11.039
Passivo de arrendamento	10
TOTAL DO CIRCULANTE	13.042
NÃO CIRCULANTE	
Fornecedores	19
Tributos diferidos	3.343
Imposto de renda e contribuição social	3.815
Passivo de arrendamentos	73
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	7.250
TOTAL DO PASSIVO	20.292
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	28.000
Reservas de lucros	95.724
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	123.724
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	144.016

e) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento por meio da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas demonstrações financeiras.

Madeira Energia S.A. (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas demonstrações financeiras.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia na Guanhães e na MESA.

Adicionalmente, desde 2017, a Renova, investida cuja participação societária detida pela Companhia foi classificada no ativo não circulante mantido para venda em 2021, é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos, mas não são esperados efeitos resultantes dessas investigações que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela Renova, uma vez que não foram assumidas pela Companhia obrigações contratuais ou construtivas perante a investida.

Considerando o CCVA firmado para alienação do investimento detido na Renova, conforme nota explicativa nº 30, também não são esperados efeitos após a conclusão da transação de venda, considerando que o instrumento de compra e venda de ações não prevê qualquer direito de indenização contra a Companhia em relação a qualquer ato, fato, evento, ação ou omissão ocorrido antes e/ou após a data de sua assinatura, exceto na medida em que constituam uma violação ou inexecução de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia. No âmbito do contrato, as partes reconheceram expressamente, o caráter de “porteira fechada” da transação.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação (CEI) cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais se estenderam até agosto de 2021, sendo que em setembro de 2021, a Companhia firmou com o DoJ uma extensão do Tolling Agreement por um período adicional de doze meses. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ, em conformidade com as eventuais demandas apresentadas.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela empresa especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de outras alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma nova comissão, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em 2020 foi concluída e o seu relatório final foi entregue e aprovado pela Comissão de Investigação em 24 de novembro de 2021, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. No entanto, a Companhia aguarda o desfecho das investigações em andamento por parte do MPMG e manifestação das autoridades nacionais e internacionais às quais os relatórios foram apresentados para confirmar se algum procedimento adicional será necessário.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	2021			2020		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	7.328.985	(5.216.046)	2.112.939	7.321.663	(5.091.975)	2.229.688
Terrenos	246.523	(25.822)	220.701	246.775	(22.624)	224.151
Reservatórios, barragens e adutoras	3.295.828	(2.352.006)	943.822	3.299.589	(2.279.878)	1.019.711
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.085.888	(837.918)	247.970	1.100.414	(835.826)	264.588
Máquinas e equipamentos	2.667.242	(1.970.649)	696.593	2.641.324	(1.924.711)	716.613
Veículos	20.602	(19.230)	1.372	20.602	(18.756)	1.846
Móveis e utensílios	12.902	(10.421)	2.481	12.959	(10.180)	2.779
Em curso	304.586	-	304.586	175.993	-	175.993
Ativos em curso	304.586	-	304.586	175.993	-	175.993
Imobilizado líquido	7.633.571	(5.216.046)	2.417.525	7.497.656	(5.091.975)	2.405.681

Controladora	2021			2020		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	6.155.957	(4.609.197)	1.546.760	6.182.139	(4.523.568)	1.658.571
Terrenos	241.900	(25.418)	216.482	242.176	(22.261)	219.915
Reservatórios, barragens e adutoras	3.013.067	(2.204.303)	808.764	3.021.850	(2.141.101)	880.749
Edificações, obras civis e benfeitorias	997.133	(795.789)	201.344	1.013.858	(797.915)	215.943
Máquinas e equipamentos	1.870.814	(1.554.440)	316.374	1.871.166	(1.533.759)	337.407
Veículos	20.384	(19.012)	1.372	20.388	(18.542)	1.846
Móveis e utensílios	12.659	(10.235)	2.424	12.701	(9.990)	2.711
Em curso	110.086	-	110.086	114.568	-	114.568
Ativos em curso	110.086	-	110.086	114.568	-	114.568
Imobilizado líquido	6.266.043	(4.609.197)	1.656.846	6.296.707	(4.523.568)	1.773.139

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Reversão de provisão (2)	Reestruturação societária	Transferência (3)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Em serviço	2.229.688	-	-	-	69.212	(14.842)	(171.119)	2.112.939
Terrenos (1)	224.151	-	-	-	-	(620)	(2.830)	220.701
Reservatórios, barragens e adutoras	1.019.711	-	-	-	4.767	-	(80.656)	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	264.588	-	-	-	826	(25)	(17.419)	247.970
Máquinas e equipamentos	716.613	-	-	-	63.619	(14.195)	(69.444)	696.593
Veículos	1.846	-	-	-	-	-	(474)	1.372
Móveis e utensílios	2.779	-	-	-	-	(2)	(296)	2.481
Em curso	175.993	181.713	15.893	199	(69.212)	-	-	304.586
Imobilizado líquido	2.405.681	181.713	15.893	199	-	(14.842)	(171.119)	2.417.525

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.
- (3) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência (2)	Baixa (3)	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Em serviço	2.315.384	20.560	78.906	(3.126)	(182.036)	2.229.688
Terrenos (1)	228.275	340	-	(660)	(3.804)	224.151
Reservatórios, barragens e adutoras	1.080.125	-	19.870	(51)	(80.233)	1.019.711
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.485	-	9.434	(319)	(18.012)	264.588
Máquinas e equipamentos	727.488	20.204	49.580	(2.091)	(78.568)	716.613
Veículos	2.929	-	-	-	(1.083)	1.846
Móveis e utensílios	3.082	16	22	(5)	(336)	2.779
Em curso	133.103	112.485	(80.409)	10.814	-	175.993
Imobilizado líquido	2.448.487	133.045	(1.503)	7.688	(182.036)	2.405.681

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e para o Ativo Intangível (vide nota explicativa nº 16).
 (3) Inclui reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos em curso.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Reversão de provisão (2)	Aporte (3)	Transferência (4)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Em serviço	1.658.571	-	-	(1.443)	14.862	(747)	(124.483)	1.546.760
Terrenos (1)	219.915	-	-	(24)	-	(620)	(2.789)	216.482
Reservatórios, barragens e adutoras	880.749	-	-	(83)	651	-	(72.553)	808.764
Edificações, obras civis e benfeitorias	215.943	-	-	(8)	65	(25)	(14.631)	201.344
Máquinas e equipamentos	337.407	-	-	(1.328)	14.146	(100)	(33.751)	316.374
Veículos	1.846	-	-	-	-	-	(474)	1.372
Móveis e utensílios	2.711	-	-	-	-	(2)	(285)	2.424
Em curso	114.568	68.432	15.893	(73.945)	(14.862)	-	-	110.086
Imobilizado líquido	1.773.139	68.432	15.893	(75.388)	-	(747)	(124.483)	1.656.846

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.
 (3) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021. No 3º trimestre de 2021, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, os ativos vinculados à PCH Poço Fundo, no valor de R\$77.483, além do montante de R\$20.000, em espécie.
 (4) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência (2)	Baixa (3)	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Em serviço	1.749.912	6.839	39.615	(1.437)	(136.358)	1.658.571
Terrenos (1)	224.327	-	-	(660)	(3.752)	219.915
Reservatórios, barragens e adutoras	933.523	-	18.776	-	(71.550)	880.749
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.612	-	926	(56)	(15.539)	215.943
Máquinas e equipamentos	355.526	6.823	19.905	(716)	(44.131)	337.407
Veículos	2.928	-	-	-	(1.082)	1.846
Móveis e utensílios	2.996	16	8	(5)	(304)	2.711
Em curso	72.279	67.846	(39.615)	14.058	-	114.568
Imobilizado líquido	1.822.191	74.685	-	12.621	(136.358)	1.773.139

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.
 (3) Inclui reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos em curso.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,05%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Veículos	14,29
Edificação – casa de força	2,00	Equipamento geral de informática	16,67
Edificação – outras	3,33	Equipamento geral	6,25
Gerador	3,33	Edificação - outras	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Condutor forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Urbanização e benfeitorias	3,33		

A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	2021	2020
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.009	218.111
Depreciação acumulada			(126.583)	(117.271)
Total em operação			93.426	100.840
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	43	1.580
Total em construção			43	1.580
Total			93.469	102.420

16. INTANGÍVEIS

Consolidado	2021			2020		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	1.326.989	(226.203)	1.100.786	298.944	(150.917)	148.027
Servidão	14.692	(4.726)	9.966	13.217	(4.045)	9.172
Concessão onerosa	13.599	(8.491)	5.108	19.169	(13.288)	5.881
Ativos da concessão (1)	202.338	(85.892)	116.446	202.338	(74.497)	127.841
Ativos da concessão - GSF	1.031.809	(65.744)	966.065	-	-	-
Outros	64.551	(61.350)	3.201	64.220	(59.087)	5.133
Em curso	12.126	-	12.126	8.459	-	8.459
Ativos em formação	12.126	-	12.126	8.459	-	8.459
Intangível líquido	1.339.115	(226.203)	1.112.912	307.403	(150.917)	156.486

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$116.446 são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	2021			2020		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	892.909	(131.617)	761.292	94.430	(76.149)	18.281
Servidão	11.451	(4.481)	6.970	11.451	(3.923)	7.528
Concessão onerosa	11.720	(7.171)	4.549	19.169	(13.288)	5.881
Ativos da concessão - GSF	805.613	(58.845)	746.768	-	-	-
Outros	64.125	(61.120)	3.005	63.810	(58.938)	4.872
Em curso	12.113	-	12.113	8.443	-	8.443
Ativos em formação	12.113	-	12.113	8.443	-	8.443
Intangível líquido	905.022	(131.617)	773.405	102.873	(76.149)	26.724

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Em serviço	148.027	1.031.809	1.806	(151)	(80.705)	1.100.786
Servidão	9.172	-	1.475	-	(681)	9.966
Concessão onerosa	5.881	-	-	(151)	(622)	5.108
Ativos da concessão	127.841	-	-	-	(11.395)	116.446
Ativos da concessão - GSF	-	1.031.809	-	-	(65.744)	966.065
Outros	5.133	-	331	-	(2.263)	3.201
Em curso	8.459	5.473	(1.806)	-	-	12.126
Ativos em formação	8.459	5.473	(1.806)	-	-	12.126
Total	156.486	1.037.282	-	(151)	(80.705)	1.112.912

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Impairment (1)	Capitalização/Transferência (2)	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Em serviço	148.218	-	13.825	3.456	(17.472)	148.027
Servidão	8.457	-	-	1.468	(753)	9.172
Concessão onerosa	6.560	-	-	-	(679)	5.881
Ativos da concessão	126.678	-	13.825	-	(12.662)	127.841
Outros	6.523	-	-	1.988	(3.378)	5.133
Em curso	7.369	3.043	-	(1.953)	-	8.459
Ativos em formação	7.369	3.043	-	(1.953)	-	8.459
Total	155.587	3.043	13.825	1.503	(17.472)	156.486

- (1) Saldo referente à reversão de perda no valor recuperável de R\$13.825, reconhecida “em outras receitas” como resultado do teste de impairment dos ativos de concessão de geração eólica de Volta do Rio, em 31 de dezembro de 2020.
- (2) Saldo referente à transferência do Ativo Imobilizado (vide nota explicativa nº 15) e de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Aporte (1)	Capitalização/Transferência (2)	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Em serviço	18.281	805.613	(2.095)	1.790	(151)	(62.146)	761.292
Servidão	7.528	-	(1.475)	1.475	-	(558)	6.970
Concessão onerosa	5.881	-	(620)	-	(151)	(561)	4.549
Ativos da concessão - GSF	-	805.613	-	-	-	(58.845)	746.768
Outros	4.872	-	-	315	-	(2.182)	3.005
Em curso	8.443	5.460	-	(1.790)	-	-	12.113
Ativos em formação	8.443	5.460	-	(1.790)	-	-	12.113
Total	26.724	811.073	(2.095)	-	(151)	(62.146)	773.405

- (1) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021. No 3º trimestre de 2021, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, os ativos vinculados à PCH Poço Fundo, no valor de R\$77.483, além do montante de R\$20.000, em espécie.
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Capitalização/Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Em serviço	20.918	-	1.942	(4.579)	18.281
Servidão	8.159	-	-	(631)	7.528
Concessão onerosa	6.560	-	-	(679)	5.881
Outros	6.199	-	1.942	(3.269)	4.872
Em curso	7.342	3.043	(1.942)	-	8.443
Ativos em formação	7.342	3.043	(1.942)	-	8.443
Total	28.260	3.043	-	(4.579)	26.724

- (1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

A taxa de amortização média anual da Companhia e de suas controladas é de 11,79%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

Repactuação do risco hidrológico—(Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReN. Aneel nº 895/2020.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu, no 2º trimestre de 2021, um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”, no montante de R\$909.601 para o consolidado e R\$683.405 para a controladora.

Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, por meio da Resolução Homologatória ReH 2.932/2021, incluindo Irapé e Queimado, cujo prazo de extensão estava em discussão no âmbito do Regulador, não sendo contemplados na ReH 2.919/2021. Assim, no 3º trimestre de 2021, foi reconhecido um aumento do ativo intangível no montante de R\$122.208, referente à extensão da outorga dessas usinas. Como resultado, o ativo intangível alcançou o montante total de R\$1.031.809 para o consolidado e R\$805.613 para a controladora, reconhecido em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros. A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Itutinga	7.713	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	4,0	19/07/2050
Ervalia	8	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	0,7	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	1,0	26/12/2046
Cemig Geração Oeste	234			
Cajuru (Cemig)	234	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Salto Grande	40.079	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Sul	2.106			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	0,8	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Marmelos	238	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Paciência	205	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Três Marias	115.831	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Poço Fundo	1.482	29/05/2045	7,0	27/05/2052
Cemig PCH (Pai Joaquim)	418	04/04/2032	0,4	14/09/2032
Horizontes	130			
Machado Mineiro	130	08/07/2025	1,9	21/05/2027
Rosal	8.900	08/05/2032	3,6	13/12/2035
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	1,7	27/08/2026
Total subsidiárias	226.196			
Nova Ponte	254.956	23/07/2025	2,1	11/08/2027
Irapé	105.010	28/02/2035	2,6	18/09/2037
Queimado	19.326	18/12/2032	1,8	26/06/2034
São Bernardo (Cemig)	649	19/08/2025	1,9	27/06/2027
Emborcação	425.672	23/07/2025	1,8	26/05/2027
Total Cemig GT	805.613			
Total (R\$)	1.031.809			

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicidas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguará	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em agosto de 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65
Contratos celebrados de agosto a dezembro/2021 (1)		
Até 5 anos	5,81	0,47
De 6 a 10 anos	5,89	0,48
De 11 a 15 anos	5,95	0,49
De 16 a 30 anos	5,95	0,49

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizada.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, que corresponde à mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	42.260	10.724	52.984
Baixa (contratos encerrados)	(1.002)	-	(1.002)
Adição	1.415	-	1.415
Amortização (1)	(6.494)	(6.086)	(12.580)
Remensuração (2)	1.545	(478)	1.067
Saldo em 31 de dezembro de 2020	37.724	4.160	41.884
Baixa (contratos encerrados)	(700)	-	(700)
Adição	54	-	54
Direito de uso recebido na reestruturação societária	79	-	79
Amortização (1)	(1.509)	(6.229)	(7.738)
Remensuração (2)	1.362	6.923	8.285
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.010	4.854	41.864

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.903	9.678	51.581
Baixa (contratos encerrados)	(692)	-	(692)
Adição	146	-	146
Amortização (1)	(6.435)	(5.558)	(11.993)
Remensuração (2)	1.510	(534)	976
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.432	3.586	40.018
Baixa (contratos encerrados)	(700)	-	(700)
Adição	54	-	54
Amortização (1)	(1.448)	(5.650)	(7.098)
Remensuração (2)	1.237	6.916	8.153
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.575	4.852	40.427

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$108 para consolidado e R\$106 para controladora (R\$572 e R\$573 em 31 de dezembro de 2020 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	55.059	53.599
Baixa (contratos encerrados)	(1.502)	(1.196)
Adição	1.415	146
Juros incorridos (1)	5.734	5.508
Arrendamentos pagos	(16.494)	(15.724)
Juros sobre arrendamentos pagos	(736)	(723)
Remensuração (2)	1.067	976
Saldo em 31 de dezembro de 2020	44.543	42.586
Baixa (contratos encerrados)	(572)	(572)
Adição	54	54
Passivo de arrendamento recebido na reestruturação societária	83	-
Juros incorridos (1)	5.210	5.004
Arrendamentos pagos	(11.611)	(10.806)
Juros sobre arrendamentos pagos	(542)	(493)
Remensuração (2)	8.285	8.153
Saldo em 31 de dezembro de 2021	45.450	43.926
Passivo circulante	9.829	9.637
Passivo não circulante	35.621	34.289

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$354 e R\$351 para consolidado e controladora, respectivamente (R\$392 e R\$388 em 31 de dezembro de 2020 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	133.392	45.450	128.648	43.926
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	11.559	3.666	11.438	3.627

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2022	10.300	10.095
2023	5.382	5.180
2024	5.366	5.167
2025	5.359	5.160
2026	5.359	5.160
2027 a 2045	101.626	97.886
Valores não descontados	133.392	128.648
Juros embutidos	(87.942)	(84.722)
Passivo de arrendamento	45.450	43.926

18. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Suprimento e transporte de energia elétrica	288.869	394.406	283.389	340.010
Materiais e serviços	94.917	71.533	50.990	52.564
	383.786	465.939	334.379	392.574

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
ICMS	22.797	20.597	17.910	15.663
Pasep (1)	14.336	17.339	12.242	15.618
Cofins (1)	64.946	78.801	56.360	72.018
INSS	10.337	7.066	6.497	5.662
ISSQN	2.439	2.145	1.857	1.756
Outros (2)	29.532	39.293	28.881	39.058
	144.387	165.241	123.747	149.775
Não circulante				
Pasep (1)	59.582	46.867	57.923	46.854
Cofins (1)	274.465	215.878	266.807	215.819
	334.047	262.745	324.730	262.673
	478.434	427.986	448.477	412.448

- (1) PIS/Pasep e Cofins registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 13.
- (2) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio.

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado 2021			Consolidado 2020
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (5)	2024	9,25%	USD	42.173	5.580.500	5.622.673	7.853.959
(-) Custos de transação				-	(8.220)	(8.220)	(15.664)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(13.356)	(13.356)	(25.314)
Dívida em moeda estrangeira				42.173	5.558.924	5.601.097	7.812.981
MOEDA NACIONAL							
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	-	-	-	17.204
Caixa Econômica Federal (3)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	-	-	-	14.086
Dívida em moeda nacional				-	-	-	31.290
Total de empréstimos e financiamentos				42.173	5.558.924	5.601.097	7.844.271
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	428.367	-	428.367	761.520
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (4)	2021	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	288.839
(-) Custos de transação				(4)	-	(4)	(8.919)
Total de debêntures				428.363	-	428.363	1.041.440
Total geral				470.536	5.558.924	6.029.460	8.885.711

- Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- Central Eólica Praias de Parajuru. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no montante de R\$5.320. Até a liquidação dos contratos, as garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.
- Central Eólica Volta do Rio. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no montante de R\$8.766. Até a liquidação dos contratos, as garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.
- Em 02 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o Resgate Antecipado Obrigatório do saldo das Debêntures, no montante de R\$264.796, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.3 da Escritura de sua 7ª Emissão de Debêntures, com 20% dos recursos líquidos obtidos pela Cemig (controladora da Companhia) com a venda da sua participação acionária na Light.
- Em agosto de 2021, a Companhia realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de US\$500 milhões. Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 2021			Controladora 2020
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (3)	2024	9,25%	USD	42.173	5.580.500	5.622.673	7.853.959
(-) Custos de transação				-	(8.220)	(8.220)	(15.664)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(13.356)	(13.356)	(25.314)
Dívida em moeda estrangeira				42.173	5.558.924	5.601.097	7.812.981
Total de empréstimos e financiamentos				42.173	5.558.924	5.601.097	7.812.981
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	428.367	-	428.367	761.520
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	288.839
(-) Custos de transação				(4)	-	(4)	(8.919)
Total de debêntures				428.363	-	428.363	1.041.440
Total geral				470.536	5.558.924	6.029.460	8.854.421

- Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- Em 02 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o Resgate Antecipado Obrigatório do saldo das Debêntures, no montante de R\$264.796, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.3 da Escritura de sua 7ª Emissão de Debêntures, com 20% dos recursos líquidos obtidos pela Cemig (controladora da Companhia) com a venda da sua participação acionária na Light.
- Em agosto de 2021, a Companhia realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de US\$500 milhões. Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Recompra parcial dos Eurobonds – Tender Offer

Em 19 de julho de 2021, foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Companhia (“Tender Offer”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de até US\$500 milhões. A implementação do Cash Tender considerou o preço de recompra de 116,25%, ou US\$1.162,50 por US\$1.000 do valor principal.

Em 30 de julho de 2021, foram recebidas ofertas de titulares de Notes representando o montante total de US\$774 milhões. Uma vez que o valor principal agregado de todas as Notes validamente ofertadas até a Data da Oferta Antecipada excedeu o montante máximo, a Companhia aceitou as Notes ofertadas em uma base pro rata, considerando o valor teto de US\$500 milhões.

Adicionalmente ao Valor Total de Aquisição, os titulares de Notes que foram validamente ofertadas e aceitas para a aquisição também receberam juros acumulados e não pagos desde, e incluindo, a última data de pagamento de juros até, mas não incluindo, a data inicial de liquidação, que ocorreu em 05 de agosto de 2021.

A liquidação financeira e cancelamento das notes ocorreu em 05 de agosto de 2021, sendo as ofertas encerradas em 13 de agosto de 2021. Segue abaixo tabela com os efeitos relacionados à recompra dos bonds:

	%	US\$	R\$
Valor principal	100,00	500.000	2.568.500
Prêmio mercado + Tender	16,25	81.250	417.381
Juros provisionados	1,54	7.708	39.598
		588.958	3.025.479
IOF incidente sobre o prêmio	0,38	309	1.586
Imposto de renda incidente sobre o prêmio	17,65	14.338	73.655
Imposto de renda incidente sobre os juros provisionados	17,65	1.360	6.988
		16.007	82.229
Total de pagamentos		604.965	3.107.708
Desfazimento parcial do hedge		-	(774.409)
Ajuste positivo da NDF (*)		-	(23.699)
Total		604.965	2.309.600

(*) Diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R\$5,137) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar na cotação de R\$5,0984.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	2021
Aval e fiança	6.029.460

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado e controladora	2022	2023	2024	Total
Moedas				
Dólar Norte Americano	42.173	-	5.580.500	5.622.673
Total por moedas	42.173	-	5.580.500	5.622.673
Indexadores				
IPCA (1)	428.367	-	-	428.367
Total por indexadores	428.367	-	-	428.367
(-) Custos de transação	(4)	-	(8.220)	(8.224)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	(13.356)	(13.356)
Total geral	470.536	-	5.558.924	6.029.460

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada em 2021 (%)	Variação acumulada em 2020 (%)	Indexador	Variação acumulada em 2021 (%)	Variação acumulada em 2020 (%)
Dólar Norte-Americano	7,39	28,93	IPCA	10,06	4,52
			CDI	4,39	2,77
			TJLP	16,92	(18,31)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.886.783	7.708.557
Variação monetária	43.337	35.134
Variação cambial	1.749.000	1.749.000
Encargos financeiros provisionados	926.183	923.243
Amortização dos custos de transação	12.095	12.095
Encargos financeiros pagos (1)	(924.896)	(923.510)
Amortização de principal	(806.791)	(650.098)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.885.711	8.854.421
Variação monetária	44.757	43.637
Variação cambial	353.950	353.950
Encargos financeiros provisionados	803.935	803.609
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	491.037	491.037
Amortização dos custos de transação	16.359	16.359
Encargos financeiros pagos (1)	(1.317.097)	(1.316.273)
Amortização de principal	(3.249.192)	(3.217.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.029.460	6.029.460

(1) O valor do IRRF sobre o ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds) e sobre os juros provisionados foram compensados com créditos de PIS/Pasep e Cofins, nos montantes de R\$130.296 no exercício de 2020 e R\$80.643 no exercício de 2021.

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 2021	Semestral e anual
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (4)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
Financiamento Caixa Econômica Federal Parajuru e Volta do Rio (3)	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter Índice igual ou superior a 1,20	-	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Companhia, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Ebitda de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Ebitda de 1,5x.
- (3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem *Covenants* Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no valor de R\$5.320 pela controlada Central Eólica Praias de Parajuru e R\$8.766 pela controlada Volta do Rio. Até a liquidação dos contratos, as garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.
- (4) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controladora encontram-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 29.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	3.529	2.805	-	-
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	5.374	12.976	2.227	9.004
Conta de desenvolvimento energético – CDE	63.060	64.179	63.060	64.179
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	717	1.511	641	721
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	16.623	7.435	16.623	7.435
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT	1.120	1.980	577	1.329
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	22.103	137.557	16.166	125.146
Pesquisa expansão sistema energético	699	1.129	428	804
CDE sobre P&D	476	-	330	-
	113.701	229.572	100.052	208.618
Passivo circulante	111.160	172.619	100.052	160.872
Passivo não circulante	2.541	56.953	-	47.746

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano Saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$91.290 e R\$13.618.

Em 2 de fevereiro de 2022 a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Cemig cumprisse e mantivesse integralmente os mesmos termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, em 11 de fevereiro de 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico IAS 19/CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2021.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$87.015 (R\$106.940 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2021, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R\$121.961 (R\$122.234 em 31 de dezembro de 2020, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$79.979, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$41.982. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$36.304, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente à 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação das parcelas de abril a dezembro de 2021, no montante de R\$1.535, que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento, que se encontra em sua fase inicial, de postulação.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em decorrência da ação ainda estar em fase de conhecimento, não havendo decisões de mérito. Além disso, houve o indeferimento da tutela de urgência requerida pela Forluz.

Informações atuariais

2021	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.669.508	744.895	14.207	-	3.428.610
Valor justo dos ativos do plano	(2.127.603)	-	-	-	(2.127.603)
Passivo líquido inicial	541.905	744.895	14.207	-	1.301.007
Ajuste ao teto de ativo (asset ceiling)	6.207	-	-	-	6.207
Passivo líquido no balanço patrimonial	548.112	744.895	14.207	-	1.307.214

2020	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.980.490	717.713	13.891	120.823	3.832.917
Valor justo dos ativos do plano	(2.380.823)	-	-	-	(2.380.823)
Passivo líquido inicial	599.667	717.713	13.891	120.823	1.452.094
Ajuste ao teto de ativo (asset ceiling)	5.591	-	-	-	5.591
Passivo líquido no balanço patrimonial	605.258	717.713	13.891	120.823	1.457.685

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019	2.976.005	672.996	12.850	125.801	3.787.652
Custo do serviço corrente	481	5.010	121	897	6.509
Juros sobre a obrigação atuarial	199.016	46.644	895	8.915	255.470
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	30.166	88.204	895	-	119.265
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(87.302)	(32.490)	(835)	(7.382)	(128.009)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	60.503	(30.905)	592	(5.061)	25.129
	3.367	24.809	652	(12.443)	16.385
Benefícios pagos	(198.379)	(31.746)	(627)	(2.347)	(233.099)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020	2.980.490	717.713	13.891	120.823	3.832.917
Custo do serviço corrente	523	5.063	128	797	6.511
Custo do serviço passado (1)	-	-	-	(91.290)	(91.290)
Juros sobre a obrigação atuarial	198.471	49.945	984	8.610	258.010
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	87.395	26.382	237	(3.456)	110.558
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(545.827)	(52.058)	(978)	(27.351)	(626.214)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	160.152	35.993	600	(5.759)	190.986
	(298.280)	10.317	(141)	(36.566)	(324.670)
Benefícios pagos	(211.696)	(38.143)	(655)	(2.374)	(252.868)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	2.669.508	744.895	14.207	-	3.428.610

1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou a baixa do saldo da obrigação.

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	2.367.313
Retorno real dos investimentos	164.125
Contribuições do empregador	47.764
Benefícios pagos	(198.379)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	2.380.823
Retorno real dos investimentos	(94.877)
Contribuições do empregador	53.353
Benefícios pagos	(211.696)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	2.127.603

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2021 e 2020 são como segue:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	523	5.063	128	797	6.511
Custo do serviço passado	-	-	-	(91.290)	(91.290)
Juros sobre a obrigação atuarial	198.471	49.945	984	8.610	258.010
Rendimento sobre os ativos do plano	(157.116)	-	-	-	(157.116)
Despesa total em 2021 conforme cálculo atuarial	41.878	55.008	1.112	(81.883)	16.115

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	481	5.010	121	897	6.509
Juros sobre a obrigação atuarial	199.016	46.644	895	8.915	255.470
Rendimento sobre os ativos do plano	(156.177)	-	-	-	(156.177)
Despesa total em 2020 conforme cálculo atuarial	43.320	51.654	1.016	9.812	105.802

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	623.240	672.996	12.850	125.801	1.434.887
Despesa reconhecida no resultado	43.320	51.654	1.016	9.812	105.802
Contribuições pagas	(47.764)	(31.746)	(627)	(2.347)	(82.484)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	(13.538)	24.809	652	(12.443)	(520)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	605.258	717.713	13.891	120.823	1.457.685
Despesa reconhecida no resultado	41.878	55.008	1.112	9.407	107.405
Custo do serviço passado	-	-	-	(91.290)	(91.290)
Contribuições pagas	(53.353)	(38.143)	(655)	(2.374)	(94.525)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	(45.671)	10.317	(141)	(36.566)	(72.061)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	548.112	744.895	14.207	-	1.307.214
				2021	2020
Passivo circulante				75.257	66.206
Passivo não circulante				1.231.957	1.391.479

(1) Reconhecidas diretamente no resultado abrangente.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, que incluem o custo do serviço passado decorrente do cancelamento da obrigação pós-emprego do seguro de vida, no montante de R\$364 em 2021 (R\$93.882 em 2020), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$15.751 em 2021 (R\$11.920 em 2020).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2022 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do serviço corrente	465	3.762	94	-	4.321
Juros sobre a obrigação atuarial	272.283	77.750	1.483	-	351.516
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(214.204)	-	-	-	(214.204)
Estimativa da despesa total em 2022 conforme cálculo atuarial	58.544	81.512	1.577	-	141.633

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2022 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	230.442	44.986	794	-	276.222

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2022 no montante de R\$55.680 para amortização de *déficit* do Plano A e R\$23.491 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida
Plano A	Plano B			
10,04	12,86	14,44	15,47	-

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Consolidado	2021	2020
Ações	7,77%	9,25%
Títulos de renda fixa	73,95%	72,18%
Imóveis	5,04%	3,71%
Outros	13,24%	14,86%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

Consolidado	2021	2020
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	76.419	135.321
Imóveis da Forluz ocupados pela Companhia	59.640	61.344
	136.059	196.665

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2021			2020		
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,60%	10,75%	10,73%	6,83%	7,14%	7,25%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,60%	Não aplicável	Não aplicável	6,83%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,03%	5,03%	5,03%	3,32%	3,32%	3,32%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	5,03%	Não aplicável	6,29%	3,32%	Não aplicável	4,56%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Tasa 1927 agravado de 100%	Tasa 1927 agravado de 100%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	MI-85 Female	AT-49 Male	Tábua MI-85 Female	Tábua MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	1,00%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1,00% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total Consolidado
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	55.779	12.816	(228)	-	68.367
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(56.834)	(13.081)	223	-	(69.692)
Decréscimo de 1,00% na taxa de desconto	255.174	101.297	2.009	-	358.480

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

23. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2021
Trabalhistas	58.714	7.225	(4)	(5.978)	59.957
Cíveis	200	126	(200)	(126)	-
Tributárias	307.052	10.536	-	(262)	317.326
Regulatórias	3.426	1.538	-	(833)	4.131
Outras	49.156	15.749	(1.669)	(6.607)	56.629
Total	418.548	35.174	(1.873)	(13.806)	438.043

Consolidado	31/12/2019	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2020
Trabalhistas	69.043	12.431	(9.322)	(13.438)	58.714
Cíveis	182	18	-	-	200
Tributárias	285.940	21.858	(8)	(738)	307.052
Regulatórias	3.004	1.172	(14)	(736)	3.426
Outras	42.288	7.295	(105)	(322)	49.156
Total	400.457	42.774	(9.449)	(15.234)	418.548

Controladora	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2021
Trabalhistas	58.687	7.225	-	(5.955)	59.957
Cíveis	200	126	(200)	(126)	-
Tributárias	307.014	10.534	-	(261)	317.287
Regulatórias	3.426	1.538	-	(833)	4.131
Outras	48.934	15.739	(1.669)	(6.607)	56.397
Total	418.261	35.162	(1.869)	(13.782)	437.772

Controladora	31/12/2019	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2020
Trabalhistas	69.044	12.358	(9.322)	(13.393)	58.687
Cíveis	182	18	-	-	200
Tributárias	285.903	21.846	(8)	(727)	307.014
Regulatórias	3.004	1.172	(14)	(736)	3.426
Outras	42.072	7.184	-	(322)	48.934
Total	400.205	42.578	(9.344)	(15.178)	418.261

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$152.180 (R\$140.378 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$59.957 foram provisionados (R\$58.714 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou parcialmente procedente duas Ações Declaratórias de Constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa Selic de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e,
- Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Conseqüentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$376.009 (R\$363.833 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$314.056 (R\$304.022 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos, em 31 de dezembro de 2021, para liquidar estas discussões.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$70.618 (R\$77.538 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$1.152 (R\$1.130 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Demais Ações tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, em que são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$103.841 (R\$71.018 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$2.118 (R\$1.900 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$47.915 (R\$48.213 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$4.131 (R\$3.426 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$201.064 (R\$237.534 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$56.629 foram provisionados (R\$49.356 em 31 de dezembro de 2020). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$68.399 (R\$67.371 em 31 de dezembro de 2020), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$71.097 (R\$69.439 em 31 de dezembro de 2020) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$18.655 (R\$18.146 em 31 de dezembro de 2020). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$88.424 (R\$85.580 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$436.835 (R\$376.228 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$123.098 (R\$105.552 em 31 de dezembro de 2020).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$72.557 (R\$51.936 em 31 de dezembro de 2020), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controladora Cemig, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$86.256 em 31 de dezembro de 2021 (R\$76.055 em 31 de dezembro de 2020) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$4.123.724 (R\$4.000.000 em 31 de dezembro de 2020), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 30 de julho de 2021, a Cemig (controladora da Companhia) realizou adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$1.350.000, com a finalidade de compor os recursos necessários para implementação do Cash Tender. Maiores informações sobre a operação da *Tender Offer* na nota explicativa nº 20.

Aumento de Capital

Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o aumento de seu capital social no montante de R\$123.724, realizado pela Cemig (controladora da Companhia) por meio de aporte do investimento devido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2021	2020
Quantidade de ações (A)	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do exercício (B)	871.434	1.055.535
Lucro por ação – básico e diluído (B/A) (em R\$)	0,30	0,36

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 29 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

c) Reservas

Reserva de lucros

A composição da conta reservas de lucros é como segue:

	2021	2020
Reservas de lucros		
Reserva legal	308.328	264.756
Reserva de incentivos fiscais – Sudene	44.727	44.727
Reserva de lucros a realizar	222.935	222.935
Reserva de retenção de lucros	1.888.682	1.540.459
	2.464.672	2.072.877

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A partir de 2020 a reserva legal passou a ser calculada com base no lucro líquido do exercício ajustado pela reserva de incentivos fiscais.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de lucros a realizar

O artigo 197 da Lei das SAs permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

O Estatuto da Companhia estabelece que, além do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 50% do lucro líquido do exercício, o saldo após a retenção dos valores previstos para investimentos em orçamento de capital será distribuído a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, observada a disponibilidade de caixa.

Em 2021, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$871.434, sendo que o resultado positivo da repactuação do risco hidrológico (GSF) no montante de R\$805.613, poderia ser considerado como parcela não realizada do lucro líquido do exercício, em conformidade ao previsto em Lei.

A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$222.935, considerando o saldo anterior da reserva e a nova constituição de reserva em 2021 de mesmo valor.

Os valores constantes da Reserva de Lucros a Realizar somente poderão ser utilizados no pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Assim, tais valores deverão crescer ao primeiro dividendo declarado após a realização financeira da reserva, salvo nas hipóteses de já terem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2021 é R\$44.727 (R\$44.727 em 31 de dezembro de 2020).

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina que, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

Em 29 de junho de 2021 e 10 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP nos montantes de R\$135.134 e R\$156.328, respectivamente, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2021, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$99.097, reconhecidos no resultado do exercício de 2021.

O cálculo dos dividendos para os exercícios de 2021 e 2020 é conforme segue:

	2021	2020
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	871.434	1.055.535
Dividendo obrigatório – 50% do lucro líquido	435.717	527.768
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	43.719	33.780
	479.436	561.548
Dividendos declarados		
Juros sobre capital próprio	291.462	225.200
Dividendos estatutários	187.974	336.348
	479.436	561.548
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação		
Dividendos obrigatórios (em R\$)	0,06	0,12
Juros sobre capital próprio (em R\$)	0,10	0,08

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	781.769	781.769
Proposta dividendos	336.348	336.348
Declaração de Juros sobre capital próprio	225.200	225.200
IR sobre juros sobre capital próprio	(33.780)	(33.780)
Pagamento dividendos e JCP	(417.539)	(417.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	891.998	891.998
Proposta dividendos	187.974	187.974
Declaração de Juros sobre capital próprio	291.462	291.462
IR sobre juros sobre capital próprio	(43.719)	(43.719)
Pagamento dividendos e JCP	(527.768)	(527.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	799.947	799.947

e) Destinação do Resultado de 2021 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2022, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2021, no montante de R\$871.434, do saldo de realização do custo atribuído de Imobilizado no montante de R\$8.785 e ajuste devedor de R\$8.988 contra Lucros Acumulados referente a benefícios pós-emprego:

- R\$43.572 sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- R\$479.436 sejam destinados ao pagamento de dividendos conforme abaixo:
 - R\$291.462 por meio de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) declarados em 29 de junho de 2021 e 10 de dezembro de 2021;
 - R\$187.974 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$348.223 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia.

A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$222.935, considerando o saldo anterior da reserva e a nova constituição de reserva em 2021 de mesmo valor.

O pagamento dos dividendos será realizado até 30 de dezembro de 2022, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

	2021	2020
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(570.774)	(627.323)
Custo atribuído de imobilizado	387.832	396.617
Ajustes de avaliação patrimonial	(182.942)	(230.706)

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem nos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial. A Companhia reclassificou o saldo acumulado de perdas atuariais do seguro de vida para Lucros Acumulados, no montante de R\$8.988, líquido de tributos, devido ao cancelamento do benefício pós-emprego e baixa do saldo da obrigação (mais detalhes na nota explicativa nº 22).

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

25. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecidas em bases mensais na medida em que ocorrem: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

A composição da receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	7.670.542	7.337.485	6.752.684	6.579.404
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	612.898	511.366	618.122	516.487
Receita de construção (nota 13)	251.973	201.451	251.973	201.451
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 13)	630.900	411.968	627.912	411.968
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	523.105	347.057	-	-
Transações com energia na CCEE (d)	339.739	153.762	278.347	105.327
Receita por antecipação de prestação de serviço (e)	153.970	-	-	-
Outras receitas operacionais (f)	91.237	140.271	134.696	81.988
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(1.963.252)	(1.747.272)	(1.761.172)	(1.567.880)
	8.311.112	7.356.088	6.902.562	6.328.745

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	2021		2020		2021		2020	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	14.666.251	3.932.400	10.958.355	2.944.091	13.581.506	3.680.888	10.217.317	2.760.372
Comercial	4.190.978	901.221	4.187.321	904.927	4.158.849	898.860	4.174.499	897.680
Rural	30.986	8.597	16.814	4.577	30.986	8.597	16.814	4.577
Subtotal	18.888.215	4.842.218	15.162.490	3.853.595	17.771.341	4.588.345	14.408.630	3.662.629
Fornec. não faturado, líquido	-	59.570	-	(4.254)	-	47.367	-	(13.364)
	18.888.215	4.901.788	15.162.490	3.849.341	17.771.341	4.635.712	14.408.630	3.649.265
Suprim. outras concessionárias (2)	10.954.947	2.909.407	14.037.374	3.437.077	9.018.040	2.239.601	12.710.409	2.866.257
Suprimento não faturado líquido	-	(140.653)	-	51.067	-	(122.629)	-	63.882
	29.843.162	7.670.542	29.199.864	7.337.485	26.789.381	6.752.684	27.119.039	6.579.404

(1) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão da Transmissão

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 13.
- Receitas de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de concessão de transmissão relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção, e são reconhecidas nos períodos em que os serviços são executados, mediante o faturamento da RAP.

- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: Corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2021	2020
Receita construção e melhorias	251.973	201.451
Custo construção e melhorias	(183.386)	(146.652)
Margem	68.587	54.799
Mark-up (%)	37,40%	37,37%
Receita de operação e manutenção	612.898	511.366
Custo de operação e manutenção	(260.037)	(221.628)
Margem	352.861	289.738
Mark-up (%)	135,70%	130,73%

(c) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

(d) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

No terceiro trimestre de 2021, parte dos contratos de compra de energia da Companhia foram transferidos para a Cemig (controladora da Companhia), iniciando o processo de segregação do negócio de comercialização, com o objetivo de possibilitar uma visão mais apurada dos resultados desse segmento de negócio. A segregação do negócio de comercialização não impacta a estratégia corporativa da Cemig, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes.

(e) Receita por antecipação de prestação de serviços

Refere-se à negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente à prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE.

(f) Outras receitas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Prestações de serviços	28.539	117.766	72.313	59.483
Subvenções	23.273	21.193	23.273	21.193
Aluguel e arrendamento	1.165	1.141	1.165	1.141
Outras receitas	38.260	171	37.945	171
	91.237	140.271	134.696	81.988

(g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Tributos sobre a Receita				
ICMS	705.972	578.566	640.178	521.669
Cofins	693.363	627.861	612.682	561.031
PIS/Pasep	150.522	136.531	133.016	121.802
ISSQN	8.877	5.158	3.804	2.000
	1.558.734	1.348.116	1.389.680	1.206.502
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	14.673	15.275	12.210	13.000
Conta de desenvolvimento energético – CDE	242.683	233.998	242.683	233.998
CDE sobre P&D	4.933	-	3.777	-
Proinfa	65.733	38.532	65.733	38.532
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7.543	13.651	5.341	10.568
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	12.477	13.651	9.118	10.568
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	6.238	6.825	4.559	5.284
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	13.407	14.761	8.241	8.882
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	36.831	62.463	19.830	40.546
	404.518	399.156	371.492	361.378
	1.963.252	1.747.272	1.761.172	1.567.880

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal (a)	314.700	306.535	291.204	287.008
Participação dos empregados no resultado	34.622	35.796	34.448	35.648
Obrigações pós-emprego (nota 22) (1)	364	93.882	364	93.882
Materiais	26.859	16.759	13.723	9.951
Serviços de terceiros (b)	179.436	157.568	129.025	117.903
Depreciação e amortização (2)	259.454	211.514	193.621	152.358
Provisões (c)	146.935	97.951	146.843	88.004
Encargos de uso da rede básica de transmissão	214.987	199.246	156.264	146.371
Energia elétrica comprada para revenda (d)	4.494.512	4.026.190	4.337.918	3.905.833
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	183.386	146.652	183.386	146.652
Outros custos e despesas operacionais líquidos (f)	114.530	56.066	99.487	12.620
	5.969.785	5.348.159	5.586.283	4.996.230

- (1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, a Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, desta forma, realizou a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado. Mais informações na nota explicativa nº 22.
- (2) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$108 para consolidado e R\$106 para controladora (R\$572 e R\$573 em 31 de dezembro de 2020 para consolidado e controladora, respectivamente).

a) Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2021

Em maio de 2021, a Cemig (controladora da Cemig GT) aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2021), com período de adesão de 10 a 31 de maio de 2021, sendo elegíveis todos os empregados da Cemig, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

O custo total para o programa corresponde a R\$6.168, representando a adesão de 53 empregados.

b) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Comunicação	4.108	2.960	3.747	2.560
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	50.682	40.826	21.825	19.629
Conservação e limpeza de prédios	25.369	25.006	20.382	20.316
Mão de obra contratada	3.467	2.663	4.416	2.631
Fretes e passagens	545	560	545	559
Hospedagem e alimentação	3.371	1.970	3.364	1.932
Vigilância	7.887	8.676	4.794	5.674
Consultoria	10.579	8.519	8.894	8.056
Tecnologia da informação	19.040	18.427	16.254	15.424
Energia elétrica	3.803	4.112	3.177	3.458
Meio ambiente	10.965	7.726	7.215	6.345
Limpeza de faixas	8.844	5.117	8.549	5.117
Serviços de reprografia	1.885	1.868	953	1.147
Serviços advocatícios e custas processuais	4.681	3.888	4.681	3.652
Outros	24.210	25.250	20.229	21.403
	179.436	157.568	129.025	117.903

c) Provisões operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 8) (1)	13.497	11.054	13.413	1.198
Perda estimada para outros créditos a receber (2)	-	258	-	258
Provisões (reversões) para contingências (nota 23) (2)				
Trabalhistas	7.221	3.109	7.225	3.036
Cíveis	(74)	18	(74)	18
Tributárias	10.536	21.850	10.534	21.838
Regulatórias	1.538	1.158	1.538	1.158
Outras	14.080	7.190	14.070	7.184
	33.301	33.325	33.293	33.234
	46.798	44.637	46.706	34.690
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 29)	100.137	53.314	100.137	53.314
	146.935	97.951	146.843	88.004

- (1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.
 (2) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.
 (3) As provisões para contingências são apresentadas na demonstração dos resultados do exercício como despesas operacionais.

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Energia de curto prazo – CCEE	218.085	440.519	175.603	338.982
Energia adquirida no ambiente livre	4.723.637	3.976.906	4.599.033	3.950.026
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(447.210)	(391.235)	(436.718)	(383.175)
	4.494.512	4.026.190	4.337.918	3.905.833

e) Custo de Construção da Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	9.362	8.370	9.362	8.370
Materiais	123.952	90.176	123.952	90.176
Serviços de terceiros	50.304	48.153	50.304	48.153
Outros (recuperação de despesas)	(232)	(47)	(232)	(47)
	183.386	146.652	183.386	146.652

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Arrendamentos e aluguéis (1)	4.695	4.194	1.195	2.747
Propaganda e publicidade	2.243	1.640	2.217	1.571
Subvenções e doações	11.481	4.257	6.047	163
Despesa concessão onerosa	3.456	2.801	3.446	2.791
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	6.946	1.684	5.903	1.135
Anuidade CCEE	2.595	2.565	2.594	2.543
Seguros	13.953	12.514	11.910	10.465
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	(11.679)	(28.082)	(11.679)	(28.098)
Forluz – Custeio administrativo	6.954	6.618	6.952	6.617
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	11.121	9.289	11.121	9.289
Perdas (ganhos) com investimentos (3)	40.071	(13.825)	40.071	-
Outros	22.694	52.411	19.710	3.397
	114.530	56.066	99.487	12.620

- (1) Referem-se aos arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06 (R2), assim como arrendamentos de baixo valor ou prazo inferior a um ano.
- (2) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2020), cabendo à Cemig o valor de R\$52 milhões (R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2020).
- (3) Refere-se a aporte realizado pela Companhia na UHE Itaocara S.A. para fazer frente ao cumprimento da Sentença Arbitral Final em desfavor desta investida, proferida pela FGV na Câmara de Mediação e Arbitragem, no montante de R\$40.071, sendo este valor proporcional a sua participação acionária nesta investida, de 49%. Esse montante foi reconhecido em “outras despesas” no resultado da Companhia.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	74.798	33.268	51.350	21.613
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	7.558	8.928	5.184	4.456
Variação monetária	25.605	16.953	22.808	14.185
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	3.741	3.873	3.683	3.768
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap) (nota 29)	-	1.752.688	-	1.752.688
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	4.512	11.497	2.504	11.019
Outras	27.472	66.769	26.154	62.609
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(5.653)	(3.961)	(5.192)	(5.342)
	138.033	1.890.015	106.491	1.864.996
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 20)	(803.935)	(926.183)	(803.609)	(923.243)
Amortização dos custos de transação (nota 20)	(16.359)	(12.095)	(16.359)	(12.095)
Variação monetária – Forluz	(15.751)	(11.920)	(15.751)	(11.920)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 20)	(44.757)	(43.337)	(43.637)	(35.134)
Variações monetárias	(18.131)	(29.618)	(9.199)	(16.108)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	(353.950)	(1.749.000)	(353.950)	(1.749.000)
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds) (nota 20)	(491.037)	-	(491.037)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (swap) (nota 29)	(537.976)	-	(537.976)	-
Variação monetária de arrendamento (nota 17)	(4.856)	(5.342)	(4.653)	(5.120)
Outras	(11.991)	(6.349)	(6.794)	(1.150)
	(2.298.743)	(2.783.844)	(2.282.965)	(2.753.770)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(2.160.710)	(893.829)	(2.176.474)	(888.774)

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020
CEMIG								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	799.947	891.998	-	-	-	-
Outros créditos	4.038	-	-	-	-	-	-	-
Coligada (1)								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	7.533	2.173	106.975	69.386	94.883	34.803	(1.518.678)	(996.819)
Ajuste para perdas (3)	-	-	161.648	-	-	-	(161.648)	-
Controladas em conjunto (1)								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	6.928	6.260	545	542	(90.630)	(86.953)
Prestação de serviço	512	313	-	-	4.693	4.371	-	-
Contingências (4)	-	-	52.497	41.376	-	-	(11.121)	(9.289)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	2.338	130	-	-	26.363	28.113	(66.485)	(40.081)
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de serviço (5)	211	211	-	-	691	775	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	2.160	1.646	-	-	(27.885)	(22.521)
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	7.202	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	3.153	2.728	-	-	(37.063)	(25.777)
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	2.680	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	1.488	940	252	164	(13.288)	(11.299)
Prestação de serviço (5)	150	289	-	-	1.242	979	-	-
Hidrelétrica Itaocara								
Circulante								
Ajuste para perdas (6)	-	-	20.767	29.615	-	-	-	-
Cemig Geração Poço Fundo								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	294	-	-	-	-	-	-
Outras Partes Relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de cooperação (7)	2.362	1.707	-	-	4.826	5.700	-	-
Operações com energia elétrica (2)	33.647	29.268	1.927	1.016	337.480	300.410	(28.784)	(27.194)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	44.789	57.797	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	943.747	1.131.739	-	-	16.545	11.006	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	194.110	254.481	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2020
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	40.878	35.907	-	-	(41.878)	(43.320)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (9)	-	-	-	-	-	-	(21.148)	(20.390)
Custeio administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(6.952)	(6.617)
Arrendamento operacional (11)	36.900	37.062	4.983	4.824	-	-	(6.316)	(10.922)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	507.234	569.351	-	-	-	-
Arrendamento operacional (11)	-	-	35.534	34.639	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	38.807	32.380	-	-	(56.120)	(52.670)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	720.295	699.224	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- Os relacionamentos entre a Cemig Geração e Transmissão e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 14);
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Foi reconhecida uma perda na extensão das obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$161.648 (vide nota explicativa nº 14);
- Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$149 milhões (R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2020), cabendo à Cemig o valor de R\$52 milhões (R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2020);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 14);
- Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 22);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Geração e Transmissão;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).

Dividendos a receber

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	28.000	-
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	17.793	-
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	-	294
Aliança Geração de Energia S.A.	224.896	114.430	224.896	114.430
Outras (1)	7.202	2.680	9.515	2.680
	232.098	117.110	280.204	117.404

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Companhia concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários", no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 53,20% em 31 de dezembro de 2021 (33,32% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	4.192	3.451
Participação nos resultados	670	1.149
Previdência privada	315	249
Planos de saúde e odontológico	36	30
Seguro de vida	2	-
Total (1)	5.215	4.879

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários	2	597.205	597.205	465.128	465.128
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	2	797.972	797.972	1.027.137	1.027.137
Fundos vinculados	2	17.063	17.063	53.565	53.565
Depósitos vinculados a litígios	2	161.820	161.820	160.321	160.321
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.792.201	2.792.201	2.549.198	2.549.198
		4.366.261	4.366.261	4.255.349	4.255.349
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		117.154	117.154	374.478	374.478
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	1	55.290	55.290	123.738	123.738
Letras financeiras – Bancos	2	387.296	387.296	551.425	551.425
Letras financeiras do Tesouro	1	98.108	98.108	246.471	246.471
		657.848	657.848	1.296.112	1.296.112
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	1.219.176	1.219.176	2.948.930	2.948.930
Indenizações a receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		2.035.378	2.035.378	3.765.132	3.765.132
		7.059.487	7.059.487	9.316.593	9.316.593
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(6.029.460)	(6.029.460)	(8.885.711)	(8.885.711)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(87.015)	(87.015)	(106.940)	(106.940)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(121.961)	(121.961)	(122.234)	(122.234)
Concessões a pagar	3	(26.813)	(26.813)	(23.476)	(23.476)
Fornecedores	2	(383.786)	(383.786)	(465.939)	(465.939)
Operações de arrendamento mercantil	2	(45.450)	(45.450)	(44.543)	(44.543)
		(6.694.485)	(6.694.485)	(9.648.843)	(9.648.843)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	(6.130)	(6.130)	-	-
Opções de venda (SAAG)	3	(636.292)	(636.292)	(536.155)	(536.155)
		(7.336.907)	(7.336.907)	(10.184.998)	(10.184.998)

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações ver nota explicativa nº 12.1.

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 6,20%, CDI + 2,34% a 4,62%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”).

Encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$636.292 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.841
Variação do valor justo	53.314
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155
Variação do valor justo	100.137
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou por meio do mecanismo contratual da Via Amigável uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente de decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo.

A Administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 2021, a Companhia iniciou estudos e contratações de forma a tomar ações direcionadas à gestão prudente dos seus passivos e reduzir o risco de liquidez e de exposição à moeda estrangeira. Nesse contexto, em 19 de julho de 2021 foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro (“Tender Offer”), por parte da Companhia, de títulos de dívidas no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até U\$500 milhões.

No âmbito da implementação da operação, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de U\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o valor de R\$774.409.

Para mitigar a exposição cambial até a recompra efetiva dos títulos em moeda estrangeira, a Companhia contratou, em 04 de junho de 2021, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$600 milhões, travando o dólar em R\$5,0984. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 03 de agosto de 2021. Para mais informações sobre a Tender Offer, ver nota explicativa nº 20.

Em 07 de junho e 06 de dezembro de 2021 aconteceram as liquidações semestrais de juros do swap, com resultado positivo de R\$399.799 e entrada líquida de caixa de R\$339.829 para a Companhia. O valor total de realização do hedge no período, até 31 de dezembro de 2021, incluindo as liquidações parciais dos instrumentos informadas acima, foi de R\$1.174.207, com entrada líquida de caixa de R\$998.075. O resultado com a liquidação da NDF foi de R\$23.700, com entrada líquida de caixa de R\$23.699.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado em 2021	Ganho/(Perda) realizado em 2020
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	1.018.638	328.817
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	155.569	165.884
US\$ variação cambial superior a R\$5,0984	US\$ variação cambial inferior a R\$5,0984	03 de agosto de 2021	Balcão	US\$600.000	23.700	-
					1.197.907	494.701

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$537.976 (ajuste positivo de R\$1.752.688 em 31 de dezembro de 2020), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações dos derivativos contratados inicialmente são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia. As contrapartes da NDF foram os Bancos Deutsche Bank, Bradesco, XP Inc. e Goldman Sachs.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato em 2021	Valor justo em 2021	Valor conforme contrato em 2020	Valor justo em 2020
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	873.095	706.401	1.772.477	2.110.490
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	577.565	506.645	587.945	838.440
					1.450.660	1.213.046	2.360.422	2.948.930
Ativo circulante						-		522.579
Ativo não circulante						1.219.176		2.426.351
Passivo circulante						(6.130)		-

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Em julho de 2021, a Companhia desmontou um total de US\$500 milhões da emissão original do hedge. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.213.046 (R\$2.948.930 em 31 de dezembro de 2020), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2021, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.360.422 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de dezembro de 2022, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do exercício contábil, em R\$132.632. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$1.345.678, sendo R\$1.148.708 referente à opção (*call spread*) e R\$196.971 referentes ao *swap*.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Cenário base em 2021	Cenário provável em 2022	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	4.157.204	4.036.301	3.605.368	3.199.211
Swap ponta passiva	(3.942.500)	(3.839.331)	(3.902.419)	(3.962.727)
Opção/Call Spread	998.342	1.148.708	812.680	295.808
Instrumento derivativo de hedge	1.213.046	1.345.678	515.629	(467.708)

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal de acordo com a Política de Hedge da Companhia. A exposição da Companhia aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foram descritas no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	2021		2020	
	Moeda estrangeira		Moeda estrangeira	
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(1.007.557)	(5.622.673)	(1.511.336)	(7.853.959)
Passivo líquido exposto		<u>(5.622.673)</u>		<u>(7.853.959)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2022, será uma desvalorização de 8,61% para o dólar (R\$5,10) norte-americano. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais: Consolidado	31/12/2021	31/12/2022		
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 5,10	Cenário Possível +25% Dólar 6,38	Cenário Remoto +50% Dólar 7,65
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 20)	(5.622.673)	(5.138.542)	(6.428.215)	(7.707.813)
Passivo líquido exposto	(5.622.673)	(5.138.542)	(6.428.215)	(7.707.813)
Efeito líquido da variação cambial		<u>484.131</u>	<u>(805.542)</u>	<u>(2.085.140)</u>

Risco de Taxa de Juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	117.154	374.478	82.292	289.877
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 7)	1.137.899	1.386.762	745.258	1.089.599
Fundos vinculados – CDI	17.063	53.565	5.843	18.351
	<u>1.272.116</u>	<u>1.814.805</u>	<u>833.393</u>	<u>1.397.827</u>
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 20)	-	(288.839)	-	(288.839)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 20)	-	(31.290)	-	-
	<u>-</u>	<u>(320.129)</u>	<u>-</u>	<u>(288.839)</u>
Ativo líquido exposto	<u>1.272.116</u>	<u>1.494.676</u>	<u>833.393</u>	<u>1.108.988</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2022, a taxa Selic será de 13%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução na taxa Selic de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	31/12/2021	31/12/2022		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
		SELIC 13,00%	-25% SELIC 9,75%	-50% SELIC 6,50%
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	117.154	132.384	128.577	124.769
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	1.137.899	1.285.826	1.248.844	1.211.862
Fundos vinculados	17.063	19.281	18.727	18.172
Ativo líquido exposto	1.272.116	1.437.491	1.396.148	1.354.803
Efeito líquido da variação das taxas de juros		165.375	124.032	82.687

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2021, sendo parte de seus empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	2.792.201	2.549.198	-	-
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 20)	(428.367)	(761.520)	(428.367)	(761.520)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(87.015)	(106.940)	(87.015)	(106.940)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(121.961)	(122.234)	(121.961)	(122.234)
	(637.343)	(990.694)	(637.343)	(990.694)
Ativo (Passivo) líquido exposto	2.154.858	1.558.504	(637.343)	(990.694)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2022, a taxa IPCA será de 6,68%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	31/12/2021	31/12/2022		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
		IPCA 6,68%	-25% IPCA 5,01%	-50% IPCA 3,34%
Ativos				
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	2.792.201	2.978.720	2.932.090	2.885.461
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 20)	(428.367)	(456.982)	(449.828)	(442.674)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(87.015)	(92.828)	(91.374)	(89.921)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(121.961)	(130.108)	(128.071)	(126.034)
	(637.343)	(679.918)	(669.273)	(658.629)
Ativo líquido exposto	2.154.858	2.298.802	2.262.817	2.226.832
Efeito líquido da variação da inflação		143.944	107.959	71.974

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	437.653	505.242	5.981.798	-	6.924.693
Concessões a pagar	310	640	2.849	12.753	15.305	31.857
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.137	6.336	29.130	60.902	-	99.505
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.386	2.797	12.895	74.814	109.052	200.944
	4.833	447.426	550.116	6.130.267	124.357	7.256.999
Pré-fixadas						
Fornecedores	382.758	1.028	-	-	-	383.786
	387.591	448.454	550.116	6.130.267	124.357	7.640.785

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	437.653	505.242	5.981.798	-	6.924.693
Concessões a pagar	310	640	2.849	12.753	15.305	31.857
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.137	6.336	29.130	60.902	-	99.505
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.386	2.797	12.895	74.814	109.052	200.944
	4.833	447.426	550.116	6.130.267	124.357	7.256.999
Pré-fixadas						
Fornecedores	333.988	391	-	-	-	334.379
	338.821	447.817	550.116	6.130.267	124.357	7.591.378

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2021, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$28.002.

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$800 milhões;

- Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

- Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
- Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

A Companhia somente permite aplicações em títulos de empresas não financeiras que possuam *rating* igual ou superior ao *rating* mais atualizado da Cemig Holding divulgado pelas agências de classificação de riscos Fitch Rating, Moody’s ou Standard & Poors.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do Covid-19 encontra-se apresentada na nota 1b..

Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

d) Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Total do passivo	11.595.320	14.613.694	11.147.824	14.206.769
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(123.071)	(384.397)	(86.064)	(290.995)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 7)	(943.789)	(1.132.281)	(618.130)	(889.671)
Passivo líquido	10.528.460	13.097.016	10.443.630	13.026.103
Total do patrimônio líquido	7.755.454	5.842.171	7.755.454	5.842.171
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,36	2,24	1,35	2,23

30. ATIVO CLASSIFICADO COMO MANTIDO PARA VENDA

Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021, a Companhia celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua atual participação de 13,80% detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões. O contrato prevê o direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionada a eventos futuros.

O instrumento prevê os demais termos e condições para a conclusão da transação, estando sujeito à verificação e ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais. No caso de fechamento da transação, há ainda a possibilidade de possível aproveitamento de crédito fiscal pela Companhia. A data limite para implementação do Fechamento da Transação é de até 180 dias a contar da data de assinatura do Contrato Angra.

O investimento na Renova, que apresenta valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação, de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do IFRS 5/CPC 31 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do “instrumento”.

Recuperação judicial – Renova

Em 31 de dezembro de 2021, a Renova possui capital circulante líquido de R\$6.974, prejuízos acumulados de R\$3.959.358, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$651.178 e lucro líquido de R\$34.829 no exercício findo naquela data.

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”).

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial e as transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não produziram nenhum impacto financeiro adicional em suas demonstrações financeiras e não afetam o plano de venda da participação societária na investida.

Os principais eventos ocorridos no âmbito da recuperação judicial da Renova estão descritos a seguir:

- Em 25 de outubro de 2019, a Cemig (controladora da Companhia) firmou contratos de mútuo na modalidade “*debtor-in-possession*” (DIP) no valor total de R\$36,5 milhões. Os recursos desses empréstimos foram garantidos por cessão fiduciária de participação societária em empresa detentora de ativos de empreendimento eólico de propriedade da Renova, no valor aproximado de R\$60 milhões. Em 30 de junho de 2020 foi reconhecida, pela Cemig a perda no valor recuperável do empréstimo concedido, no valor de R\$37,4 milhões. No âmbito do instrumento de compra e venda de ações da Renova, a Companhia assumiu a obrigação de não execução de valores sob este contrato de mútuo pós-concursal até a alienação da UPI SF 120, companhia que detém o projeto Mina de Ouro.
- Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.
- Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pela Renova foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC) e homologados pelo juízo da recuperação no mesmo dia.

- Em 06 de maio de 2021 e 23 de agosto de 2021 foram homologados o 1º e o 2º aumento de capital social da Renova, correspondentes à capitalização de créditos, nos termos dos planos de recuperação judicial, não acompanhados pela Companhia, que também não solicitou a conversão de seus créditos em capital. Em 11 de novembro de 2021 foi encerrado o 3º aumento de capital da Renova (3ª Janela), onde o agregado dos créditos não foi superior aos R\$15 milhões, previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em razão desses eventos, a participação da Companhia na investida, que era de 36,23% em 31 de março de 2021, passou para 13,80% em 31 de dezembro de 2021.
- Em 24 de novembro de 2021, foi homologado o processo competitivo da UPI Enerbrás, declarando como vencedora a Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, por meio de sua controlada da V2i Energia S.A, pelo valor de R\$265,8 milhões, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão.
- Em 1º de dezembro de 2021, foi concluída a venda da totalidade da participação da Renova na UPI Brasil PCH, nos termos previstos no Edital e no Plano de Recuperação do Grupo Renova, para os demais acionistas da Brasil PCH S.A. (BSB Energética S.A e Eletroriver S.A), que exerceram o seu direito de preferência em observância ao Acordo de Acionistas. Os recursos recebidos com a transação, no montante de R\$1.100.000, foram utilizados, principalmente, na liquidação antecipada do empréstimo na modalidade DIP contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participação S.A. e coobrigados da Renova e da Renova Participações S.A. junto à Quadra Gestão de Recursos S.A..
- Em 27 de janeiro de 2022, a Renova aceitou a proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A., mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW, incluindo o direito de earn-out, caso a implantação nas áreas compreendidas no Projeto seja superior a esta capacidade. A transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a realização de um processo competitivo para a alienação da UPI Cordilheira dos Ventos, no âmbito do Processo de Recuperação Judicial, cabendo à AES a condição de primeiro proponente (“Stalking Horse”) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição. Em 15 de março de 2022, esse processo foi homologado pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, declarando como vencedora a AES GF1, Holding S.A. pelo montante de R\$42 milhões.

31. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
	Casco	27/05/2021 a 27/05/2022	US\$1.500	
Aeronáutico – Aeronaves	Responsabilidade Civil	27/05/2021 a 27/05/2022	US\$4.000	US\$55
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2021 a 02/11/2022	R\$21.119	R\$35
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2022 a 08/01/2023	R\$220.822	R\$68
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	30/09/2021 a 30/09/2022	R\$29.302	R\$32
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.000 mil.	(2)	07/12/2021 a 07/12/2022	R\$757.263	R\$1.269

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil.

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$269.785 mil.

A Companhia, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos mencionados.

32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, compra de energia, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Compra de energia	4.785.984	3.911.220	3.592.817	3.502.277	3.490.504	27.831.580	47.114.382

33. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apuraram os atos da gestão da Companhia. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração pelo período de 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, prazo este prorrogado por mais 60 dias em 26 de outubro de 2021.

Por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente aos investimentos e desinvestimentos em participações societárias, gestão de pessoas e processos de inexigibilidade de licitação, que foram atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados. Adicionalmente, no que tange aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ou exercícios anteriores. A expectativa da Companhia é de que os procedimentos estejam concluídos no segundo trimestre de 2022.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, a ser encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Ainda não se tem conhecimento de potenciais indiciamentos que poderão ocorrer em virtude dos resultados apontados pela CPI.

A Companhia reafirma, que todos os atos da atual gestão visam preservar o patrimônio da Companhia e assegurar a melhoria da oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, seguindo rigorosamente a legislação pertinente.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor Cemig Geração e Transmissão

Maurício Dall'Agnese
Diretor Cemigpar

Marney Tadeu Antunes
Diretoria sem denominação

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-1SP/242451-04

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação da divulgação dos segmentos operacionais

Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência da mudança na estrutura de segmentos operacionais, a Companhia ajustou a divulgação de segmentos operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como previsto na NBC TG 22 – Informações por Segmento (IFRS 8 – Operating Segments). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A e coligada Madeira Energia S.A.

Conforme descrito na nota explicativa 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada em conjunto Renova Energia S.A., atualmente classificada como um ativo não circulante mantido para venda, encontra-se em processo de recuperação judicial desde 2020. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a coligada Madeira Energia S.A. apresenta capital circulante líquido negativo, além de existirem circunstâncias que demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou dos seus outros acionistas, havendo ainda circunstâncias específicas em que estão previstas obrigações dos sócios estabelecidas em acordos de acionistas. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A. e da Madeira Energia S.A. Nossa opinião não contém modificação em relação a esses assuntos.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 14 e 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig e em determinadas investidas, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia e desses outros acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas 12, 13 e 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos financeiros, ativos de contrato e intangíveis da concessão nos montantes de R\$ 3.608.403 mil, R\$4.276.982 mil e R\$ 1.112.912 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

Na geração, o ativo financeiro da concessão está representado pelas bonificações pela outorga das usinas de geração de energia hidrelétricas loteadas em 2016 e pela parcela dos investimentos efetuados pela controlada e que não foi completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente, no montante de R\$ 816.202 mil. O ativo intangível da geração, está representado, principalmente, pelo valor justo do direito de outorga das usinas hidrelétricas registrado em 2021 em função da repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF) que levou a extensão do prazo de concessão, no montante de R\$ 966.065 mil.

A determinação dos gastos que se qualificam como investimentos na infraestrutura da concessão e que são passíveis de indenização, impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro das concessões de geração.

O reconhecimento do ativo de contrato de concessão e da receita da infraestrutura de transmissão, requer o uso de estimativas e julgamentos por parte da diretoria sobre: (i) o momento que se obtém o controle do ativo, (ii) os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, (iii) as margens esperadas em cada obrigação de performance identificada, (iv) a projeção das receitas esperadas e, (v) a taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do intangível, ativo financeiro indenizável e ativos de contrato das concessões um assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia e suas controladas sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria, mensuração do ativo financeiro indenizável da concessão de geração e da receita de contrato com cliente do segmento de transmissão, incluindo os controles sobre a revisão pela diretoria das premissas significativas subjacentes à mensuração e contabilização destes ativos;

(ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção e dos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) envolvimento dos nossos especialistas internos, para avaliação das premissas relevantes utilizadas na modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto utilizada, assim como para revisão das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos de projetos em construção; (iv) análise dos impactos oriundos da nova Receita Anual Permitida (RAP); (v) avaliação do custo histórico de formação do ativo financeiro da concessão de geração, análise das previsões regulatórias para sua indenização e acompanhamento das consultas públicas e discussões realizadas entre a Companhia e o poder concedente sobre o tema; (vi) análise da modelagem financeira e metodologia utilizada para mensuração do ativo intangível da geração relacionado a repactuação do risco hidrológico, e se a mesma está em conformidade com determinado pelo órgão regulador; e (vii) avaliação das premissas relevantes e do prazo de extensão das usinas hidrelétricas determinado por meio da inspeção de resoluções homologatórias emitidas pelo órgão regulador. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12, 13 e 16, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e controladas em conjunto

Conforme divulgado nas notas explicativas 14 e 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos em coligadas e controladas em conjunto, registrados pelo método de equivalência patrimonial ou classificados como ativos mantidos para venda, e determina anualmente, ou sempre que aplicável, a necessidade de registrar perda por redução ao valor recuperável desses investimentos. Adicionalmente, para os casos em que o saldo contábil da participação é reduzido a zero é feita uma provisão para perdas adicionais na extensão das obrigações contratuais assumidas pela Companhia junto à investida, seus outros acionistas e/ou credores.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela diretoria, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras, além da existência de certas circunstâncias específicas relacionadas sentenças arbitrais proferidas, a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela diretoria para identificação de indicativos de *impairment* dos investimentos e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela diretoria das premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo; (ii) avaliação das premissas significativas utilizadas para estimar o valor justo; comparando as premissas significativas usadas para estimar os fluxos de caixa com as tendências econômicas e da indústria; comparando informações relevantes utilizadas com os dados operacionais da Companhia e realizando análises de sensibilidade para avaliar a estimativa do valor justo; (iii) envolvimento dos nossos especialistas de *valuation* para auxiliar na avaliação da taxa de desconto usada no cálculo do valor justo; (iv) avaliação da necessidade e mensuração da provisão para perdas adicionais na extensão das obrigações contratuais assumidas pela Companhia para os investimentos em coligadas e controladas em conjunto cujo saldo contábil de participação é reduzido a zero; e (v) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 14 e 30, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 14 e 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig e em determinadas investidas. Ao final de 2020, os órgãos de governança da sua controladora autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos e apurar alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) sobre eventuais irregularidades em processos licitatórios de compras. Adicionalmente, em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado e encaminhado às autoridades públicas o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquéritos instaurada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria tendo em vista o grau de julgamento e complexidade inerentes a estes processos de investigação interna e conduzidos por autoridades públicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise do processo e controles implementados pela Companhia para identificação de descumprimento das leis e regulamentos (ii) revisão do relatório de investigação interna independente emitido por empresa especializada contratada pela Companhia; (iii) compreender e avaliar as principais ações da diretoria e dos órgãos de governança em relação a tais alegações; (iv) realizar discussões sobre o assunto junto ao Comitê de Auditoria, aos membros da Comissão de investigações (CEI), bem como com a área de Compliance e Auditoria Interna; (v) realizar testes de transações não usuais; (vi) envolvimento dos nossos profissionais de *forensics* para auxiliar em nossa avaliação dos procedimentos e conclusões da investigação interna; e (vii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os procedimentos adotados e avaliação realizada pela diretoria, assim como as respectivas divulgações incluídas em notas explicativas 14 e 33, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2021 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 29-03-2022. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2021, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 29-03-2022, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fernando Scharlack Marcato

Michele da Silva Gonsales Torres

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que, em 28.03.2022, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2021 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 28 de março de 2022.

- a.a) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente
- Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização
- Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Marney Thadeu Antunes – Diretor Cemig Distribuição
- Maurício Dall’Agnese – Diretor CemigPar
- Thadeu Carneiro da Silva – Diretor Cemig Geração e Transmissão

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que, em 28.03.2022, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2021 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

- a.a) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente
- Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização
- Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Marney Thadeu Antunes – Diretor Cemig Distribuição
- Maurício Dall’Agnese – Diretor CemigPar
- Thadeu Carneiro da Silva – Diretor Cemig Geração e Transmissão

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA –29 DE MARÇO DE 2022

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Afonso Henriques Moreira Santos, eleito em 14-09-2020, Márcio de Lima Leite, eleito em 21-05-2020 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2021

No ano de 2021, o Comitê reuniu-se em 39 (trinta e nove) ocasiões e mais 7 (sete) vezes no início do primeiro semestre de 2022, além de 13 (treze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2021 e 4 (quatro) em 2022. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2021 e 2 (duas) no início do primeiro semestre de 2022. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 21 (vinte e uma) reuniões com a participação dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contato regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria Adjunta de *Compliance*, Riscos Corporativos e Controles Internos-DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com o Gerente da Auditoria Interna-AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2021. Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS - Membro

MÁRCIO DE LIMA LEITE - Membro

ROBERTO TOMMASETTI - Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e ao artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2022, a proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2022. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia por meio da retenção de lucros do exercício de 2021 no montante de R\$348.223.

Investimentos planejados para 2022	
Sistema elétrico de geração	16.802
Sistema elétrico de transmissão	288.584
Infraestrutura e outros	947.782
	1.253.168